

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDO ANTONIO ALVES DA COSTA

**MINAS GERAIS OITOCENTISTA: ENTRE A ACUMULAÇÃO DE
CAPITAL EXTERNA E A INTERNA – UMA ABORDAGEM ATRAVÉS
DOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS**

FRANCA/SP

2007

FERNANDO ANTONIO ALVES DA COSTA

**MINAS GERAIS OITOCENTISTA: ENTRE A ACUMULAÇÃO DE
CAPITAL EXTERNA E A INTERNA – UMA ABORDAGEM ATRAVÉS
DOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-
Graduação em História, como parte das exigências
para a obtenção do Título de Mestre em História. Área
de Concentração: História e Cultura Social**

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

FRANCA/SP

2007

FERNANDO ANTONIO ALVES DA COSTA

MINAS GERAIS OITOCENTISTA: ENTRE A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EXTERNA E A INTERNA – UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em História, como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dr. Pedro Geraldo Tosi – UNESP/FRANCA

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ___ de _____ de 2007.

Dedico este trabalho a Maria Alves da Costa, mulher de fibra e mãe dedicada, que ao longo de sua vida sempre ensinou aos filhos, entre os quais estou incluído, o valor do saber. Infelizmente, deixou-nos sem que pudesse ver a finalização deste trabalho, que sem o seu apoio e incentivo constates jamais chegaria ao estágio no qual se encontra. Foi justamente pelo exemplo deixado por ela, de força e determinação, que consegui entregar este trabalho, com todas as qualidades e defeitos que possa conter, mesmo em um momento no qual sua ausência, que jamais será superada, se fazia ainda mais dolorosa. Por tudo isso, este trabalho é dedicado a ela.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram, de diferentes maneiras, para a execução deste trabalho. Agradeço a minha família e aos meus amigos, em especial aos meus pais e irmãos, que sempre colaboraram com afeto e apoio, mesmo nos momentos de maior dificuldade.

Aos mestres sou grato por todos os valiosos ensinamentos, sem os quais este trabalho jamais se materializaria. Dentre os muitos que perpassaram minha trajetória acadêmica cito o prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz, ainda dos tempos da graduação, responsável pela apresentação dos estimulantes e árduos caminhos da pesquisa histórica. Aos professores Dr. Lélío Luiz de Oliveira e Dra. Maria Aparecida de Souza Lopes, componentes da banca de qualificação, sou bastante grato, pois suas observações foram de extrema valia para o prosseguimento e amadurecimento da pesquisa. Em especial, sou grato ao prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, orientador do trabalho, que assumiu o risco de adotar como orientando um aluno, até então desconhecido, vindo de uma distante universidade mineira. Espero que para ele também tenha valido a pena assumir os riscos da empreitada.

Aos colegas estudantes, tanto da graduação quanto do mestrado, agradeço pelo companheirismo, pela troca de idéias (e de materiais) e pelo compartilhamento das dificuldades e angústias inerentes a vida de estudante em instituições públicas no Brasil.

Devo agradecer ainda a Nárjara pelo incondicional apoio e incentivo. Sem o afeto por ela dispensado jamais conseguiria vencer todos os empecilhos profissionais e pessoais enfrentados ao longo da execução deste trabalho.

A todas estas pessoas, e também aquelas não citadas, que colaboraram na medida de suas possibilidades e sem esperanças de serem recompensadas, deixo o meu mais sincero muito obrigado.

RESUMO

A história econômica de Minas Gerais ao longo da primeira metade dos oitocentos, em especial os aspectos voltados para as questões de produção, de abastecimento e de comercialização, constitui-se no tema central do trabalho. Alvo de inúmeras pesquisas no âmbito da historiografia, este vem sendo um tema bastante controverso quanto às suas perspectivas orientadoras. São sobre estas, bem como sobre os trabalhos delas derivados, que este estudo versa. Por meio da utilização de relatos de viajantes estrangeiros que tiveram passagens por Minas Gerais durante o período em foco, é sugerida uma perspectiva de aproximação entre a tendência para uma acumulação de capital externa a área de produção e a tendência que destacou o processo de acumulação interno ao espaço colonial, sempre tendo em vista a necessidade por uma maior especificidade quanto às regiões e aos períodos tratados. O recorte temporal do estudo define-se em função da disponibilidade das fontes. A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro potencializou sensivelmente o número de viajantes estrangeiros interessados em melhor conhecer a região, que então passava a ocupar posição privilegiada no período. Em função disso, para a primeira metade do século XIX existem muitos relatos de viajantes estrangeiros que buscaram descrever os seus mais diversos aspectos. Tais descrições serviram de material para a pesquisa.

Palavras-chave: Minas Gerais – século XIX; produção – abastecimento; comercialização - acumulação

ABSTRACT

The economic history of Minas Gerais throughout the first half of the eight hundred, in special one the aspects directed toward the questions of the production, the supplying and the commercialization, consists in the central subject of this work. Target of innumerable research in the scope of the historygraphic, this comes being a sufficiently controversial subject how much its orienting perspectives. They will be on these, as well as on the derived works of them, that this study it will turn. By means of the use of stories of foreign travellers who had had were for Minas Gerais during the period in focus, an approach perspective is sketched enters the trend for an accumulation of external capital the area of production and the trend that the internal process of accumulation to the colony space detaches, always in view of the necessity for a bigger details how much to the e regions the treat periods. The time clipping of the study was defined in function of the availability of the sources. The arrival of the Portuguese real family to Rio de Janeiro significantly harnessed the number of interested foreign travellers in better knowing the region, that then started to occupy paper of prominence in the period.

Key-words: Minas Gerais - century XIX; production – supplying; commercialization - accumulation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 MINAS GERAIS OITOCENTISTA: DECADÊNCIA, ACOMODAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO – NUANCES DE UMA MESMA HISTÓRIA	14
CAPÍTULO 2 A ECONOMIA COLONIAL SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICA: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E POSIÇÃO DE PORTUGAL NO CENÁRIO EUROPEU.....	40
CAPÍTULO 3 MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX PELAS PENAS DOS VIAJANTES EUROPEUS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E ABASTECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DE DECADÊNCIA... 	51
CAPÍTULO 4 MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX PELAS PENAS DOS VIAJANTES EUROPEUS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E ABASTECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	81
4.1 A atividade produtiva em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.....	82
4.2 A atividade comercial em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.....	87
4.3 Atividade de manufatura e indústria rudimentar em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Nesse tempo, esta capital de Minas, que então com justa razão tinha o nome de Vila Rica, era opulenta e populosa, como bem poucas cidades se podiam contar no Brasil. Os governantes e fidalgos dessa época rodavam em ricas carruagens tiradas por possantes mulas por essas ladeiras, onde hoje só rincham pesados carros puxados a boi. Havia quase sempre curros e touradas, e cavahadas magníficas; procissões de esplendor e riqueza deslumbrantes; espetáculos teatrais, em que a arte suntuosamente protegida pelos governantes era cultivada com esmero no gosto da época; uma literatura própria, se bem que um tanto abastada pela imitação do classicismo lusitano, literatura de que foram dignos representantes nomes até hoje célebres. Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa são glórias, que nunca mais se eclipsarão. Havia regozijos e festas de toda a espécie, muito luxo, comércio interior ativo, e o povo nadava na abundância. E tudo isso porquê? Porque naquela época o ouro por essas montanhas como que brotava à flor da terra. O ouro era tão abundante, que os próprios pretos cativos, com as “migalhas” que escapavam das lavras de seus senhores, edificaram mais de um templo magnífico, que até hoje aí estão, e as pretas, quando iam às suas festas costumeiras, polvilhavam a carapinha com areia de ouro.¹

Com a leitura do longo fragmento acima, extraído de um conto escrito pelo romancista mineiro Bernardo Guimarães na década de 1870 e que faz alusão a situação de Minas Gerais no século anterior à sua época, pode-se mergulhar pelo tema desse trabalho: a história econômica de Minas Gerais na primeira metade dos oitocentos, em especial os aspectos voltados para as questões de produção, de abastecimento e de comercialização.

O interesse pelo tema abordado ao longo do trabalho remonta para a época da graduação (realizada na Universidade Federal de Viçosa – MG), mais precisamente para o momento de estruturação de um grupo de pesquisa voltado para a discussão da bibliografia referente à região de Minas Gerais. Nesse espaço, buscava-se discutir as mais variadas linhas de pesquisa, contemplando com isto trabalhos sobre os mais variados temas e períodos. A imposição única era debruçarem-se sobre Minas Gerais. Orientado e idealizado pelo Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz, foi no âmbito do grupo de pesquisa que começaram a tomar forma algumas das questões que foram desenvolvidas nesse trabalho. A partir de um momento específico dentro do grupo de estudos, as discussões em torno da historiografia que buscava

¹ GUIMARÃES, Bernardo. A cabeça do Tiradentes. In: _____. **História e tradições da província de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1976. p. 5-6.

debater sobre os aspectos de produção, de abastecimento e de comercialização em Minas Gerais, paralelamente com a leitura de obras literárias e relatos de viajantes que estiveram na região (naquele momento, a documentação mais acessível), começaram a surgir algumas das questões que deram origem à pesquisa e que, bastante modificadas, encontram-se presentes ao longo das páginas seguintes. A principal das interrogações relacionava-se às diferentes visões que os viajantes tiveram sobre os aspectos econômicos de Minas Gerais do século XIX, que, em meio à polarização da historiografia entre decadência econômica e diversificação produtiva, pareceu-nos um campo a ser explorado, não obstante à fartura e à qualidade dos trabalhos já desenvolvidos sobre tal tema.

Alvo de inúmeras pesquisas no âmbito da historiografia, as discussões acerca das estruturas produtivas e comerciais de Minas Gerais se constituem em temas bastante controversos quanto às suas perspectivas orientadoras. Foram sobre estas, bem como sobre os trabalhos delas derivados, que esse estudo buscou versar.

De acordo com o olhar bastante representativo do escritor mineiro Bernardo Guimarães, reproduzido no fragmento destacado no início dessa introdução, ao longo do século XIX, período no qual escreveu, Minas Gerais sofreu uma abrupta retração de seus indicadores econômicos como consequência da escassez do ouro. Tal fenômeno poderia ser percebido em diversos campos: na demografia, no tipo de transporte utilizado, no nível de efervescência da vida social, nas artes e no comércio.

Em contrapartida, o século XVIII teria sido, para este autor, época de abundância e opulência, graças à abundância do ouro. Em função dos dividendos gerados pelo produto, a capital de Minas Gerais faria jus ao nome que então ostentava (“Vila Rica”), sendo cenário de suntuosas caravanas dos fidalgos da época, de eventos sociais e de produção cultural marcados pela exuberância e pelo luxo. Outro aspecto ressaltado por Bernardo Guimarães foi o comércio interior ativo.

Todavia, não foi somente para o romancista, alçado a fama pela obra *A escrava Isaura*, que, quando comparados, os séculos XVIII e XIX demonstrariam importantes diferenças no tocante à situação econômica da região de Minas Gerais. De um modo geral, durante muito tempo, a historiografia que procurou analisar a história econômica mineira posterior ao período do ouro se referiu a este momento como um tempo de acentuada decadência da sociedade mineira, nas suas mais diversas facetas, incluindo os âmbitos da produção e da comercialização, em uma situação bem próxima da descrita por Bernardo Guimarães. Preocupados que estavam com a inserção de Minas Gerais em um quadro mais amplo, a crise do antigo regime europeu, os estudiosos atribuíram ênfase principal às relações

comerciais entre metrópole e colônia, e por consequência, ao produto de exportação de maior importância dentro destas relações, o ouro. Afirmaram que as relações econômicas, estabelecidas entre metrópole e colônia, estiveram inseridas no processo de acumulação primitiva de capital dos países metropolitanos europeus. Deste quadro não escaparia o Brasil, por consequência Minas Gerais, e Portugal (ainda que subordinado economicamente à Inglaterra).

Entretanto, grosso modo a partir da década de 1980, estas análises passaram a ser questionadas principalmente quanto à demasiada importância que conferiram ao fator exportação. Surgiram trabalhos de historiadores que afirmaram que a extração aurífera foi substituída, como atividade econômica principal, pela agricultura, pela pecuária e pelo comércio, sempre pensados em escalas regionais de inserção. Mesmo para os historiadores que defenderam que estas atividades econômicas não foram capazes de recuperar o dinamismo do século XVIII mineiro, elas evitariam, ao menos, que Minas Gerais tivesse entrado em completa estagnação ou até mesmo retração. Tal constatação forçou os autores preocupados em analisar o tema a repensar a abrangência e a intensidade do quadro de decadência. Dentro desta perspectiva, surgiram estudos que atribuíram ênfase para um processo de acumulação colonial de capital, interno a Minas Gerais.

Em outros casos, preferiu-se atenuar a imagem da opulência da época da mineração, aludindo-se a ocorrência de um “falso fausto”, mais precisamente para a produção e para a reprodução da pobreza em meio à febre do ouro, o que também contribuiu para matizar o contraste entre o século XVIII de opulência e o XIX de decadência. Desta forma, mesmo no período de auge da extração do ouro, as Minas Gerais setecentistas não se caracterizou como região de opulência generalizada, bem como não proporcionou grandes níveis de riqueza e acumulação, pois foi possível constatar altos índices de desclassificação social, ou seja, grande contingente de pessoas que estavam à margem da riqueza proporcionada pelo ouro.²

À luz desse debate, pretendeu-se nesse trabalho, discutir mais detidamente as interpretações historiográficas acerca da primeira metade oitocentista mineira, aludindo-se questões teóricas e metodológicas. Em sentido diverso do empregado pela maioria absoluta dos trabalhos que buscaram enfatizar as atividades regionais, principalmente produtivas e comerciais, desenvolvidas em solo mineiro ao longo do período em foco, as diferentes perspectivas não foram tomadas em sentido de uma polarização antagônica em relação aos

² Esta perspectiva pode ser percebida nos seguintes trabalhos: CANO, Wilson. **A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)**. São Paulo: Contexto, 1977. SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

enfoques que demonstraram maior preocupação com os fatores externos que enfatizaram a importância da exportação. Pelo contrário, buscou-se, dentro dos limites permitidos, agregar à discussão um enfoque de aproximação.

Isso posto, pode-se expor a estruturação do trabalho. O primeiro capítulo foi reservado para a apreciação da historiografia sobre o tema, naquilo que habitou-se chamar “o estado das artes” de determinado campo de produção historiográfica. Sem a pretensão de abordar toda a diversidade da extensa produção sobre o tema em foco, a primeira parte da dissertação teve como intenção apresentar as principais discussões sobre a história econômica de Minas Gerais oitocentista, abordando suas prerrogativas teóricas, suas práticas metodológicas, bem como suas inserções dentro de um debate que, com o passar dos anos e com a ampliação do campo historiográfico, tornou-se cada vez mais dinâmico e complexo. Para isto, muitas vezes houve a necessidade de extrapolar os recortes propostos no estudo, tanto quanto ao espaço (Minas Gerais) como também ao tempo (primeira metade oitocentista), em busca da melhor explicitação das tendências em questão.

A segunda parte da dissertação ficou reservada para a discussão das considerações de cunho especificamente teórico. O objetivo do capítulo foi o de pontuar, na medida do possível, algumas das principais questões teóricas que serviram de subsídio para a elaboração das pesquisas que buscaram analisar o Brasil Colonial; em especial Minas Gerais, a luz de suas relações econômicas; pois, os estudos sobre o período em foco neste trabalho foram frutos de tais discussões. Desta forma, ganharam maior atenção questões como acumulação primitiva de capital e acumulação colonial, bem como o debate acerca da posição de Portugal dentro do cenário econômico europeu, sempre tendo em vista as relações destas questões com o Brasil Colonial e, mais especificamente, com Minas Gerais.

Por fim, no terceiro e quarto capítulos buscou-se estabelecer a interface entre produção historiográfica e discussões teóricas por meio da pesquisa empírica propriamente. Nesses capítulos, os recortes espaciais e cronológicos ganharam contornos mais nítidos e os relatos de grande parte dos principais viajantes que estiveram em Minas Gerais ao longo da primeira metade oitocentista, utilizados como fontes, foram recuperados, no intuito de sustentar as idéias enfatizadas ao longo da dissertação. Buscou-se questionar em que medida os viajantes perceberam ou não, vestígios de dinamismo ou de retração das unidades produtivas mineiras, tanto de gêneros alimentícios como de manufaturados, e das atividades comerciais, percebidas pela situação das unidades comerciais mineiras e pela atividade das tropas que perfaziam o comércio da região. Com isto buscou-se evidenciar se teriam ou não existido, de acordo com os subsídios oferecidos pelos relatos de viagem, possibilidades para

uma acumulação de capital em escala regional, fosse revertido no espaço da produção ou da comercialização, que garantissem uma efervescência ao cenário econômico mineiro capaz de se sustentar ao longo do tempo, quando do escasseamento do ouro, fator de exportação.

Importante ressaltar que a adoção dos relatos produzidos por viajantes estrangeiros não se fez sem uma abordagem crítica desse material, enquanto evidência para reconstituição do passado histórico. Como qualquer tipo de fonte a partir da qual se busca a recuperação de tempos pretéritos, os relatos de viagem nos oferecem uma visão parcial, condicionada e questionável das características das sociedades que descreveram. No entanto, ainda que se leve em consideração tais limitações, podem contribuir para a recomposição das sociedades que contemplaram, pois foram personagens contemporâneos que buscaram justamente descrever, em alguns casos minuciosamente, tudo aquilo que encontravam. Uma reflexão acerca das limitações e das possibilidades da utilização dos relatos de viajantes estrangeiros também tomou boa parte do terceiro e quarto capítulos da dissertação.

A dar liga e coesão aos capítulos, por consequência a dissertação, além do tema em questão, a história econômica da primeira metade do século XIX em Minas Gerais, esteve uma perspectiva de aproximação entre os campos macro e micro. Nesse mesmo sentido, os processos de acumulação externa, objetivo da metrópole e de maior montante certamente, e interno, necessário à própria existência da colônia, foram pensados em uma perspectiva não excludente, embora na maior parte dos estudos que buscaram evidenciar este segundo aspecto, tenham sido teorizados e elaborados como questões irreconciliáveis.

CAPÍTULO 1

MINAS GERAIS OITOCENTISTA: DECADÊNCIA, ACOMODAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO – NUANCES DE UMA MESMA HISTÓRIA

O estudo da história econômica de Minas Gerais ao longo do século XIX constitui-se em tema recorrente na historiografia brasileira. Inúmeros foram os trabalhos que buscaram enfatizar as permanências, as transformações e, de modo geral, as características principais que definiram as estruturas produtivas e comerciais desta vasta região no decorrer do período oitocentista. Muitas vezes houve a necessidade, por parte dos estudiosos do assunto, de extrapolar os limites da análise de Minas Gerais, inserindo esta região no escopo da economia colonial em geral. Pensando ainda ser possível agregar novas nuances e problemáticas à discussão do tema é que este trabalho desenvolveu-se.

Um dos primeiros estudos a tratar, de forma mais sistemática, das características econômicas das Minas Gerais oitocentista, embora pensando-a como parte de uma realidade mais ampla, foi o de Celso Furtado. Para este autor, um clássico do pensamento econômico brasileiro, passado o período de opulência econômica da região, propiciado pela abundância do ouro, a economia mineira entraria em completa decadência.¹

Para Furtado, quando significativamente reduzidos os efeitos da grande quantidade de ouro sobre a economia da região, Minas Gerais deveria passar a ser pensada dentro de um quadro de pobreza generalizada, na medida em que não foram criadas estruturas permanentes de atividades econômicas, desvinculadas das flutuações econômicas externas.² Para o autor, passado o período do ouro, predominou nesta região uma economia de subsistência, a qual caberia a função de fornecedora de cativos, herdados da fase de surto da mineração, para áreas de predominância de economias agro-exportadoras de maior dinamismo. Furtado afirma que em Minas Gerais ocorrera uma “involução sócio-econômica” que resultou no retorno para atividades de subsistência e de baixo grau de mercantilização.³

A questão fundamental referente à economia de Minas Gerais, bem como a colonial como um todo, segundo o autor, seria a inserção desta região em uma estrutura macroeconômica, na qual o fator exportação constituiria-se no componente fundamental. No momento em que o principal produto exportável produzido por esta economia, o ouro, tornou-se mais escasso, para Celso Furtado, a região entrou em profunda estagnação, sendo até

¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004. p.79-91.

² *Ibid.*, p. 90.

³ *Ibid.*, p. 90-91.

mesmo incapaz de gerar estímulos e flutuações econômicas autônomas. Embora desfrutando de condições favoráveis para o seu desenvolvimento, Furtado afirmou ainda que atividades econômicas vinculadas ao mercado interno foram praticamente nulas em Minas Gerais ao longo do século XIX.⁴

Nesse sentido, para o autor, a economia mineira (parte constituinte da economia colonial) definiu-se a partir de sua integração ao sistema mercantilista dos países europeus e, portanto, somente deveria ser analisada com base neste referencial. O dinamismo econômico da região esteve diretamente vinculado à existência de um produto direcionado para exportação e, sendo assim, obedeceu à dinâmica econômica de outra região. No momento em que a produção deste tipo de produto entrou em crise, nada mais impulsionou a economia da região, restando-lhe a decadência e a estagnação. Minas Gerais não escaparia a este esquema.

Embora guardando muitas semelhanças com a obra de Celso Furtado, Caio Prado Júnior (outro clássico do pensamento econômico brasileiro), avançou na análise e na descrição de uma economia colonial, da qual Minas Gerais seria parte integrante, voltada para objetivos que lhe eram exteriores.⁵ Essa economia, que teve como sustentáculos básicos a grande propriedade rural, a monocultura voltada para exportação e o trabalho escravo, tinha como objetivo a acumulação mercantil metropolitana de capital. Seria este o “sentido da colonização”.⁶ Portanto, sendo a acumulação mercantil o motor básico do sistema colonial, também na obra de Caio Prado Júnior as características centrais da estrutura produtiva colonial - por consequência mineira - foram marcadas pela extroversão, na medida em que seus estímulos eram dependentes das economias externas.

Com relação especificamente ao quadro econômico mineiro, Caio Prado fez uma importante, embora sutil, ressalva quanto à situação de decadência de Minas Gerais pós-ouro. Para este autor, caberia destacar a região do sul de Minas Gerais como uma área de exceção. Nesta, existiria um certo grau de desenvolvimento econômico resultante da expansão de atividades como a agricultura e a pecuária, não vinculadas ao setor de exportação. Isto em vista, para Caio Prado, frente ao cenário econômico desolador da província, deveria-se destacar certo nível de desenvolvimento de regiões do Sul e da Zona da Mata mineira; que foram marcadas por outras formas de exploração econômica, desvinculadas do mercado

⁴ FURTADO, op. cit., p. 85.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.56-65.

⁶ *Ibid.*, p.56-58.

externo e que por isto puderam alcançar bons níveis de desenvolvimento no período de crise da mineração do ouro.⁷

Embora tenham tratado do caso específico de Minas Gerais, tanto Celso Furtado quanto Caio Prado somente o fizeram tangencialmente, à luz da integração da província na economia colonial como um todo, tornando a produção para exportação o fator de maior responsabilidade pela euforia ou pela estagnação econômica da região. A perspectiva difundida por estes estudos predominou ao longo de muitas décadas.

Buscando criticar, fundamentalmente, dois pontos das análises acerca de Minas Gerais oitocentista, a excessiva generalização e a extroversão dos objetivos da estrutura produtiva e comercial da região, Maria Yedda Linhares publicou em 1979 um pequeno artigo que trouxe uma série de propostas para a realização de estudos que enfocassem aspectos da economia mineira do século XIX.⁸ Para a autora, deveriam ser realizadas pesquisas mais pormenorizadas, que pudessem oferecer uma melhor explicação das inúmeras peculiaridades locais quanto às suas estruturas produtivas e comerciais.⁹

Para Maria Yedda Linhares, as análises anteriormente realizadas sobre Minas Gerais do século XIX eram insuficientes na medida em que transmitiam: “[...] uma visão indiferenciada de uma decadência inexorável e monolítica, sem atentar para as infinitas diversificações locais”.¹⁰ De acordo com esta autora, deveria-se buscar analisar qual o grau do impacto sofrido pelas diferentes regiões de Minas Gerais a partir do momento da crise da produção aurífera para exportação.

A partir da publicação do artigo de Maria Yedda Linhares podem ser percebidas importantes mutações das perspectivas teóricas e metodológicas que passariam a nortear a maior parte das pesquisas sobre o período e a região em questão. De acordo com a autora, a província de Minas Gerais, bem como toda a colônia, não deveria ser analisada da maneira como propuseram Celso Furtado e Caio Prado, privilegiando-se os fatores e impulsos econômicos externos a ela própria.

A colônia e, por conseqüência Minas Gerais, teriam que ser estudadas tendo em vista o desenvolvimento de um sistema escravista de tipo colonial, surgido como anexo complementar do sistema produtivo europeu ocidental e com algum grau de autonomia

⁷ PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 63-65.

⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL, 1979, **Anais...** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p.147-171.

⁹ Ibid., 147-160.

¹⁰ Ibid., p.168.

quanto às suas flutuações econômicas. As análises dos autores anteriormente citados estariam equivocadas, de acordo com Linhares, na medida em que elegeram exclusivamente um fator exógeno como determinante da economia colonial.¹¹

De acordo com autora, a ampliação da noção de fonte e de documento histórico, bem como uma reorientação na busca destes, e a multiplicação das análises de caso, seriam procedimentos fundamentais para a recuperação das infinitas diversidades das estruturas produtivas mineiras na medida em que: “[...] só a confrontação histórica de um número suficiente de casos demonstrará a validade, sugerirá as variantes, situará no tempo a caducidade dos próprios modelos econômicos”.¹²

Fica evidente que, para Maria Yedda Linhares, a tese de uma completa decadência econômica de Minas Gerais no século XIX, enfatizada com base na produção para exportação, não era capaz de recuperar satisfatoriamente uma realidade que, no entender da autora, foi muito mais complexa e sujeita à variáveis impostas por uma lógica própria à realidade colonial.

Ao longo da continuidade da apreciação da produção historiográfica sobre a economia de Minas Gerais oitocentista encontram-se efetivadas muitas das propostas de pesquisa sugeridas por Maria Yedda Linhares, tanto quanto à metodologia empregada como no tocante à perspectiva teórica acerca da configuração de um sistema escravista de tipo colonial, complementar ao sistema produtivo europeu e capaz de gerar algum grau de independência frente ao mesmo.

A economia de Minas Gerais passaria a ser o alvo central das análises, visto que foi detentora de especificidades e estímulos. A tendência passou a ser o estudo de Minas Gerais não mais como parte integrante - única e exclusivamente - da economia colonial. O fator exportação também foi tangenciado em privilégio do estudo das atividades de produção e comércio voltadas para o interior da região.

No alvorecer da década de 1980 o trabalho de Roberto Borges Martins inovou ao trazer novas questões para o debate acerca da economia de Minas Gerais do século XIX.¹³ A

¹¹ LINHARES, op. cit., p.147-171. É importante destacar que a idéia de um sistema escravista de tipo colonial, anexo ao sistema produtivo europeu ocidental, porém com possibilidades de estímulos próprios, não foi formulada por Maria Yedda Linhares. A inovação da autora é pensar os desdobramentos teóricos desta tese para um espaço específico, Minas Gerais. As obras que se seguem antecederam a autora nesta idéia, pensando-a de maneira mais geral: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

¹² LINHARES, op. cit., p.168.

¹³ MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.

discussão direcionou-se então para a problemática do escravismo, tendo sempre esse estudo em foco, mesmo entre os críticos da obra.

Amparado em relatos de viajantes e, principalmente, em documentação censitária de 1840 e 1872, Roberto Borges Martins afirmou que Minas Gerais, mesmo após a crise da mineração, e por consequência do produto de exportação, ainda continuou importando grande contingente de escravos, fato que demonstraria a persistência de atividades econômicas de certo vigor na região.¹⁴ A principal inovação da análise do autor foi explicar tal comportamento da economia mineira a partir da desvinculação entre trabalho escravo e economia de exportação, vinculação esta que até o momento fora tida como pressuposto elementar na bibliografia acerca da escravidão moderna.

Para Martins, surgiu em Minas Gerais oitocentista uma economia “vicinal”, marcada por uma produção voltada essencialmente para consumo interno a província. Embora a essa economia, ou conjunto de economias, não tivesse faltado um certo grau de mercantilização; este era superado em muito por economias de áreas voltadas primordialmente para exportação, como o complexo cafeeiro de Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁵

Entretanto, se não foi Minas Gerais uma economia altamente mercantilizada e nem calcada na *plantation* agro-exportadora, geradora de altos níveis de acumulação, como explicar a grande entrada de cativos nessa região no século XIX? Para Roberto Martins, à resposta para esta questão estava na maior razão “terra/população” encontrada em Minas Gerais quando comparada às outras regiões brasileiras.¹⁶ Para o autor, a imensa disponibilidade de terras serviu como grande obstáculo para a formação de um mercado de mão-de-obra livre; uma vez que, para qualquer um, existiria a possibilidade de tornar-se proprietário. Frente a este cenário, caberia aos senhores donos de terra persistirem na importação de trabalhadores escravos como único meio de reproduzir o *status quo* de não trabalhadores braçais.

A julgar pelo ritmo crescente de importação de cativos ao longo do período e que, posteriormente, se alocaram em pequenas unidades direcionadas para a produção de subsistência e para o abastecimento do mercado interno, Roberto Martins concluiu que a economia de Minas Gerais oitocentista não sofreu uma completa involução.¹⁷ Sua perspectiva apontou para uma “internalização”, baseada no aumento da produção de subsistência e em

¹⁴ MARTINS, op. cit.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Neste ponto o autor segue a análise de E. G. Wakefield desenvolvida para estudar a colonização inglesa na Austrália.

¹⁷ MARTINS, op. cit.

circuitos regionais de abastecimento que, se não foram capazes de gerar altos níveis de mercantilização, ao menos impediram a completa desestruturação e involução econômica da região.¹⁸

De modo geral, Roberto Martins atenuou o tom da decadência econômica de Minas Gerais no século XIX sem, no entanto, apontar para uma dinamização da economia da região. Constatou somente significativo grau de mercantilização, fator que o impediu de definir a região como economicamente estanque. Esta mercantilização, no entanto, foi menor que em regiões como Rio de Janeiro e São Paulo (voltadas para produção de exportação). Para o autor, portanto, não estaria rompida completamente a relação entre dinamismo econômico e mercado externo, ainda que este não fosse o esquema verificado em Minas Gerais.

Em trabalho posterior, apresentado no *I Congresso Brasileiro de História Econômica*, Roberto Martins retomou essa discussão.¹⁹ Afirmou que ao longo do período compreendido entre 1800 e 1852 Minas Gerais foi a segunda província em termos de importação de escravos, superando regiões como Bahia, Pernambuco, São Paulo, a Corte e o Rio Grande do Sul, sendo ultrapassada somente pela província do Rio de Janeiro, que então passava pelo processo de expansão de seu setor cafeeiro.²⁰

Advertiu Martins que o forte fluxo de importação de escravos por parte de Minas Gerais não foi fruto exclusivo de um único setor produtivo. Para o autor, foram vários os setores responsáveis pela alta importação de mão-de-obra cativa. Atividades como a mineração de ouro e diamantes, agricultura (tanto para exportação como voltada para o mercado provincial), produção de subsistência, algumas manufaturas direcionadas principalmente para a produção de têxteis de algodão e de ferro, entre outras atividades, foram em conjunto, além de responsáveis pela demanda de trabalhadores cativos, fortes indícios de uma economia mineira oitocentista diversificada e em ritmo de expansão.²¹

O desenvolvimento desses vários ramos de atividades produtivas, segundo Martins, obedeceu tanto fatores internos como externos à economia da província mineira e possibilitaram a constituição de mercados “razoavelmente importantes”, geradores de um

¹⁸ MARTINS, op. cit.

¹⁹ Id. Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História econômica da independência e do império**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, Imprensa Oficial, 2002. p.99-130.

²⁰ Ibid., p.103.

²¹ Ibid., p.107-108.

comércio regional complexo e animado ao longo do século XIX, quando da crise do ouro para exportação.²²

Da mesma forma que Roberto Martins, Robert Slenes analisou a economia mineira oitocentista à luz de suas implicações com o escravismo colonial.²³ Para além da perspectiva compartilhada pelos dois autores acerca de uma Minas Gerais do século XIX economicamente não estagnada, o trabalho de Robert Slenes guarda algumas divergências quanto à leitura e à interpretação das fontes, mais precisamente de alguns resultados, feitos por Martins, fator que acabou por influenciar nas conclusões as quais chegou Slenes.

Para este autor, ao contrário do que concluiu Martins no primeiro dos trabalhos já citados, e que foi aquele com o qual Slenes dialogou, a grande incidência de cativos em Minas não estava respaldada, entre outras atividades, em uma economia de subsistência, voltada para o mercado interno da província e que só teve capacidade de gerar baixos índices de mercantilização. Para ele, o equívoco de Roberto Martins resultaria da interpretação literal dos dados oficiais sobre exportações. De acordo com Slenes, esta documentação subestima a capacidade de importação de Minas por dois motivos: não inclusão dos valores relativos à extração de minérios preciosos e pela corrupção e desleixo (para o autor talvez propositado) dos agentes fiscais responsáveis pela contabilidade comercial da região.²⁴

Sempre tendo como referencial o estudo de Roberto Borges Martins, Slenes estruturou seu trabalho na tentativa de sustentar dois argumentos básicos: a economia de Minas Gerais oitocentista teve níveis de exportação bastante significativos e os “efeitos multiplicadores” gerados por este relevante setor exportador sobre o mercado interno da região foi maior do que os gerados nas áreas de *plantation* do Rio de Janeiro e de São Paulo.²⁵

Para Slenes, a criação de porcos e a extração de diamantes foram os dois setores de produção para exportação, ausentes dos dados oficiais sobre exportação, responsáveis pelo efeito multiplicador do setor “voltado para fora”, cujo impacto na economia interna teria sido muito relevante.²⁶

Embora o setor de exportação não tenha sido responsável pelo emprego da maior parte dos trabalhadores, Slenes concordou que este setor foi a produção voltada para o mercado interno, para o autor não seria este o ponto fundamental da questão. De acordo com Slenes, a

²² Ibid., p.109-110.

²³ SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, Campinas, n.17, jun. 1985.

²⁴ SLENES, op. cit., p.39-42.

²⁵ Ibid., p.39.

²⁶ Ibid., p.53-54.

problemática central estaria no tamanho do efeito multiplicador gerado pela produção para exportação. Este efeito foi proporcionalmente maior em Minas do que em São Paulo e Rio de Janeiro graças ao alto custo dos transportes de mercadorias, do litoral até Minas, que pôde garantir a expansão da produção mineira para o mercado a fim de: “[...] atender a demanda do setor exportador e das atividades internas ligadas a esse setor”.²⁷

De acordo com Slenes, sua interpretação da economia mineira oitocentista (chamada pelo próprio autor de “modelo alternativo”), estruturada na relação entre os rendimentos gerados pela produção voltada para exportação sob o incentivo da produção de alcance interno, possibilitaria explicar o apego dos mineiros à escravidão, uma vez que: “[...] o grande efeito multiplicador das atividades de exportação em Minas foi sentido especialmente pelo setor escravista da província, não pelo setor que usava o trabalho livre”.²⁸

Em outras palavras, a produção mineira para exportação, conforme Slenes, foi capaz de gerar uma renda bem distante de insignificante. Esta, por sua vez, estimulou a procura por escravos, sendo responsável ainda pelo surgimento de uma grande demanda de produtos em geral na província, tais como panos de algodão e produtos metalúrgicos; vinculada ao setor exportador de café e às atividades internas em geral. Sendo assim, para o autor, foi a produção para exportação o “centro dinâmico” da economia mineira do século XIX. As atividades ligadas ao mercado interno da província, ainda que ocupando a maior parte da mão-de-obra tanto cativa quanto livre, só alcançaram algum grau de desenvolvimento sob influência dos efeitos multiplicadores oriundos da produção voltada para outras províncias.

De acordo com Slenes, o mercado interno mineiro somente ganhou importância na medida em que estimulado pelos efeitos multiplicadores gerados pelas produções voltadas para exportação; este sim, o principal setor que impedira a completa decadência da região, sendo responsável pelo surgimento de um significativo mercado regional. Para o autor, Roberto Martins desconsiderou o fator exportação na medida em que fez uma interpretação literal das fontes sobre esse setor, sem considerar os limites desta documentação e as exportações de diamantes que não foram consideradas nesse material.

Em *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, publicado em 1988, Douglas Cole Libby desenvolveu um estudo que possui muitos pontos de contato com as obras de Roberto Borges Martins e Robert Slenes, entre os quais, a

²⁷ SLENES, op. cit., p. 57.

²⁸ Ibid., p.61.

discussão do escravismo mineiro dos oitocentos e suas imbricações com a conjuntura econômica mais ampla da capitania/província.²⁹

Para Douglas Libby, a constatação de que Minas Gerais oitocentista sustentava ainda a maior população provincial do Brasil e mantinha também imenso plantel de escravos, acrescentada ao constante crescimento demográfico da região no período - inclusive do contingente de cativos - apontava para a necessidade de um profundo repensar da história econômica de Minas Gerais para o período dos oitocentos. Este repensar, em última instância, acabaria por rejeitar noções como decadência e estagnação.

Amparado por farta documentação, tais como fontes censitárias, fontes oficiais do governo provincial, grandes séries de estatísticas (sobre exportações e importações) e projeções fundadas em grande número de dados demográficos; Douglas Libby afirmou ter ocorrido em Minas Gerais do século XIX, um processo singular de substituição das atividades mineradoras por um diversificado leque de outras atividades que proporcionaram a transformação da economia provincial em algo distinto, marcada, entre outras coisas, pela independência em relação às importações e pelo forte apego à escravidão.³⁰

Embora não rejeitasse as análises que apontaram a agropecuária de subsistência como a principal atividade econômica mineira - quando da retração da mineração para exportação - para Douglas Libby surgiu em Minas Gerais um importante setor ligado à indústria de transformação, que visava transformar matérias-primas em artigos acabados. As principais atividades deste setor foram a siderurgia, a mineração subterrânea e a produção têxtil.³¹ Foi na caracterização destes três ramos de atividades de transformação, mais precisamente na análise dos trabalhadores engajados nestas ocupações, que Libby deu maior ênfase em seu trabalho. Um dos pontos principais que o autor buscou analisar referiu-se ao peso da participação da mão-de-obra cativa em cada um dos três ramos acima apontados.

Por mais que o nível de desenvolvimento técnico desse setor de transformação fosse muito variável (por vezes rudimentar, por vezes avançado), o autor sustentou que o mesmo conseguiu atravessar períodos de florescimento em circunstâncias supostamente desfavoráveis (produção para auto-consumo, baixos níveis de mercantilização e desestruturação da economia para exportação).³² Para Libby, o peso destas atividades industriais de transformação ganhou importância impulsionado por fatores como o isolamento da região,

²⁹ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁰ Ibid., p.32.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

que tornava muito oneroso o suprimento da demanda por determinados produtos via comércio com o litoral, os empecilhos impostos à penetração de mercadorias fabris estrangeiras e à necessidade de complementaridade de uma economia de base agrícola.³³

Nesse quadro, para Douglas Libby, o papel do escravismo seria nítido, uma vez que foi a forma predominante de trabalho (pelo menos até 1880), crucial para funcionamento de todos os setores mais dinâmicos da economia do período, definindo ainda a forma da participação da camada livre não-proprietária na economia mercantilizada. Entretanto, por mais que o escravismo mineiro dos oitocentos se mostrasse surpreendentemente flexível, não fora capaz de conter as contradições inerentes ao processo de implantação do capitalismo.

Diante de tal cenário, no qual além da agropecuária de subsistência, ganhou destaque ainda um respeitável setor de transformação, tanto em termos de efeitos multiplicadores como de acúmulo de capitais; Douglas Libby definiu a economia mineira do XIX como uma “economia de acomodação”. Por este termo buscou entender uma economia em um processo gradual e paulatino de adaptação ao escasseamento das minas de metais preciosos e, mais tarde, ao desmantelamento da escravidão, na qual se destacou, além da produção de subsistência, uma diversificação e uma expansão da base produtiva que passou a incluir um respeitável setor voltado para atividades de transformação.³⁴

Ao traçar esse quadro das Minas Gerais oitocentista, Libby sustentou que a singularidade da província no período deveria ser entendida no contexto de um Brasil escravista, imerso em um jogo de contradições e articulações típicas de um complexo processo de transição rumo a uma economia mais propriamente capitalista.

Tendo em vista o que já foi apresentado até o momento, a partir do trabalho de Maria Yedda Linhares, passando pelos de Roberto Martins, Robert Slenes e Douglas Libby, as análises acerca da economia mineira oitocentista deixaram de enfatizar a completa decadência e estagnação da região no século XIX. Os setores de produção voltados para a subsistência, o abastecimento e a transformação, formadores de um complexo e significativo mercado regional, foram apontados como capazes de garantir algum grau de dinamização econômica para a região, o que, por sua vez, assegurou ainda um alto índice de importação de cativos. Se, por um lado, este tipo de produção não fora capaz de gerar os mesmos índices econômicos de acumulação verificados no século anterior (de produção voltada para exportação), por outro lado, a importância obtida por este setor direcionado para “dentro”, pôde impedir a completa

³³ LIBBY, op. cit., p. 32.

³⁴ Ibid.

desestruturação da economia de Minas Gerais no período posterior ao do auge da mineração do ouro.

Em meados da década de 1990, a discussão sobre a economia mineira voltou a refletir os “debates” acerca da economia colonial como um todo. Esta constatação obriga a retomada de alguns importantes trabalhos que tiveram por objetivo a análise de um contexto que extrapola os limites espaciais da província mineira; bem como a demarcação temporal referente ao século XIX. Com isto, uma relativa linearidade temporal, que até este momento vem sendo razoavelmente respeitada no capítulo, quanto à produção historiográfica sobre a economia mineira oitocentista, passa a ser tangenciada.

Obra de autoria de Fernando Novais *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* pode ser considerada uma das obras de maior influência da historiografia brasileira.³⁵ Durante muitos anos, a análise explicitada no livro acerca do período colonial brasileiro foi o parâmetro fundamental para a realização de diversos trabalhos sobre aquele momento da história brasileira.

Fernando Novais reconstituiu o período colonial brasileiro à luz de um contexto mais amplo que apontava para a inserção do sistema colonial do período mercantilista no escopo do Antigo Regime europeu. Inserido neste quadro mais amplo, o sistema colonial mercantilista não escapou das transformações inerentes ao Antigo Regime: “É pois neste quadro de hegemonia da Inglaterra industrial e de crise em processo do Antigo Regime que devemos situar a posição do Brasil e de Portugal; pequena metrópole aliada à Inglaterra para preservar seus extensos domínios ultramarinos”.³⁶

Na busca por entender a configuração da política colonial, sempre encarada como parte de um contexto mais amplo do período compreendido entre o final da época pombalina (1777) até a abertura dos portos (1808), Novais propôs dois níveis de análise: um voltado para os mecanismos estruturais do sistema e outro direcionado a um plano mais concreto da relação entre Brasil e Portugal. Para tanto, amparou-se em ampla e variada documentação: legislação ultramarina, Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, coleções manuscritas de memórias, instruções aos governadores e autoridades, regimentos e consultas do Conselho Ultramarino e dados sobre aspectos da situação econômica (tabelas das balanças de comércio).³⁷

³⁵ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1815)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

³⁶ Ibid., p.54.

³⁷ Ibid., p.7-9.

Novais destacou que o período privilegiado em seu trabalho, referente ao momento da crise do Antigo Sistema Colonial - que, em seu entender, não deveria ser entendido como crise de âmbito econômico - foi marcado por tentativas de reformas no Antigo Sistema de Exploração colonial. Tal período sofreria forte influência do iluminismo, que visava afrouxar a relação de subordinação colonial frente à metrópole até os limites máximos suportados pelo sistema sem obrigar sua ruptura.

Entretanto, é no segundo capítulo de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* que estão contidas as idéias que viriam a se tornar os principais alvos das críticas ao trabalho de Novais. Ao afirmar que existiu um “denominador comum” a todo o processo da colonização mercantilista, ele não só expôs a tese fundamental do capítulo³⁸ como também explicitou o seu principal interlocutor: Caio Prado Júnior e o “sentido da colonização”.³⁹

Consoante com a tese de Caio Prado, Novais afirmou que dentro do esquema mercantilista vigente no período moderno, inspirador da política da colonização, a colônia fora vista como fator essencial a contribuir para o processo de desenvolvimento econômico da metrópole, devendo contribuir para a sua acumulação primitiva de capital (o “sentido profundo da colonização”). Se a esta idéia forem acrescentadas as conexões referentes à inserção do sistema colonial mercantilista dentro do período de desestruturação do Antigo Regime, Novais afirmou que se dá um passo adiante, atingindo-se a plenitude da idéia de sentido.⁴⁰

Para o autor, o principal mecanismo de operacionalização do sistema colonial mercantilista estava situado no âmbito comercial e foi o responsável pela criação de uma reserva do mercado colonial em favor da metrópole: o “exclusivo metropolitano”.⁴¹ Este mecanismo tornou-se preponderante para a geração de lucros excedentes, criando as condições necessárias para que a metrópole incorporasse o sobreproduto colonial, uma vez que, por meio da exclusividade no comércio, ela adquiria mercadorias pelo menor preço possível na colônia (até o limite que impossibilitasse a própria produção), revendendo-os pelo maior preço possível.⁴²

Toda a dinâmica da economia colonial foi entendida por Novais a partir dos estímulos externos à área de produção (a colônia), a fim de proporcionar a acumulação primitiva de capital em mãos da nascente burguesia metropolitana, estimulando assim, a própria transição

³⁸ NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial. In: NOVAIS, 2001, op. cit., p.57-116.

³⁹ PRADO JÚNIOR, op. cit.

⁴⁰ NOVAIS, 2001, op. cit.

⁴¹ Ibid., p.72-91.

⁴² Ibid.

rumo ao capitalismo industrial. Tanto a produção seria motivada com base em investimentos metropolitanos, como também a flutuação do mercado europeu seria responsável pela maior ou menor extensão da produção colonial, na medida em que o tipo de economia organizada na colônia deveria atender a uma função comercializável.⁴³

Para que todo esse esquema do Antigo Sistema Colonial tivesse tido condições de ser posto em prática, de acordo com Novais, a forma de trabalho compulsória cumpriu papel fundamental. Em razão da abundância da terra (um dos principais fatores de produção), caso não fosse utilizado o trabalho escravo, desenvolveria-se na colônia uma economia de subsistência que não guardaria fortes vínculos com a economia metropolitana; não cumprindo assim, sua função mercantilista. Outros elementos em favor da adoção do trabalho escravo foram a sua adequação à produção em larga escala e, principalmente, a possibilidade de abertura de um outro campo para a acumulação de capital, coerente com a lógica mercantilista: o tráfico de escravos africanos.⁴⁴

Todavia, para Novais, todo o esquema esboçado referente ao Antigo Sistema Colonial Mercantilista foi responsável por gerar seus próprios elementos de superação. A acumulação primitiva, potencializada através da exploração metropolitana da colônia dentro do esquema mercantilista, que fora o objetivo principal do Antigo Sistema Colonial, ao proporcionar a transição capitalismo mercantil-capitalismo industrial, gerou também a crise do sistema, uma vez que, industrializadas, as metrópoles européias - principalmente a Inglaterra - necessitavam de um amplo consumo colonial, não só por parte da elite.⁴⁵ No entanto, este consumo acabava por esbarrar no escravismo, um dos pilares básicos do sistema colonial mercantilista. Deste processo, resultaria uma crise de caráter endógeno: “Assim, pois, chegamos ao núcleo da ‘dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação’”.⁴⁶

No intuito de tentar conter a crise, que Novais chamou de endógena, foi que, para o autor, devem ser entendidas as reflexões de vários teóricos contemporâneos ao período, explicitadas nas Memórias da Real Academia de Lisboa e a atuação dos estadistas inspirados por tais produções. Por meio da tentativa de promover reformas, teóricos e estadistas buscaram articular os interesses metropolitanos e os coloniais sem romper o pacto colonial. Reduzindo o exclusivo colonial à sua “expressão mínima”; implementaram tentativas de

⁴³ NOVAIS, 2001, op. cit., p. 57-116.

⁴⁴ Ibid., p.92-105.

⁴⁵ Ibid., p.106-116.

⁴⁶ Ibid., p.114.

conciliar extremos: princípios iluministas que apontavam, entre outras coisas, para igualdade e pacto colonial, indicativo de desigualdade. De acordo com Novais, assim caracterizou-se o movimento reformista.⁴⁷

Em tempo. Sistema colonial inserido em um quadro mais amplo que apontava para o Antigo Regime europeu sob os auspícios mercantilistas, acumulação primitiva de capital em favor da nascente burguesia metropolitana enquanto sentido da economia desenvolvida nas colônias, transposição rumo ao capitalismo industrial. Para Novais fora este o esquema fundamental para a análise do período colonial brasileiro.

Entretanto, o autor ressaltou que tal formulação configuraria-se enquanto um exercício de análise teórica, sendo as peculiaridades, as singularidades e o atípico, as marcas fundamentais do processo histórico. Afirmou que seu trabalho constituiu-se em um esforço no sentido de compreender os mecanismos profundos do processo analisado, não visando abarcar toda a gama de situações, que em seu entender: “[...] se afastam ou se aproximam daquele esquema, variando no tempo e no espaço, complicando inexoravelmente a realidade”.⁴⁸ Apenas sua busca foi direcionada para o “projeto básico” que teria inspirado a política colonial ultramarina das nações européias do século XV ao XVIII.

Tendo em vista essa constatação, muitas das críticas posteriores ao trabalho de Novais, incluídas as que afirmaram existir consideráveis níveis de acumulação endógenos à colônia, soam estranhas na medida em que o autor não rechaçou por completo a possibilidade de existirem formas específicas e peculiares ao esquema geral proposto.

Por outro lado, a existência de consideráveis níveis de acumulação internos à colônia era um requisito básico do esquema articulado por Novais, pois somente desse modo ficava assegurada a permanência do colono na própria colônia, tornando exequível o sistema colonial.

Se Fernando Novais buscou a conexão da economia colonial luso-brasileira com as flutuações econômicas do centro dinâmico, a Europa, externalizando assim os impulsos estimuladores da economia colonial, João Fragoso, em trabalho que, assim como o de Novais, exerceria forte influência nas posteriores análises acerca do período colonial brasileiro, mudou o enfoque por meio do exame da lógica interna à colônia.⁴⁹

A partir do estudo da praça mercantil do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para

⁴⁷ Ibid., p.117-298.

⁴⁸ NOVAIS, 2001, op. cit., p. 11.

⁴⁹ FRAGOSO, João Luís R. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

o XIX, mais precisamente entre 1790 e 1830, Fragoso afirmou ser possível constatar mecanismos endógenos de acumulação de capital internos à colônia, proporcionados principalmente pela renda gerada em um comércio interno de abastecimento. Desta forma, na perspectiva do autor, parte da acumulação não se transferiu para a metrópole, sendo processada na própria colônia.⁵⁰

Em sua visão, a idéia de uma economia colonial completamente extrovertida quanto aos seus estímulos, deveria ser relativizada na medida em que a montagem do sistema de agricultura cafeeiro-escravista no Rio de Janeiro desenvolveu-se justamente em uma conjuntura econômica internacional desfavorável, não havendo, portanto, equivalência estreita entre economia colonial e tendências econômicas internacionais.⁵¹ Para o autor, esta percepção apontou a existência de uma economia mais complexa do que a *plantation* escravista submetida aos estímulos externos. Seria possível constatar, no período colonial brasileiro, o aumento das receitas e das produções de abastecimento, mesmo em períodos de redução dos preços internacionais e de dificuldades no setor agro-exportador.

Para Fragoso, a montagem da cafeicultura escravista em momento internacional desfavorável indicaria a existência de acumulações endógenas à colônia, oriundas de um mercado interno regional. A constatação deste fenômeno sugeriria a possibilidade de retenção de excedente na própria colônia. Este seria responsável por garantir um certo grau de autonomia de sua economia frente às flutuações econômicas externas.⁵²

Através da percepção da possibilidade de estruturação da agricultura cafeeira do início dos oitocentos, baseada em uma acumulação derivada de um mercado regional direcionado ao abastecimento, Fragoso questionou a reduzida relevância dada pela historiografia ao mercado interno e para as produções voltadas para este setor, bem como a íntima vinculação da economia colonial com a metrópole.

Em processo semelhante ao verificado na estruturação da sociedade e da economia coloniais da Época Moderna, Fragoso afirmou que a montagem da agro-exportação cafeeira derivou-se da transformação da acumulação mercantil em produção. Entretanto, no caso da exportação cafeeira, o processo de acumulação mercantil foi processado internamente ao mundo colonial, possibilitado pela acumulação proveniente da retenção do sobretrabalho oriundo de um mercado regional de abastecimento.⁵³ Com base em tais considerações, o autor

⁵⁰ FRAGOSO, op. cit.

⁵¹ Ibid., p.25

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid., passim.

propôs um repensar da estrita dependência econômica colonial frente à metrópole. Em sua análise ganharam substancial importância, categorias como acumulação endógena, mercado interno e capital mercantil residente.

Quando consideradas para a análise do período colonial, as categorias analíticas então propostas, deveriam contribuir para a percepção da expressividade das produções voltadas para o mercado regional em face às exportações; apontando para processos de acumulação endógena e de retenção de sobretrabalho no interior da colônia e para o descompasso entre as flutuações coloniais e as conjunturas internacionais que, por sua vez, demonstrariam a relativa autonomia da reprodução da economia colonial frente às flutuações e determinações externas.⁵⁴

Entretanto, se Fragoso buscou relativizar as conexões entre extração do excedente por parte da metrópole enquanto significado último do sistema colonial, qual seria então o estímulo da reprodução colonial para o autor? Embora tenha sido uma questão discutida mais detidamente em outro trabalho, elaborado em parceria com Manolo Florentino, Fragoso esboçou aquilo que na sua compreensão seria o “motor da reprodução” na colônia: a constante reiteração de uma hierarquia social altamente marcada pela exclusão.⁵⁵ Neste sentido, a produção e a apropriação do sobretrabalho seria o resultado de relações de poder desiguais em uma sociedade fortemente hierarquizada, na qual seus grupos mais privilegiados eram conscientes de tal hierarquia e zelosos por sua manutenção.⁵⁶

À luz do exposto, percebe-se que se Fragoso não chegou ao ponto de negar por completo a perspectiva que apontava para um direcionamento da acumulação primitiva de capital para a metrópole - explicitada desde os trabalhos de Celso Furtado e Caio Prado e sistematizada por Fernando Novais - seu foco de análise foi outro. Referiu-se à lógica própria da colônia, as possibilidades de acumulação geradas neste espaço e à relativa autonomia da economia colonial, gerada no considerável nível de acumulação interna, diante das tendências externas. Para isto, ele buscou priorizar análises de micro-espacos, realidades mais concretas (em seu estudo em particular, foi priorizado o espaço da praça mercantil do Rio de Janeiro), em detrimento de estudos de maior abrangência.⁵⁷

Embora autores como Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender tenham antecedido

⁵⁴ FRAGOSO, op. cit.

⁵⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

João Fragoso na crítica à reduzida importância dada pela historiografia aos mecanismos de formação de um mercado interno colonial, chegando a afirmar que configurou-se no Brasil um modo de produção escravista colonial, capaz de formar e manter estruturas internas próprias que não deveriam ser entendidas exclusivamente pelas suas conexões com as conjunturas das economias metropolitanas - dado que seriam as colônias elementos integrantes e complementares da economia européia -⁵⁸ foi somente com este último autor que a questão da formação de circuitos internos mercantis de importância alcançou sua mais profunda sistematização.

Sempre a ter como foco os trabalhos desenvolvidos por João Fragoso, a partir principalmente de meados da década de 1990, surgiram, para o período colonial, diversos estudos que contribuíram para a reconstituição dos circuitos mercantis regionalizados, vinculados a uma economia de abastecimento, e dos níveis de acumulação gerados por esta economia.

Todavia, esses estudos se referiram às localidades que contaram, ao longo de seu processo histórico, com alguma especificidade (as praças mercantis de Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo), fosse de natureza política, geográfica ou econômica, que lhes assegurou possibilidades peculiares de retenção de sobretrabalho e de acumulação local de capital (mercantil residente). Os estudos de acumulação de capital interno para áreas coloniais carentes destes tipos de particularidades ainda são praticamente inexistentes, em função de ser bastante difícil constatar e demonstrar níveis elevados de dinamismo econômico para essas outras áreas.

Surgidos em processo concomitante à expansão dos programas de pós-graduação em história no Brasil, esses trabalhos caracterizaram-se por vasto trabalho de pesquisa, grande parte vasculhando documentação inédita. Traçaram um complexo painel da economia do período colonial, propiciando desta maneira, o entendimento de alguns pontos pouco trabalhados, embora não rejeitados, pela historiografia brasileira das décadas de 1960-70.

Buscando corroborar a perspectiva aberta por Fragoso ou partindo de suas considerações como pressupostos já estabelecidos, os níveis internos de acumulação, a existência de uma sociedade complexa em meio aos dois pólos antagônicos “senhores e escravos” e a dimensão do comércio intercolonial ganharam análises mais detidas e, para alguns casos, traços surpreendentes, tamanha a envergadura que alcançaram alguns destes aspectos analisados.

⁵⁸ CARDOSO, op. cit.; GORENDER, op. cit.

Tendo como recorte espacial o Norte Fluminense, região do município de Campos dos Goitacases, Sheila de Castro Faria parte das proposições explicitadas por João Fragoso para analisar a sociedade escravista estruturada nesta região.⁵⁹ A autora buscou estudar as formas de propriedade e transmissão de riquezas, os modos de viver e morrer e a vida cotidiana nas casas senhoriais.⁶⁰

Entretanto, para a discussão proposta nesse trabalho, o ponto a ser destacado do estudo de Sheila de Castro Faria foi a tese da autora de que na região analisada estruturou-se uma indústria açucareira voltada para um mercado interno, ao passo que tradicionalmente este tipo de produção fora pensado dentro de um esquema agro-exportador. Para a autora, tal aspecto da produção açucareira norte-fluminense, direcionamento para o mercado regional, constituiu-se como um elemento bastante peculiar.⁶¹

Segundo Sheila de Castro Faria, o sucesso dos empreendimentos agrícolas implementados no Brasil ao longo de sua história econômica, não deveriam estar somente relacionados às suas vinculações com os mercados externos. Para a autora, há que se estudar a lógica própria à estas economias. Somente desta maneira, seria possível responder questões como a aparente contradição da indústria açucareira do Norte Fluminense, uma vez que, de acordo com Sheila de Castro Faria, na medida em que a produção voltou-se para o mercado nacional, seu volume teria crescido cada vez mais.⁶²

Para ela, o caso da produção açucareira do Norte Fluminense seria um exemplo, bastante emblemático, da configuração de um mercado regional, significativo o suficiente para possibilitar o surgimento de um setor mercantil acumulador de riquezas consideráveis e de um setor de abastecimento voltado para este mercado.⁶³

Assim como nas pesquisas de João Fragoso, nos estudos de Sheila de Castro ganhou ênfase uma economia colonial dotada de dinamismo próprio, não absolutamente dependente de suas vinculações com o exterior, embora suas ligações com a economia externa não pudessem ser rejeitadas. Aquilo que a autora problematizou, amparada em um trabalho regionalizado, foi a absoluta dependência da economia colonial e não a ligação desta com a

⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. Investimento agrícola e mercado interno: Campos dos Goitacases (1850-1920).

Lócus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 23-44, 1997.

⁶⁰ FARIA, op. cit.

⁶¹ Ibid., p.28-30.

⁶² Ibid., p.24-26.

⁶³ Ibid., p.23-44.

economia externa.⁶⁴

Outro trabalho que contribuiu para o estudo da economia colonial, e que elegeu como recorte espacial o Rio de Janeiro, foi o de Antonio Carlos Jucá de Sampaio.⁶⁵ Muitas das proposições desenvolvidas por João Fragoso acerca de uma economia colonial possuidora de certo dinamismo e relativa autonomia frente aos mercados externos foram retomadas em seu estudo.

Contrariando a maior parte das pesquisas relativas ao período colonial, que referiram-se ao momento final do domínio político de Portugal sobre o Brasil, o autor privilegiou a análise da agricultura fluminense entre a metade do século XVII até meados do XVIII, período para o qual foram muito raros os estudos historiográficos, quando não praticamente inexistentes, principalmente os voltados para história econômica. Argumentou Sampaio que a época colonial não deveria ser entendida como um período homogêneo, uma vez que transformações na economia e na sociedade seriam facilmente perceptíveis ao longo do domínio português sobre o Brasil. Com isto, defendeu que se deva atribuir à colônia sua devida historicidade.⁶⁶

Para Sampaio, a idéia de que o período entre 1650 e 1750 seria marcado pela decadência da agricultura fluminense, perspectiva difundida pela historiografia, não se sustentava frente a uma análise mais detida. Amparado em documentação cartorial (escrituras públicas de compra e venda principalmente), o autor afirmou ser possível constatar a vitalidade da agricultura fluminense no período em questão.⁶⁷

Com relação à segunda metade do século XVII, assertou taxativamente que não se verificou declínio do principal produto da economia agrária fluminense, o açúcar. Também não se constataria crescimento, tendo havido, portanto, uma espécie de estabilidade em sua produção. Entretanto, nos primeiros cinquenta anos do século XVIII a situação seria outra. Aí sim o autor afirmou ter havido drástico recuo na produção de açúcar.⁶⁸

O que levaria então o autor a refutar a idéia que enfatizou uma acentuada decadência da agricultura fluminense ao longo do período privilegiado em seu estudo? Sampaio sustentou

⁶⁴ Além do trabalho citado, outro estudo da autora no qual são exploradas as dinâmicas internas da colônia, e que conta com a vantagem da maior acessibilidade, pode ser encontrado em FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁶⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, 1650-1750)**. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

Para uma versão resumida do estudo deste autor consultar: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O Agro Fluminense na curva do tempo: 1650-1750. **Estudos de História**, Franca, v.8, n.2, p.99-130, 2001.

⁶⁶ SAMPAIO, 2001, op. cit., p.100.

⁶⁷ Ibid., p. 99-100.

que existiu em solo fluminense um significativo crescimento da produção de alimentos a partir da segunda metade do século XVII. Tal tendência acentuou-se na primeira metade do século seguinte. Deste modo, frente ao declínio da produção açucareira fluminense, a partir da segunda metade dos setecentos e na primeira dos oitocentos, a produção de alimentos passou a comandar o sistema agrário em questão, transformando-se em seu setor mais dinâmico. Constatou um processo de inversão entre a decadência da produção de açúcar e a expansão da produção de alimentos. De acordo com Sampaio, o crescimento desta compensou, com larga vantagem, a decadência do açúcar.⁶⁹

Todo o processo de inversão entre tais produções (açúcar e alimentos) foi explicado por Sampaio a partir da constatação de que a elite mercantil fluminense do período direcionou seus investimentos para o setor produtor de alimentos. Esta elite fez opção pelo investimento neste setor de produção em razão da maior rentabilidade, fruto da grande demanda e do baixo custo de montagem das unidades produtivas voltadas para este ramo. Mesmo a partir da segunda metade dos oitocentos, momento no qual, de acordo com Sampaio, o setor açucareiro passou por um processo de recuperação, este fenômeno não implicou na retração do setor de alimentos.⁷⁰

Para o referido autor, portanto, ao se debruçar no estudo das produções agrárias, para além daquelas voltadas para o mercado externo, pôde-se detectar todo um setor de relativo dinamismo, fator que impediria a definição da agricultura fluminense do período em questão (1650 a 1750) como decadente.

A partir das observações sobre os estudos de Sheila de Castro Faria e Antonio Carlos Jucá de Sampaio, percebe-se que ambos direcionaram suas atenções para a análise de setores de produção voltados para o abastecimento e a subsistência, desvinculados diretamente da lógica comercial de exportação. Nos dois casos foram privilegiados recortes espaciais referentes ao Rio de Janeiro.

Objetivando o estudo dos mecanismos de crédito e de endividamento no processo de formação do sistema cafeicultor na Zona da Mata Mineira, em especial da comarca de Santo Antonio do Paraibuna (mais tarde, Juiz de Fora), Mônica Ribeiro de Oliveira trabalhou à luz das proposições de João Fragoso, embora privilegiando outra região que não o Rio de Janeiro.⁷¹

⁶⁸ Ibid., p.102-113.

⁶⁹ SAMPAIO, 2001, op. cit., p.113-115.

⁷⁰ Ibid., p.114-127.

⁷¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira**. 1999a. 330 f.. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999a. Para uma versão resumida do estudo desta autora consultar: OLIVEIRA,

A autora sustentou que foi o dinamismo do mercado de Minas Gerais o principal responsável pelo financiamento da montagem do núcleo cafeicultor mineiro. Para ela, ocorrera neste caso uma conversão da acumulação mercantil em riqueza agrária (em um processo similar ao apontado por João Fragoso para a praça mercantil do Rio de Janeiro).⁷² Neste ponto, Mônica Oliveira divergiu da historiografia sobre o tema, na medida em que, na maior parte dos trabalhos, a expansão da cafeicultura mineira foi compreendida como desdobramento da fluminense e constituída por meio de financiamento externo à província. Para ela, por meio da análise de inventários *post-mortem* e da decomposição das dívidas passivas que constavam nesta documentação, seria possível perceber a presença de um capital de origem regional como principal elemento financiador do sistema agrário cafeicultor da Zona da Mata Mineira.⁷³

Em tal processo de transposição de uma acumulação gerada na estância comercial para a produção, segundo Mônica Oliveira, objetivava-se, por parte de uma elite mercantil enriquecida, alcançar um novo *status* de grandes proprietários de terras. Deste modo, novamente em contato direto com a análise de Fragoso, afirmou a relevância de um “Ideal Aristocrático da Elite Mercantil”, relacionado às possibilidades de articulações sócio-econômicas em favor da preservação do patrimônio e da própria recriação do sistema, altamente excludente.⁷⁴ Ao apontar para um processo de acumulação endógena à província, enquanto mecanismo próprio de financiamento da agricultura cafeeira, a autora afirmou que a transferência do capital gerado nas atividades internas foi direcionada para novas fronteiras geoeconômicas, possibilitando o surgimento de grandes senhores de terras e de homens que acumularam capital em função do café, assumindo um novo *status* e passando a buscar a preservação da hierarquia social.⁷⁵

Ainda segundo a visão da autora, o capital originário do mercado regional somente foi necessário para o momento da montagem do sistema agrário em questão. A partir de então, a reprodução deste sistema decorreu de sua própria dinâmica.⁷⁶

Neste caso, a montagem da cafeicultura em Santo Antonio do Paraibuna, a transição do capital mercantil para a produção, de acordo com a análise da autora, não obedeceu apenas às motivações próprias de uma formação capitalista. No caso em foco, uma sociedade pré-capitalista, sustentou Mônica Oliveira que os sistemas de crédito estavam vinculados também

Mônica Ribeiro de. Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX. **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 23-44, 1999b.

⁷² OLIVEIRA, 1999b, op. cit., p.23-27.

⁷³ OLIVEIRA, 1999b, op. cit., p.27-33.

⁷⁴ Ibid., p.27.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid., p.29-42.

aos interesses de ordem não-econômica. Amparada em um instrumental teórico-metodológico próprio da antropologia econômica, enfatizou a importância das relações pessoais, em especial do parentesco e da reciprocidade, como estratégias para assegurar a produção em benefício da família, do *status* e da propriedade.⁷⁷ Para a autora, todas estas características foram perceptíveis e fundamentais no estudo da economia local em questão.

Dessa maneira, para Mônica Oliveira, a acumulação regional derivada de um dinâmico mercado inerente à província de Minas Gerais, em especial a comarca do Rio das Mortes, foi o pressuposto básico que contribuiu para a formação do sistema agrário cafeeicultor da Zona da Mata Mineira.

Outro trabalho elaborado sob influência das pesquisas que apontaram para algum grau de independência da economia interna de Minas Gerais oitocentista, frente às flutuações econômicas externas, foi o estudo de Afonso de Alencastro Graça Filho.⁷⁸ Com base na análise da economia mercantil da região de São João Del Rei, entre o período que se estende de 1831 até 1888, o autor buscou enfatizar a importância dos circuitos mercantis regionais para a capitania de Minas Gerais.⁷⁹

Sugeriu Graça Filho que no momento de transição do século XVIII para o seguinte, ocorrera em Minas Gerais uma “inversão dos fluxos mercantis”. Com o declínio da produção aurífera, Minas passaria de região abastecida para abastecedora. Segundo este autor, naquele momento, verificou-se na região uma inversão dos rumos das rotas do comércio voltadas para o abastecimento.⁸⁰

Graça Filho afirmou que se a tal processo se somasse a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, o crescimento demográfico do período e a expansão da cafeeicultura; estariam delineadas as origens das possibilidades acumulativas no interior de Minas Gerais oitocentista. Para ele, os níveis desta acumulação estiveram bem próximos aos alcançados pelas elites mercantis de Rio de Janeiro e da Bahia, possibilitando uma relativa autonomia de algumas praças mercantis de Minas Gerais frente ao capital mercantil carioca.⁸¹

Embora tenha afirmado que a acumulação de capital, baseada em uma economia de abastecimento, foi catalisada em Minas Gerais após o declínio do ouro, Graça Filho advertiu que

⁷⁷ Ibid., p.33-43.

⁷⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002. Para uma versão resumida do estudo deste autor consultar GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais**. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 93-110, jul. 2003.

⁷⁹ GRAÇA FILHO, 2002, op. cit.

⁸⁰ Id., 2003, op. cit.

⁸¹ Ibid., p.95.

o desenvolvimento de uma economia direcionada às necessidades básicas, surgiu como estratégia para participação nos lucros da mineração. Desta forma, a estruturação de setores de abastecimento foi concomitante à plenitude da mineração do ouro (exceção feita aos primeiros momentos de descoberta das minas, período no qual ocorreram crises de abastecimento).⁸²

Para Graça Filho, a substancial acumulação proporcionada pelo comércio mercantil de abastecimento, verificada em algumas praças mercantis mineiras, em seu estudo foi destacado o papel da elite comercial de São João Del Rei, tornaria possível o entendimento do sistema escravista da região. As possibilidades acumulativas engendradas na dinamização das rotas mercantis regionais, proporcionaram à economia mineira oitocentista o necessário dinamismo para a aquisição e reposição do plantel de cativos em níveis semelhantes aos verificados nas áreas voltadas para a agroexportação.⁸³

De modo geral, o autor afirmou que a inversão pela qual passou Minas Gerais oitocentista, de província consumidora de gêneros de primeira necessidade para região fornecedora deste tipo de produto, e as possibilidades acumulativas derivadas de tal processo denotariam a relevância alcançada pelos circuitos mercantis de abastecimento mineiros. Possibilitaram ainda que as economias de algumas regiões mineiras alcançassem uma certa autonomia frente a praça mercantil do Rio de Janeiro, então principal centro econômico do país, e também das flutuações mercantis externas.⁸⁴

Considerando os dois enfoques analíticos, um voltado para uma análise mais estrutural e que abordou a acumulação primitiva metropolitana como sentido para a colonização e outro que destacou a relevância da produção interna à colônia e uma certa autonomia econômica desta em face à metrópole, defende-se nesse trabalho uma perspectiva de complementaridade.

De modo geral, um enfoque não deve ser tido como oposto ao outro, gerando com isto dois pólos antagônicos e irreconciliáveis de análise - embora na maior parte dos casos, tenha sido desta forma que foram desenvolvidos. A existência de um significativo complexo de circuitos mercantis regionalizados, produtores de uma acumulação de nível endógeno, não implica necessariamente na rejeição da idéia de que o sistema fora pensado e executado no intuito de promover a parte mais substancial da acumulação de capital externamente a área de

⁸² Ibid., p.93-95. Neste ponto Graça Filho concorda com uma vasta bibliografia que buscou destacar o vigor de atividades como a agropecuária, mesmo no auge da produção aurífera, questionando assim a idéia de uma extrema especialização econômica de Minas Gerais em torno da mineração ao longo dos séculos XVII e XVIII. Consultar, entre outros, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 a 1850.** 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas.** São Paulo: Annablume, 1999.

⁸³ GRAÇA FILHO, 2003, op. cit., p. 103-106.

produção, em mãos da nascente burguesia metropolitana.

Se a envergadura da acumulação interna, de origem mercantil, apontou para a idéia de que a metrópole portuguesa não conseguiu levar a cabo plenamente sua política mercantilista de apropriação do excedente colonial; a emergência de fenômenos complexos e irrefutáveis como a superação do capitalismo mercantil pelo industrial - para o qual seria inerente um processo significativo de acumulação primitiva de capital na metrópole - deve levar a refletir também que tal política de apropriação metropolitana de sobretrabalho colonial não foi destituída de resultados favoráveis. Pelo contrário, logrou grande parcela de êxito. Outra questão a ser considerada reside no fato de que não seria possível para a metrópole sustentar-se sem prover também a colônia, parte integrante de seu escopo político-administrativo, estando previsto, portanto, a retenção de alguma parcela de capital em solo colonial.

Entende-se nesse trabalho que o mais frutífero seria a adoção de uma perspectiva complementarista - não revisionista como propuseram muitos analistas que enfocaram a acumulação colonial - entre a acumulação regionalizada, interna à área de produção (colônia), e à acumulação metropolitana (de maior montante certamente), externa à área de produção, embora interna ao sistema. Neste mesmo sentido, se adotada tal postura, tornam-se também complementares perspectivas macro-analíticas e enfoques mais voltados para a micro-análise regionalizada.

A busca pelas tendências gerais de um fenômeno, para as quais Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais direcionaram seus estudos, tende a ser menos visível em recortes mais regionalizados. Em outras palavras, quanto menor o campo de análise, no que se refere ao recorte espacial, menor a nitidez do processo global no qual esta área está circunscrita. Por outro lado, os aspectos singulares ou atípicos de uma micro-região, muito dificilmente podem ser captados em abordagens que privilegiam análises de estruturas mais amplas.

Dessa maneira, as pesquisas mais recentes, alicerçadas em sólido trabalho empírico, vieram complementar o modelo explicitado desde Celso Furtado, Caio Prado Júnior até Fernando Novais. Para tanto, partiram da exploração de pontos lacunares e/ou que foram tangenciados nos estudos destes autores, na medida em que não estavam entre seus objetivos principais. Seria assim na constatação dos elevados níveis de acumulação surgidos com base em um mercado regional subvalorizado, embora não ignorado por completo; bem como na análise de um mercado intercolonial ⁸⁵ muito mais dinâmico do que aquele sugerido

⁸⁴ Ibid., p. 93-110.

⁸⁵ As trocas comerciais efetuadas entre as áreas de exploração colonial, sem a participação direta da metrópole, constituem-se no objeto de estudo de alguns historiadores. Entre outros, ver FLORENTINO, Manolo Garcia.

anteriormente, embora a existência deste tipo de comércio também tenha sido esboçada, por exemplo, em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*.

Para Novais, antecedido por Furtado e Caio Prado, a existência de uma acumulação endógena foi, não somente prevista, como necessária. Sem este processo tornaria-se inviável a própria permanência do colono na colônia. Somente estavam à procura das tendências gerais do processo de colonização mercantilista. Embora os níveis de acumulação internos à colônia sejam surpreendentes, tamanho o seu montante, não foram capazes de invalidar a conexão entre a exploração colonial como meio de viabilização para a acumulação primitiva de capital nas mãos da burguesia metropolitana.

Em suma, não se enxerga nesse estudo a ruptura epistemológica proposta por muitos dos autores que buscaram desvendar os níveis internos de acumulação de capital em solo colonial (por meio da suavização do fator exploração, em favor da metrópole, sobre a colônia). As condições necessárias para a efetivação de um processo regional de acumulação de capital não foram compartilhadas por muitas regiões coloniais, sendo as que contaram com tais condições casos específicos e atípicos.

CAPITULO 2

A ECONOMIA COLONIAL SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICA: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E POSIÇÃO DE PORTUGAL NO CENÁRIO EUROPEU

Na parte anterior desse estudo foi esboçada uma perspectiva de não incompatibilidade entre acumulação primitiva de capital metropolitana e acumulação de capital em espaço interno à colônia. Todavia, não se ignora as dificuldades de aproximação entre estas perspectivas, principalmente circunscritas no campo teórico, na medida em que, na maior parte dos casos, os trabalhos que destacaram os níveis internos de acumulação foram pensados e elaborados como revisionistas, demonstrando alto grau de antagonismo com relação aos estudos acerca do Antigo Sistema Colonial e da acumulação primitiva de capital metropolitana.

Foi no exame de algumas das problemáticas teóricas que subsidiaram ambas as perspectivas acerca da história econômica do passado colonial brasileiro, por consequência das Minas Gerais oitocentista, que essa segunda parte do trabalho se ocupou, o que a transformou em um exercício de considerações eminentemente teóricas.

Em um primeiro momento, foram melhores discutidas as duas questões-chave das interpretações acerca do passado colonial brasileiro: acumulação primitiva de capital e a acumulação endógena colonial. Em seguida; o debate acerca da posição de Portugal no cenário econômico europeu do período recebeu destaque. Nos dois momentos foram abordados os desdobramentos destas discussões nos estudos acerca do Brasil colonial e de Minas Gerais da primeira metade dos oitocentos.

Conforme exposto no trecho anterior, a questão em torno da acumulação primitiva de capital permaneceu ao longo de muito tempo como chave para a compreensão da economia colonial brasileira, da qual o cenário econômico mineiro oitocentista seria derivado. Dando ênfase aos impulsos econômicos externos à área de produção, embora internos ao sistema como um todo, destacou-se o fator exportação como meio de efetivação deste processo.

Para uma análise teórica específica acerca da acumulação primitiva de capital, a obra referencial permanece sendo o capítulo XXIV de *O Capital* de Karl Marx.¹ A partir da análise deste clássico estudo torna-se possível compreender como o Brasil, então colônia portuguesa, vinculou-se ao processo de acumulação primitiva de capital dentro do Antigo Sistema Colonial.

¹ MARX, Karl. A Chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital:** Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. v. II.

Marx afirmou que a acumulação primitiva de capital, ou ainda, a origem histórica do capital, constituiu-se em um processo anterior à acumulação propriamente capitalista, sendo um fenômeno característico de formações tipicamente pré-capitalistas.² Neste sentido, seria o ponto de partida do modo de produção capitalista.³ Para o autor, a acumulação primitiva de capital somente ocorreria em determinadas circunstâncias que possibilitassem a transformação dos meios de produção e de subsistência, do dinheiro e da mercadoria (que em essência não seriam capital), em capital. A principal destas era o confronto entre proprietários (donos do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência), em busca do aumento de suas posses comprando força de trabalho alheia, e trabalhadores livres (vendedores de sua própria força de trabalho).⁴ Este antagonismo entre proprietários e trabalhadores livres configurou-se em elemento central do pensamento de Marx com relação à acumulação primitiva de capital, uma vez que o autor a definiu como sendo o fenômeno de dissociação entre o produtor e os seus meios de produção. Esta acumulação seria primitiva na medida em que ocorrera em momento anterior à formação do capital e do modo de produção capitalista.⁵

O principal motor de todo esse processo de acumulação, Marx identificou como sendo a expropriação do produtor rural e do camponês, alijados de seus meios de produção e de subsistência. Destituídos de qualquer bem material e de quaisquer garantias; eram forçadamente lançados ao mercado de trabalho, transformando-se em proletários. Todos os elementos constitutivos necessários para a estruturação da classe capitalista derivaram desta expropriação.⁶ Diante disto tudo, ficam evidentes as razões pelas quais, não somente a acumulação primitiva de capital, como também o modo de produção capitalista, configuraram-se em processos antagônicos à instituição da servidão, tendo sido deflagrados em regiões nas quais este fenômeno não era mais predominante na estrutura das relações de produção e de trabalho.⁷

Embora tenha afirmado que a história da expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, elemento formativo essencial da acumulação primitiva de capital, assumiu nuances diversas nos diferentes países nos quais se processou (variando-se os períodos históricos e a sequência das fases do processo), Marx elegeu a Inglaterra de fins do século XIV até o XIX como exemplificação de suas idéias até o momento discutidas, considerando esta a forma clássica de acumulação primitiva de capital.⁸

² MARX, op. cit., p. 879.

³ Ibid., p. 828.

⁴ Ibid., p. 829-830.

⁵ Ibid., p. 831-832.

⁶ Ibid., p. 830-831.

⁷ Ibid., p. 831.

⁸ Ibid., p. 830-832.

Não obstante serem fundamentais para a plena apreensão do pensamento de Marx quanto à acumulação primitiva de capital, a análise dos métodos que possibilitaram a efetivação deste processo (roubo dos bens da Igreja, alienação dos domínios estatais, usurpação das terras comuns e transformação da propriedade feudal em propriedade privada tipicamente burguesa) perde espaço, passando a ser marginalizada dentro dos interesses desse trabalho, em favor dos elementos capazes de acelerar este processo: sistema das dívidas públicas, moderno regime tributário, sistema protecionista e, em especial, sistema colonial. Marx detectou o surgimento destes elementos, coordenados em vários sistemas, na Inglaterra a partir de fins do século XVII. Em todos estes métodos potencializadores da acumulação primitiva de capital, o poder estatal, “força concentrada e organizada da sociedade”,⁹ fora utilizado com vistas a encurtar as etapas da substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista por meio da acumulação primitiva de capital.¹⁰

Embora Marx conferisse a todos esses métodos uma importância substancial e igualitária na tentativa de aceleração da acumulação de capital, certamente dentro dos interesses desse estudo, a análise desenvolvida acerca do papel exercido pelo sistema colonial neste processo merece destaque.

Verificada a devida historicidade das respectivas colonizações portuguesa e inglesa, neste ponto que relaciona-se o Brasil, enquanto colônia portuguesa, dentro do quadro teórico referente ao processo de acumulação primitiva de capital em benefício metropolitano, mais precisamente, enquanto elemento acelerador de tal processo. Dentro do esforço de promoção da aceleração da acumulação, o sistema colonial exerceu papel fundamental, em função, principalmente, do estatuto da exclusividade no comércio. Neste instrumento, garantidor de um vasto mercado consumidor para as manufaturas metropolitanas em plena fase de expansão, estava explicitado o papel do estado (presente ainda em todos os outros métodos de aceleração da acumulação primitiva de capital).

Para Marx, as riquezas obtidas fora da Europa retornavam para as metrópoles, transformando-se em capital. Enquanto que na colônia portuguesa, como nas outras de um modo geral, a forma de transferência de valor se processava em uma escala mercantil simples: mercadoria-dinheiro-mercadoria; do outro lado do Oceano Atlântico, na ponta metropolitana da relação, a apropriação dava-se na forma: dinheiro-mercadoria-dinheiro. Diante desta situação, na metrópole estava implicada uma acumulação ampliada de capital, possibilitada pela crescente industrialização, em função da maior agregação de valor aos produtos

⁹ MARX, op. cit., p. 869.

¹⁰ Ibid., p. 868-869.

coloniais, reexportados depois de serem transformados e dotados de maior valoração. Desta maneira, torna-se evidente o modo pelo qual a metrópole beneficiava-se com a parte mais robusta do montante do capital originado nas relações inerentes ao sistema colonial.

Circunscrito dentro do processo de acumulação primitiva de capital, o Brasil colonial sofreria conseqüências quando rompido o elo de ligação com a metrópole européia (no caso em questão nesse estudo, a exploração do ouro como fator de exportação). Diante deste quadro foi que se explicou a tese da decadência mineira: carente de impulsos econômicos próprios, Minas Gerais, bem como as outras áreas coloniais, somente se enquadrava ao processo de acumulação primitiva de capital enquanto produzisse algum fator do qual a metrópole poderia beneficiar-se. Uma vez interrompidas as possibilidades de extração de sobreproduto colonial, na medida em que o ouro foi tornando-se mais escasso, Minas Gerais ficou entregue a sua própria sorte. Não sendo capaz de gerar mecanismos internos próprios de acumulação que pudessem ser reaplicados em escala regional, na medida em que fora interrompida sua relação com os fluxos econômicos externos, toda a dinâmica estruturada em torno do fator de exportação entrou em colapso, não conseguindo sustentar-se de forma autônoma. Dentro desta perspectiva historiográfica, o século XIX mineiro encaixava-se neste quadro, restando-lhe a retração, a involução, ou em suma: a decadência.

Entretanto, mesmo diante deste esquema, não ficava vetado algum nível de apropriação de capital interno à colônia. Teria sido possível ainda uma acumulação em solo colonial, embora em montante inferior, posto que do contrário a própria reprodução do sistema produtivo colonial, bem como a permanência do colono na colônia, tornariam-se impraticáveis. Neste sentido, de acordo com Fernando Novais, o processo de independência política da colônia esteve circunscrito no esforço de inversão do fluxo da acumulação primitiva de capital; ou seja, na tentativa de assegurar que o maior montante desta fosse processado na própria área de produção, que então deixaria de ser colônia de outro país.¹¹

À luz do exposto, torna-se viável a realização de pesquisas históricas preocupadas em desvendar em que medida pôde-se acumular capital na colônia. No entanto, devem-se estabelecer os limites desta acumulação endógena, vislumbrando este processo de apropriação interna como complementação necessária e previsível do esforço principal, no sentido do qual foi estruturado e posto em prática o sistema colonial: aceleração da acumulação primitiva de capital levado a cabo pelas metrópoles européias. Certamente, o sistema padecia de falhas e limitações, não sendo praticado à perfeição de sua teorização mercantilista. Entretanto, os

¹¹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1815)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 193-198, 294-298.

limites práticos do esquema não atingiram um grau capaz de desfigurar completamente seu objetivo principal, invertendo o fluxo principal da acumulação primitiva de capital em favor da colônia.

Se por um lado, na construção da tese da decadência mineira oitocentista e da íntima vinculação entre fatores externos e incremento econômico colonial, as posições tanto colonial como metropolitana apareceram muito bem delimitadas dentro da teorização do Antigo Sistema Colonial - sendo pressupostos básicos do processo de acumulação primitiva de capital, na medida em que caberia à metrópole explorar e beneficiar-se do excedente extraído da colônia - por outro lado, quando passaram a ser ressaltadas as possibilidades de acumulação internas ao espaço colonial, a situação alterou-se.

A efetivação plena da teorização do Antigo Sistema Colonial, com o qual somente a metrópole extraía as principais benesses, foi de certa forma matizada a partir da suavização da carga exploratória empregada pela metrópole sobre a colônia (no caso em questão, de Portugal sobre o Brasil colonial). Nesta medida, os entraves para um substancial processo de acumulação endógeno ao espaço colonial ficavam, se não superados, bastante reduzidos.

Nesta perspectiva, não seria somente um impulso político-econômico, o processo de acumulação primitiva de capital, a motivação das relações entre a metrópole portuguesa e o Brasil colonial. Paralelamente a este objetivo, estaria presente ainda um impulso que possuía vinculações sócio-econômicas: a reprodução de uma hierarquia fortemente excludente, baseada no reinvestimento de uma acumulação endógena colonial, obtida por meio de atividades comerciais de abastecimento, no espaço da produção.¹² Tal hierarquização esteve presente no seio da sociedade portuguesa, sendo sua transposição para a colônia, uma das motivações da nascente elite colonial; estabelecendo-se verdadeiramente como um projeto social deste grupo.¹³

Neste quadro, o comércio de abastecimento - inerente à própria colônia e potencializado a partir do momento em que o Rio de Janeiro tornou-se a principal praça mercantil do Atlântico Sul e da transferência da família real portuguesa para esta cidade - asseguraria o surgimento de possibilidades acumulativas, circunscritas a espaços regionais; revertidas em benefício de uma elite com vistas à reiteração de uma hierarquia social marcada pela alta carga de exclusão.

¹² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹³ Ibid.

Consoante com essa interpretação esteve uma perspectiva que apontou para a necessidade de levar-se em conta elementos externos à economia (por exemplo, relações sociais e de parentesco) na análise de sociedades pré-industriais, nas quais o alcance de um mercado auto-regulado e racionalmente capitalista era ainda bastante limitado, para a investigação das relações materiais da época colonial. Nesta perspectiva, em meio à produção tipicamente capitalista coexistiram ainda outras formas não capitalistas de produção.

A sustentar essa ênfase na importância da acumulação colonial, baseada em mecanismos internos de mercantilização, com o conseqüente grau de autonomia colonial frente às conjunturas econômicas exteriores, mais precisamente da relação metrópole e colônia, esteve embutida uma perspectiva difundida por muitos trabalhos historiográficos. Em grande parte produzidos em Portugal por pesquisadores portugueses ou, quando de outras nacionalidades, academicamente vinculados com instituições deste país, essas pesquisas demonstraram interesse em repensar o vulto das atividades econômicas desenvolvidas tanto em Portugal como em suas colônias e acabaram transferindo para o passado colonial, preocupações do tempo presente.¹⁴

Não obstante sua diversidade temática, temporal e de enfoque, quando o assunto foi o conjunto das relações econômicas de Portugal com suas colônias, perpassou esta produção à tentativa de minimizar o caráter exploratório da colonização portuguesa sobre suas possessões coloniais, inclusive sobre o Brasil. Como resultado desta tendência, especificamente para o Brasil, embora a idéia fosse válida para o restante do império colonial português, pretenderam afirmar os historiadores que, não só de Portugal seria a responsabilidade pelos destinos tomados pelo Brasil enquanto nação moldada sob os auspícios da colonização portuguesa.

Em grande medida, teriam tido também os nativos, desde os tempos coloniais, condições de serem, em boa medida, responsabilizados pela estruturação de uma sociedade da qual uma das características mais evidentes foi seu alto grau de exclusão social, na medida em que o Brasil colônia desfrutaria de certo grau de autonomia frente às prerrogativas impostas pelo Antigo Sistema Colonial e, conseqüentemente, por Portugal.

Quando consolidada essa última tendência, surgiram trabalhos que passaram a ressaltar a autonomia de certas regiões coloniais, capazes de se desvincularem das flutuações e das demandas exteriores, não estando seus movimentos econômicos determinados única e

¹⁴ Um demonstrativo desta referida produção pode ser consultado em: PEDREIRA, Jorge M. Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820). **Tempo**, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p. 37-69, 2003.

exclusivamente por fatores externos.¹⁵ Teria sido este o caso, entre outros, da montagem da cafeicultura no Rio de Janeiro, ocorrida em tempos de retração dos fatores econômicos externos, com vistas à reprodução, por parte da elite colonial, de padrões de exclusão social.

Com isso, além dos traços estruturais mais amplos da economia colonial - seu caráter escravista e exportador fortemente vinculado às conjunturas do mercado internacional - buscou-se evidenciar outros elementos que fizeram parte da formação econômica colonial, tais como: a existência de outras formas de produção para além da escravista e a estruturação de um relevante mercado interno que possibilitou a efetivação de acumulações endógenas ao espaço colonial. Somados, estes elementos conferiram à economia colonial a possibilidade de desfrutar de um dinamismo próprio e singular, não completamente reduzido aos impulsos externos ditados somente pelos interesses metropolitanos.

Diante deste quadro, diferentemente da região decadente anteriormente desenhada - incapaz de gerar movimentos econômicos autóctones, fosse na esfera produtiva ou na comercial - Minas Gerais da primeira metade do século XIX surge como região tanto mais animada. Importantes unidades produtivas, voltadas para suprir uma demanda mais regionalizada, e rotas comerciais em constante atividade, ganharam destaque.

Outra questão bastante controversa e que trouxe implicações para a discussão do passado colonial brasileiro, refere-se à posição ocupada por Portugal dentro do cenário europeu, definida com base nos níveis de desenvolvimento econômico dos países.

Ao longo das análises acerca do Antigo Sistema Colonial; o império português, circunscrito apenas ao seu eixo situado no Atlântico, encontrava-se em posição desfavorável, principalmente em relação à Inglaterra, dentro das relações político-econômicas da época moderna.¹⁶ Neste cenário, coube-lhe somente o papel de fornecedor de subsídios, metais e matérias-primas principalmente, que facilitassem e abreviassem o processo de crescimento econômico e de acumulação de capital de regiões com maior dinamismo econômico.¹⁷ Portanto, dentro do cenário europeu, Portugal desempenharia um papel semelhante ao que suas colônias exerceram em seu favor, não sendo capaz de manter em seu benefício às

¹⁵ Entre outros estudos, para o caso específico do Brasil, consultar: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais:** São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FRAGOSO, João Luís R. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

¹⁶ NOVAIS, op. cit., p. 17-56.

¹⁷ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. WALLERSTEIN, Imanuel. **O sistema mundial moderno:** o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia 1600-1750. Porto: Edições Afrontamento, 1974. v. 2.

benesses extraídas de suas colônias, sendo obrigado a repassá-las aos núcleos centrais de desenvolvimento econômico, com o intuito de saldar déficits oriundos de acordos comerciais desfavoráveis que lhes foram impostos.

Dessa forma, Portugal, ou o complexo luso-brasileiro, foi definido por sua incapacidade de tirar proveito próprio de suas riquezas, fossem naturais ou produzidas, em função de predominarem ainda formas atrasadas de ação econômica, distantes da racionalidade imposta pelo capitalismo. Tal situação portuguesa foi descrita por Immanuel Wallerstein, autor que, juntamente com Fernand Braudel, forneceu os pressupostos teóricos para a estruturação dessa tese acerca da posição de atraso de Portugal frente, principalmente, à Inglaterra.¹⁸ Definindo Portugal e Espanha como áreas semiperiféricas, Wallerstein afirmou que estes países constituíram-se enquanto: “[...] correias de transmissão dos interesses das potências do centro para as regiões periféricas”.¹⁹

Dessa situação marginal de Portugal no cenário econômico do período resultaram algumas conseqüências diretamente relacionadas entre si: debilidade da burguesia mercantil, tanto metropolitana quanto por conseqüência colonial, com exigüidade de recursos e fraqueza sócio-política. Alijadas do centro econômico internacional, as áreas semiperiféricas, Portugal e Espanha em especial, ficavam obrigadas a recorrer aos seus patrimônios coloniais para poderem sobreviver. Nesta medida, afirmou Wallerstein, que o Brasil, em especial o ouro extraído de Minas Gerais, foi o elemento que permitiu a Portugal equilibrar seu comércio com a Inglaterra, deficitário em função dos desfavoráveis acordos comerciais que obrigavam os portugueses a adquirirem tecidos dos ingleses e a venderem vinhos para estes.²⁰

Todavia, consoante ao esforço da historiografia de repensar o vulto das atividades econômicas lusitanas do período moderno, o papel secundário ocupado por Portugal no cenário econômico internacional do período passou a ser objeto de questionamento, sendo inferido com ressalvas. Característico deste tipo de abordagem, o trecho a seguir é bastante elucidativo:

Da posição do império português no século XVIII, parcialmente integrado num sistema econômico internacional do qual não comanda o metabolismo, e do conhecimento dos limites do seu desenvolvimento posterior, não pode deduzir-se, teleologicamente e sem mais investigação, uma caracterização das suas estruturas e dos seus agentes sociais como um negativo de um tipo ideal capitalista, que não corresponde ao de nenhuma sociedade do tempo, nem mesmo da Inglaterra.²¹

¹⁸ BRAUDEL, op. cit.

¹⁹ WALLERSTEIN, op. cit., p. 160.

²⁰ Ibid., p. 179-238.

²¹ PEDREIRA, op. cit. p. 38.

Neste fragmento, entre outros elementos, ressaltou-se a discordância em relação à suposição - extraída da condição de não-centralidade portuguesa na conjuntura econômica européia do período e do conhecimento posterior do nível de desenvolvimento alcançado por Portugal - do antagonismo entre os agentes sociais portugueses; incapazes de beneficiarem-se das possibilidades acumulativas em razão de serem apegados a formas arcaicas de ação econômica; e os ingleses, afeitos a racionalidade tipicamente capitalista e que, em função disto, foram capazes de beneficiarem-se plenamente das possibilidades econômicas do período.

Tendo como objetivos a recuperação dos níveis de riqueza, a composição das fortunas, as modalidades de formação e de acumulação de capital e os padrões de investimento dos grupos de negociantes portugueses do século XVIII e XIX, surgiram trabalhos que apontaram em direção diversa àquela que via Portugal na semiperiferia da economia internacional do período.

Tendo por pressuposto uma abrangência maior da área constituinte do império lusitano; para além de suas áreas atlânticas, considerando-se as vastas possessões portuguesas da África e da Ásia, até então negligenciadas em suas relações econômicas com o restante do império;²² passou-se a enfatizar (em grande medida por meio de análises comparadas) investigações acerca dos modos de recrutamento e reprodução dos agentes responsáveis pela circulação econômica do império, principalmente, suas atitudes e formas de ação.²³

Um dos principais desdobramentos resultantes deste movimento historiográfico foi à constatação da emergência, a partir da segunda metade do XVIII, de um grupo diferenciado de homens de negócio. Comerciantes de “grosso trato”, especializados em operações de grande monta, dedicaram-se as atividades comerciais de longa distância e nas operações financeiras associadas aos contratos com a coroa.²⁴

De forma geral, ao se comparar os padrões de riqueza dos comerciantes portugueses, particularmente dos de Lisboa, com os de outros grupos sociais de Portugal, os resultados apontaram vantagens para os homens de negócios. Ou ainda, extrapolando a análise comparativa para grupos mercantis de outras importantes regiões econômicas européias, os

²² Ibid., p. 37.

²³ Para um estudo que busca as conexões entre as vastas regiões do império português, para além da relação mais evidente metrópole-colônia, consultar, entre outros, FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁴ FRAGOSO, op. cit.

negociantes portugueses não ficaram atrás, por vezes até superando - no tocante ao vulto de seus cabedais - seus pares de outras áreas, exceção feita aos negociantes de Londres.²⁵

Se, por um lado, passou a ser defendida uma relativa autonomização dos homens de negócios portugueses frente aos centros econômicos internacionais, em especial a Inglaterra, por outro lado, os reflexos desta historiografia entre os historiadores brasileiros parece ter sido semelhante. Não somente os negociantes metropolitanos alcançaram força suficiente para operarem de forma não completamente submissa aos centros internacionais de poder econômico, principalmente no comércio de grosso trato ultramarino (importação, exportação, distribuição e venda), como os próprios negociantes coloniais não estavam completamente submetidos às imposições metropolitanas. Foram capazes de atuar de forma a processar uma considerável acumulação de capital em benefício próprio, principalmente atuando nos negócios envolvendo outras regiões do vasto império português.²⁶

Não obstante às questões expostas nesse capítulo que, em alguns casos, de fato parecem não guardar quaisquer pontos de contato entre as diferentes perspectivas, pode ser possível aventar a possibilidade de coexistência entre os enfoques que tenderam a privilegiar o processo mais estrutural e amplo de acumulação primitiva de capital metropolitana, com aquele mais preocupado com uma dimensão regional de acumulação de capital endógena à colônia. Entretanto, essa coexistência somente pode ser levada a cabo quando o historiador partir de uma proposta teórica que não restrinja o olhar sobre elementos que as fontes estejam a evidenciar, somente definindo seu instrumental em face dos dados colhidos junto ao seu material empírico, pois, conforme sugerido no próximo capítulo, existem evidências com as quais se pode contemplar as duas faces da questão, dependendo somente da região e do período em foco. Minas Gerais da primeira metade oitocentista estaria circunscrita nesta situação.

²⁵ PEDREIRA, op. cit., p. 39-63.

²⁶ FRAGOSO, op. cit.

CAPÍTULO 3

MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX PELAS PENAS DOS VIAJANTES EUROPEUS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E ABASTECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DE DECADÊNCIA

De modo geral, os trabalhos historiográficos que se preocuparam em estudar os aspectos relacionados às trocas comerciais, às questões implicadas nos espaços da produção, da distribuição e do abastecimento das formações sociais pretéritas, sustentaram-se em metodologias basicamente quantitativas.

A adoção dessa opção de prática metodológica encontra fácil explicação em função de possibilitar a recuperação de uma variada gama de objetos e períodos históricos. Com base em documentação de caráter serial, o que implica em uma concepção teórica que aponta para um alargamento do fato histórico, tais pesquisas preocuparam-se em estabelecer quantificações que pudessem oferecer respostas mais confiáveis possíveis para as questões propostas.¹

Nessa medida recuperaram-se, para os mais diversos períodos e regiões, padrões de riqueza e de acumulação, o tamanho relativo e a importância de determinadas rotas de trocas comerciais, os níveis de rentabilidade de determinados setores de atividade mercantil, níveis de concentração de renda, mecanismos de financiamento e endividamento, circuitos regionais de produção e distribuição (com ênfase para a atuação dos tropeiros) e, mais recentemente, sob forte influência teórica e metodológica da micro-história italiana, as relações extra-econômicas (parentesco e vizinhança, por exemplo) como fator de grande influência nas variações dos preços de terras e mercadorias, principalmente para as sociedades pré-industriais.²

Além de permitir a mensuração dos objetos da análise histórica, a quantificação oferece ainda a possibilidade de elaboração de estudos comparativos entre períodos e objetos diversos, prática das mais frutíferas para o avanço da produção historiográfica e para a conseqüente complexificação do conhecimento histórico, na medida em que permite a

¹ São muitos os debates em torno da adoção de métodos quantitativos na análise histórica, tanto teóricos quanto metodológicos. Seguem-se as referências de alguns trabalhos, produzidos tanto por historiadores brasileiros como estrangeiros, que discutem a quantificação na historiografia: BURKE, Peter. O nascimento da história quantitativa e o contexto francês. In: _____. **A escola dos annales: a Revolução Francesa da historiografia (1929-1989)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991. p. 67-93. DOSSE, François. Uma História Serial. In: _____. **A história em migalhas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. p. 181-194. MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez, 1997. REHER, David. Desafios e conquistas da demografia histórica neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p.101-124, jan./dez, 1997.

² Sobre este último aspecto, a micro-história italiana, consultar: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia.

montagem de um quadro cada vez mais rico e complexo das sociedades e dos períodos em foco.

No âmbito mais prático da pesquisa histórica quantitativa, é fato que essa opção metodológica traz inerente a sua natureza uma exigência muito grande, na medida em que requer a reconstituição de grandes séries documentais, em arquivos muitas vezes sem qualquer critério organizacional; exigindo por isto elevado grau de esforço do pesquisador. Como resultado deste fenômeno, pode-se perceber que os recortes espaciais privilegiados nos estudos com base na quantificação tornam-se em geral reduzidos. Nos casos em que buscaram abarcar espaços mais amplos, acabaram por tornarem-se quase que obras de uma vida, tamanho o esforço de trabalho empírico exigido do pesquisador.

Isso posto, na medida em que se propôs a análise da questão em torno da acumulação de capital nas Minas Gerais da primeira metade do século XIX e seus conseqüentes desdobramentos; o caminho mais natural desta dissertação seria a opção pela adoção de fontes que fornecessem dados passíveis de serem quantificados, por exemplo: inventários *post-mortem*, listas nominativas, registros de transações comerciais, entre outras. Entretanto, em função desta pesquisa ter adotado um recorte espacial de grande abrangência, a opção por fontes seriais, passíveis de quantificação, tornou-se bastante difícil; uma vez que demandaria um esforço demasiadamente grande, tornando-o praticamente inexequível, pelos menos nos padrões propostos.

Na busca em contornar esta situação, adotou-se neste estudo a opção por fontes de caráter qualitativo, especificamente relatos de viajantes com passagens pela região de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX, que viessem a oferecer dados para a recomposição, de uma forma mais geral, do quadro da produção, da distribuição e da comercialização nesta região ao longo do período estabelecido.

Embora a opção por este tipo de material não fosse a princípio a mais indicada para o tipo de análise proposta, a escolha por esta documentação foi feita diante da possibilidade de se recuperar os aspectos acima apontados por meio de personagens contemporâneos ao período, observadores *in loco*, interessados justamente na apresentação daquela região aos olhos europeus, preocupados, portanto, em descrever as mais diversas facetas das desconhecidas sociedades por eles contempladas. Em função disto, foram abordados pelos viajantes desde elementos da formação cultural (em especial os rituais religiosos), até os aspectos sociais (vida familiar, hierarquização social, demografia, habitações, entre outros),

das Letras, 1998. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

passando pelas características da vida econômica das regiões (observações sobre produção, abastecimento e comercialização), aspectos sobre os quais centraram-se as atenções nessa pesquisa.

Contudo, não foram ignorados os prejuízos derivados da opção por relatos de viajantes estrangeiros. O principal deles certamente foi a impossibilidade de precisar, dentro dos limites em que se pode falar em precisão na ciência histórica, a partir de mensurações obtidas pelo método da quantificação. Os dados extraídos dos relatos de viagem expressam uma natureza eminentemente qualitativa, impossibilitando a adoção de metodologias quantitativas, haja vista serem descrições impressionistas, calcadas em perspectivas subjetivas.

Derivada desta limitação surgiu também à impossibilidade em se estabelecer qualquer exercício comparativo mais aprofundado e seguro, em função de não ter sido permitido extrair dessas fontes dados mais precisos e mensuráveis, capazes de fornecerem subsídios para um exercício comparativo entre períodos e regiões diferentes.

De forma semelhante a qualquer outro tipo de documentação, a busca pela recuperação das sociedades passadas por meio de relatos de viajantes requer alguns cuidados específicos, na medida em que este tipo de material revela alguns limites nítidos.

Além de trazerem uma visão preconcebida das regiões pelas quais viajaram, o que evidenciou-se de forma mais explícita quando o alvo das descrições dos relatos foi a cidade de Vila Rica (posterior Ouro Preto); os relatos foram baseados no sistema de valores de quem os escreveu, trazendo consigo um conjunto de concepções éticas, morais e culturais diferente daquele expresso pelas pessoas das regiões visitadas e que por isto deve ser considerado, obrigatoriamente, pelo pesquisador que se propõe trabalhar este tipo de documentação histórica.

Outro limite imposto por tal tipo de fonte se refere ao fato dos relatos de viagem basearem suas descrições - dentro de um espaço físico e, principalmente, social e cultural que era estranho aos viajantes que os produziram - em observações superficiais, impressionistas, muitas das vezes calcadas naquilo que era captado pelo campo visual do viajante ou em relatos de pessoas descompromissadas com qualquer precisão ou veracidade daquilo que relatavam.

Para a utilização desse tipo de fonte histórica, foi necessário ainda levar-se em conta o posicionamento dos viajantes que as produziram dentro de uma cadeia de redes clientelísticas. Se, por um lado, essas conexões possibilitaram a abertura de diversas possibilidades de acesso e pesquisa em lugares restritos e fechados (como no caso específico do Distrito Diamantino), por outro lado, certamente acabaram por limitar o viés crítico empregado às descrições, pois a

maior parte dos viajantes, se não todos, chegaram às mais distantes regiões de Minas Gerais munidos de cartas de apresentação, fornecidas por autoridades da época. Em razão disto, o viajante contraía débito de favor em relação à autoridade que o apresentava por meio das cartas, o que certamente atenuou um possível tom crítico nas descrições de alguns aspectos observados, mais precisamente aqueles que de alguma forma, faziam parte do conjunto de responsabilidades de quem os apresentava.

Em sua maior parte, os viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil ao longo do período em foco, não escreveram de imediato seus relatos sobre tudo aquilo que contemplavam. Foi prática comum entre eles tomarem notas e observações para, posteriormente, produzirem suas obras, muitas vezes em seus próprios países de origem. O agravante de tal procedimento foi o de que, estando longe das regiões e das situações descritas, os viajantes talvez possam ter enfatizado aquelas imagens que mais lhes tivessem fixado na memória, como, por exemplo, contrastes evidentes entre “pobreza-riqueza”, “decadência-opulência” ou “civilização-barbárie”, carregando nas tintas ao descreverem tais fenômenos. Certamente, esse modo pelo qual os viajantes produziram seus relatos, tornaram-nos ainda mais suscetíveis a subjetividade, podendo afastar um pouco mais o teor das descrições dos objetos descritos.

Certamente os aspectos acima apontados tornam tal tipo de documentação passível de inúmeros questionamentos em função de assumirem - em grande parte das descrições - um caráter parcial, limitado, preconceituoso. Em muitos casos, denotam ainda um padrão de intencionalidade do viajante; seja para ratificar ou justificar a superioridade das normas culturais e tecnológicas das sociedades européias ou ainda para sustentar ações mais específicas como, por exemplo, a atuação das companhias estrangeiras de mineração, capazes de ainda extraírem bom lucro das, então bastante saturadas, áreas de exploração de ouro e pedras preciosas, graças à sua superioridade técnica.

Expostas às inconveniências de se trabalhar com relatos de viajantes, o mesmo procedimento deve ser tomado no sentido inverso, ou seja, dar destaque para as conveniências da utilização deste tipo de material, tanto de forma geral quanto especificamente nesse trabalho, justificando-se assim o seu emprego.

A utilização dos relatos de viagem tornou possível, no âmbito específico desse estudo, uma abrangência mais ampla da área analisada, que se não pôde ser recuperada à luz de dados de maior precisão, quantificáveis, capazes de oferecerem um quadro mais profundo das questões analisadas; ainda sim, pôde ser estudada a partir dos indícios oferecidos pelas informações extraídas dos relatos dos viajantes que atravessaram Minas Gerais ao longo do

século XIX e que teceram inúmeras observações acerca da estrutura produtiva, dos mecanismos de abastecimento e de comercialização de gêneros ao longo de suas viagens. Em outras palavras, foi como privilegiar uma abordagem horizontal do tema e da região objetos desse estudo em detrimento de um enfoque mais verticalizado, a ter por base os relatos de observadores contemporâneos ao período em análise. Se não foi permitido, dada a natureza do material privilegiado, analisar a fundo cada uma das áreas abordadas, as tendências gerais do amplo recorte espacial em foco puderam ser recuperadas.

Se, por um lado, conforme o exposto acima, a estranheza dos viajantes quanto ao objeto de suas descrições acabaram tornando-as em muitos casos, superficiais; por outro lado, este mesmo desconhecimento agregou alguns pontos interessantes aos relatos, na medida em que lhes conferiu maior detalhamento de alguns dos objetos das descrições. Aspectos que eram corriqueiros aos habitantes da região ou para qualquer pessoa que tivesse familiaridade com a mesma, e que portanto não mereceriam maior esmero em seu detalhamento, nas penas dos viajantes, estranhos àquela realidade, receberam profunda atenção. Foram justamente estas descrições, que tiveram como alvos desde os elementos mais simples e rotineiros até os mais técnicos e complexos, que serviram como rico material para a pesquisa, pois ali foram narradas as mais variadas nuances daquelas sociedades. Os modos de se vestir, os hábitos das pessoas, os modos de sociabilidade, a arquitetura das construções, o comércio, a produção de gêneros, entre outros, foram contemplados em tal literatura e, em muitos casos, com riqueza de detalhes. Para o caso específico desse estudo mereceram especial atenção as descrições dos processos produtivos de diversos gêneros, das unidades produtivas, da configuração da atividade dos tropeiros no abastecimento das diversas regiões e da atividade comercial nas Minas Gerais da primeira metade oitocentista.

Conforme exposto na seqüência do trabalho, não foram poucos os viajantes que se aventuraram a cruzar as mais diversas regiões de Minas Gerais ao longo do século XIX. Sucedendo-se um a um, estes viajantes, antes de empreenderem suas excursões pela região, procuravam tomar conhecimento dos relatos produzidos pelos que os antecederam na mesma empreitada, como forma de se informarem e de se guiarem pela região. O resultado deste contato entre os viajantes foi o estabelecimento de um diálogo entre eles. Não foi raro encontrar um viajante a citar outro que o precedeu na mesma jornada, para discordar, para corroborar as afirmações feitas ou simplesmente para utilizar o relato anterior como instrumento de guia.

Diante disso, torna-se muito difícil pensar em um viajante disposto a oferecer a seus “pares” relatos despropositados, distorcidos ou enviesados, que pudessem servir somente para

algum fim específico deste viajante, distante de uma realidade que certamente também seria contemplada por um outro viajante. Nesta medida, fica facilitado o trabalho do historiador, uma vez que não devem ser encontradas, salvo casos raros, descrições desproporcionadas, desfocadas, pelo menos propositais, ainda que sob influência de perspectivas baseadas em impressões particulares e subjetivas.

Na análise dos relatos dos viajantes selecionados nesse trabalho, empreendeu-se uma perspectiva de busca pelas constantes, não do particular e do específico. Desta maneira, buscou-se dar destaque aos trechos que evidenciaram uma tendência na obra do viajante, em prejuízo de passagens que trataram de alguma questão mais singular, tanto no que diz respeito às descrições como também às análises desenvolvidas pelo viajante. Ainda dentro desse esforço, procurou-se enfatizar aquilo que não foi exposto por um único viajante, operando-se assim um trabalho de cruzamento de informações entre eles.

Expostas às implicações metodológicas do trabalho, impõe-se uma discussão acerca das balizas cronológicas e espaciais da pesquisa, ainda que estas sejam, de certo modo, um tanto imprecisas, a ponto de tornarem-se, verdadeiramente, esboços. Os limites espaciais e cronológicos do trabalho foram impostos pelas fontes utilizadas na pesquisa (os relatos de viagem). Desta forma, a partir deste momento são discutidas as questões referentes ao espaço abordado no estudo. Em seguida, ganhou destaque a discussão em torno do período abarcado pela pesquisa.

Embora escape ao escopo do trabalho a inserção mais aprofundada no debate acerca das questões de definição do espaço referentes à capitania de Minas Gerais, desde seus primeiros fluxos de povoamento, e mais precisamente, sua regionalização, tornou-se essencial a retomada de algumas considerações que apontassem neste sentido. O objetivo foi o de atribuir, na medida do possível, contornos mais nítidos para o recorte espacial em questão na pesquisa.

A busca por uma demarcação espacial satisfatória torna impositiva para qualquer pesquisa histórica a necessidade de adoção de referências espaciais apropriadas ao recorte temporal em foco. Caso não seja adotado tal procedimento, inevitavelmente o estudo acaba por tornar-se anacrônico. Assim sendo, para o caso específico desse trabalho, foi obrigatória a retomada de uma referência de espacialização apropriada às Minas Gerais da primeira metade do século XIX.

Neste sentido, adotou-se na pesquisa um modelo de espacialização e regionalização articulado com base em dados oferecidos por um conjunto de diversos viajantes estrangeiros - muitos dos quais reutilizados nesse trabalho - formulado em pesquisa desenvolvida por

Marcelo Magalhães Godoy e retificado/redefinido por um amplo conjunto de dados demográficos (na maior parte baseados em listas nominativas) levantados pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG, sob orientação de Clotilde Paiva.³ Este modelo foi apresentando, da maneira como retomado neste trabalho, em ocasião do *V Congresso Brasileiro de História Econômica*.⁴ A partir da retomada deste referencial espacial, foram feitos alguns retoques no sentido de ajustar o modelo em questão para os objetivos desse estudo, contribuindo para uma maior nitidez da região analisada.

O modelo oferecido pelo trabalho acima citado buscou avançar nas categorias de percepção espacial adequadas para a recomposição do espaço da capitania de Minas Gerais no século XVIII: “minas” e “sertões” em um primeiro momento; “matos”, “campos” e “currais” acrescidos posteriormente.⁵ Com o avançar deste modelo para o século XIX, especificamente para sua primeira metade, foram destacadas, com base no conjunto das relações comerciais e de produção da província, percebidas pela ótica dos viajantes estrangeiros, dezoito unidades para Minas Gerais da primeira metade dos oitocentos e seus respectivos níveis de desenvolvimento: Extremo Noroeste (I), Vale do Alto-Médio Rio São Francisco (II), Sertão (III), Minas Novas (IV), Triângulo (V), Araxá (VI), Paracatu (VII), Sertão do Alto Rio São Francisco (VIII), Sertão do Rio Doce (IX), Diamantina (X), Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas (XI), Intermediária de Pitangui-Tamanduá (XII), Mineradora Central Oeste (XIII), Mineradora Central Leste (XIV), Mata (XV), Sudeste (XVI), Sul Central (XVII) e Sudoeste (XVIII).⁶ Esta divisão pode ser observada no **MAPA 1**.

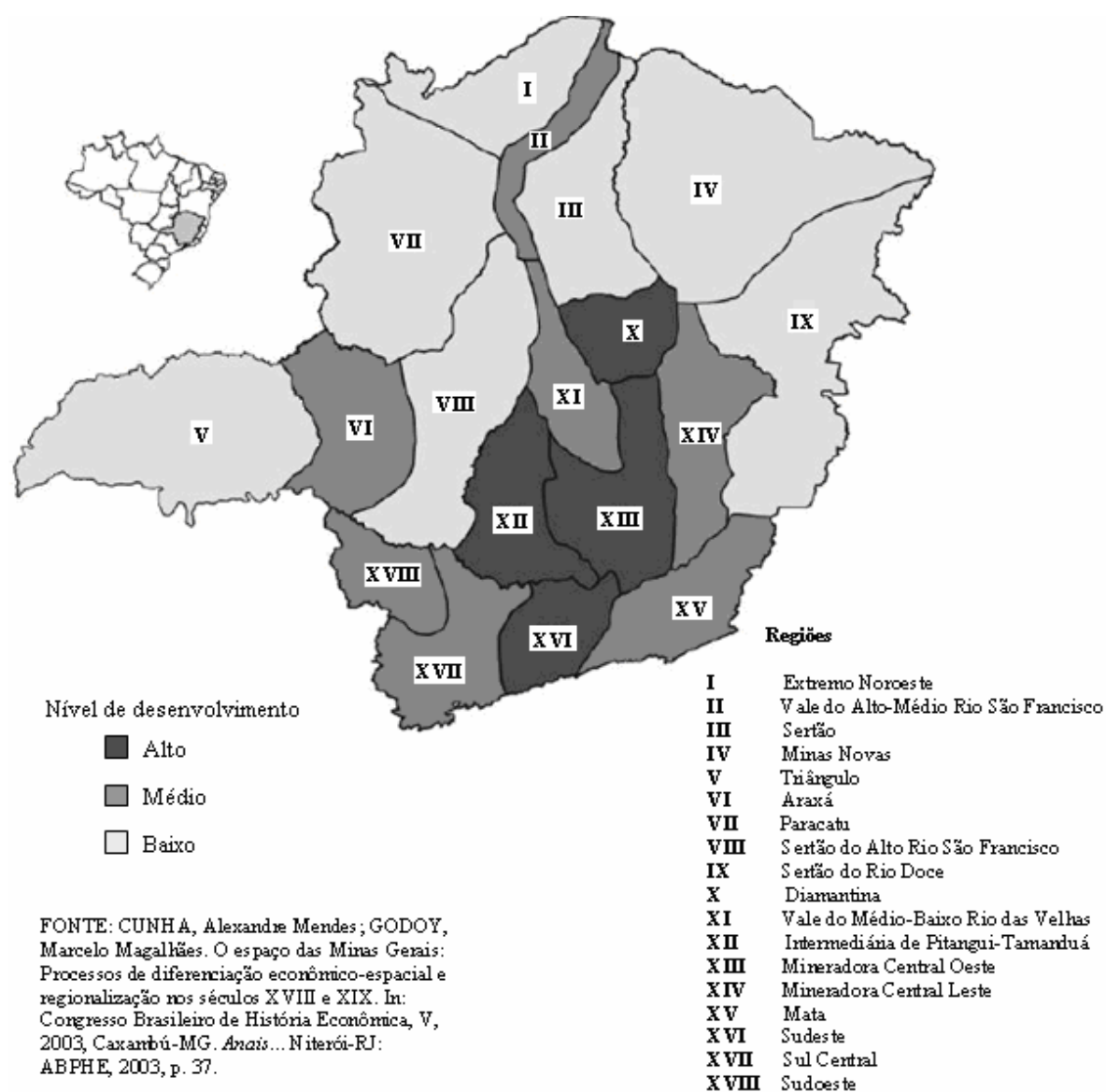
³ GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte, **CEDEPLAR/FaCE/UFMG**, 1996 (Texto para discussão nº 109) e PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

⁴ CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: Processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, V, 2003, Caxambú-MG. **Anais...** Niterói-RJ: ABPHE, 2003, p.37.

⁵ A apresentação e a discussão destas categorias espaciais, apropriadas as Minas Gerais setecentistas, se encontram em: CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 1997. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

⁶ GODOY, op. cit.; PAIVA, op. cit.

MAPA 1: Regionalização da Província de Minas Gerais (Primeira metade do séc. XIX)



A ter por base a regionalização estabelecida por esse modelo de espacialização para as Minas Gerais da primeira metade dos oitocentos, marginalizando os níveis de desenvolvimento estabelecidos, bem como os critérios e a metodologia utilizados para defini-los, pôde-se delinear satisfatoriamente a região que foi contemplada nesse estudo. Das dezoito regiões que compõem o modelo exposto acima, algumas foram marginalizadas, por razões diversas, na pesquisa.

A primeira das regiões negligenciadas foi a correspondente ao Triângulo Mineiro. A razão para a exclusão desta área encontra resposta no fato de que ela constituiu-se em alvo de inúmeras disputas territoriais entre as capitânicas de Goiás e Minas Gerais. Foi incorporada oficialmente a Minas Gerais tardiamente, no ano de 1816, quando então foi anexada à comarca de Paracatu. Anteriormente a esta data, a região do Triângulo fora parte integrante da Capitania de Goiás, embora não raro fosse incluída pelos governadores mineiros, em meio à indefinição de limites característica do período dos setecentos, como área sob sua jurisdição.

Em função disto, pode-se compreender a razão pela qual a região do Triângulo não fez parte dos roteiros da maior parte dos viajantes que buscaram contemplar Minas Gerais, acrescentando-se ainda a distância desta região, situada do lado oposto ao qual a maior parte dos viajantes alcançou Minas. A exceção mais importante dentre os que se aventuraram por essa distante área foi Saint-Hilare, que mesmo assim, só visitou a porção leste de tal região. Desta forma, os relatos de viagem não foram suficientes para oferecer melhores subsídios para considerações acerca desta região do território mineiro, fator que justificou a exclusão do Triângulo do escopo territorial abrangido nesse estudo.

Além desta área, outras duas regiões, constantes do modelo de espacialização que serviu como referência, negligenciadas nesse trabalho, por razões semelhantes, foram o Sertão do Rio Doce e a região da Mata. Carentes de núcleos urbanos de envergadura, com predominância de população indígena, muitas das quais hostis à presença de “estranhos”, e de vegetação densa de difícil transposição; estas duas regiões também não estiveram entre aquelas que atraíram grande atenção dos viajantes estrangeiros. Neste caso, a exceção mais notável ficou para Spix e Martius, responsáveis por longas e detalhadas descrições das características das populações indígenas da região, entre as quais os coroados e os botocudos.⁷

Nos poucos casos em que se aventuraram pelas regiões do Sertão do Rio Doce e da Mata, os viajantes ocuparam-se muito mais com a descrição da impressionante vegetação com que se deparavam, em prejuízo de descrições referentes à organização produtiva e comercial

⁷ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981. v. 2. p. 190-212.

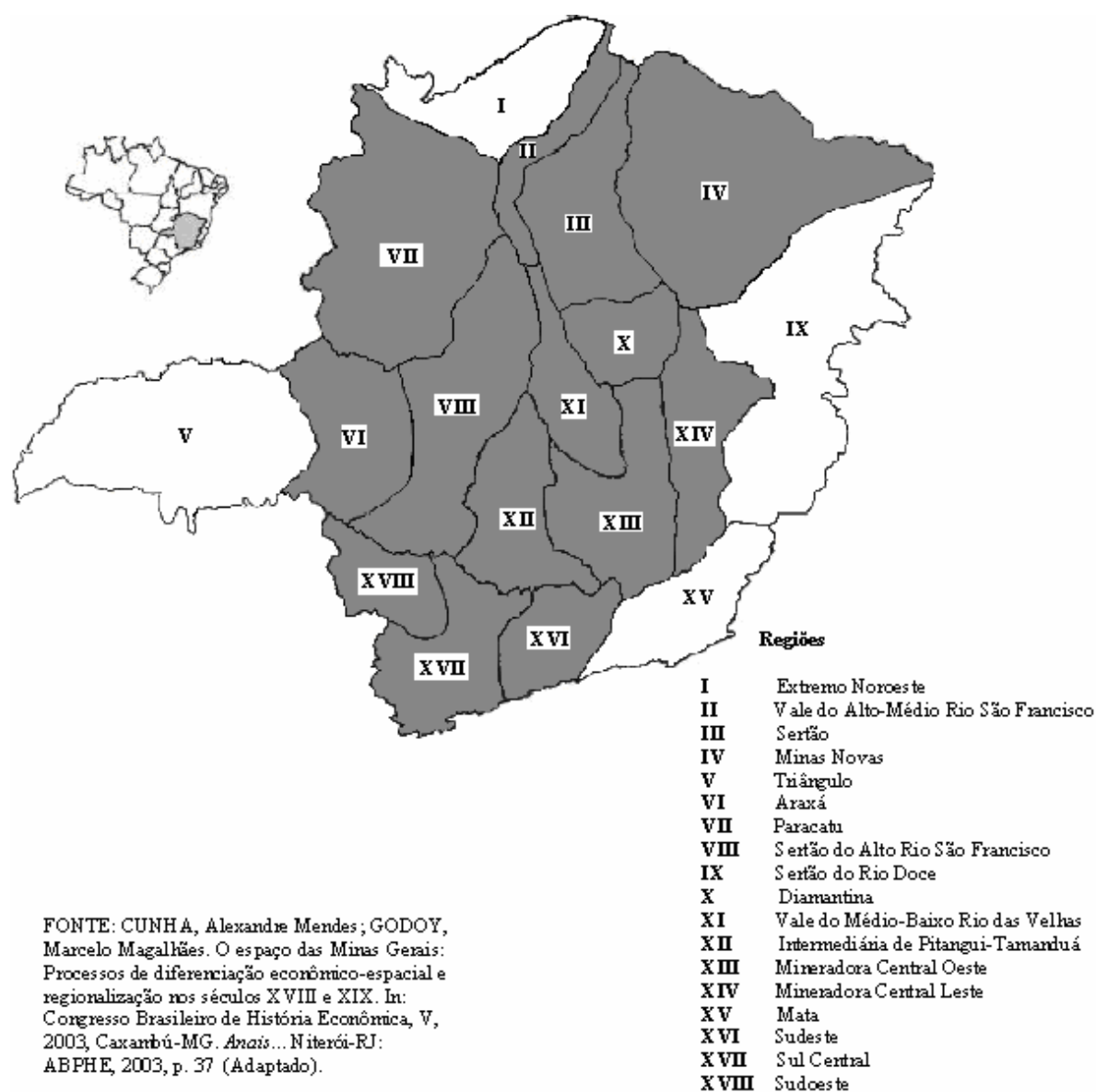
da região, não oferecendo maiores subsídios para o estudo dos aspectos econômicos desta área. Certamente, a ausência de referências acerca da produção e do comércio para o Sertão do Rio Doce e para a Zona da Mata é indicativo do estado incipiente desses setores em tais regiões, pelo menos a julgar pelas descrições dos viajantes. Importante salientar que a partir da metade do século XIX a situação da Zona da Mata começou a alterar-se drasticamente, tendo como base a expansão da cultura do café. Com isto, a região começou a ocupar gradualmente uma posição de grande destaque, chegando a tornar-se o principal centro econômico mineiro.⁸ Entretanto, no momento em que verificou-se este fenômeno, o fluxo de viajantes interessados em melhor conhecer Minas Gerais já se encontrava bastante reduzido, estando, por conseqüência, ultrapassados os limites temporais propostos por essa pesquisa.

A última das regiões que consta do modelo de regionalização adotado como referência e que não foi abordada nesse trabalho é o Extremo Noroeste. Região de exíguo povoamento, rudimentar organização econômica e forte isolamento, foi pouco contemplada pelos viajantes estrangeiros. Nos casos de exceção, Spix e Martius e George Gardner, foram vislumbrados somente os aspectos relacionados ao clima e à vegetação da região, sendo praticamente inexistentes descrições acerca de sua estrutura econômica, o que certamente também é representativo de seu baixo nível de desenvolvimento neste campo. Em face a esta constatação, também o Extremo Noroeste não foi considerado no enfoque espacial desse trabalho.

Com isso, chega-se ao esboço da área que foi abrangida nesse estudo e que pode ser verificada no **MAPA 2**. Esta área teve como referência base o modelo de espacialização para a primeira metade dos oitocentos anteriormente exposto (representado do Mapa 1), excluídas as regiões do Triângulo, do Sertão do Rio Doce, da Mata e do Extremo Noroeste de Minas Gerais, em conformidade com os aspectos apontados para cada uma dessas áreas.

⁸ Sobre a montagem do sistema cafeeiro mineiro consultar: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família:** mercado, terra e poder na formação da cafeeira mineira. 1999. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

**MAPA 2: Regionalização da Província de Minas Gerais (Primeira metade do séc. XIX)
com destaque para o recorte espacial privilegiado neste estudo**



Importante afirmar, conforme salientado anteriormente, que não constou entre os objetivos do trabalho, analisar de forma sistemática cada uma das regiões que compuseram o amplo quadro espacial da pesquisa, mesmo porque os relatos de viagem não seriam suficientes. O esforço por atribuir alguma nitidez aos contornos da área trabalhada justificou-se somente no sentido de atribuir uma melhor inteligibilidade à narrativa, mesmo porque não se pôde verificar nos relatos dos viajantes um equilíbrio de atenções para as diversas regiões. Evidente que a balança pendeu a favor das áreas de mineração mais antigas, nas quais se encontravam as formações urbanas de maior importância. Ainda que se tenha buscado contemplar toda a vasta região definida no MAPA 2, na medida permitida pelos indícios oferecidos pelos viajantes, houve a necessidade de se levar em conta que as descrições ganharam maior vigor quando os alvos foram as maiores cidades, situadas nas áreas de mineração mais intensa. Nesta medida, foi implementada uma análise de caráter mais geral - uma horizontalização em prejuízo de uma verticalização - tendo como pano de fundo o esboço espacial desenvolvido acima.

Quanto à necessidade de uma periodização, pode-se afirmar que a partir da chegada da família real ao Brasil no ano de 1808, iniciou-se um esforço no sentido de traçar uma espécie de mapeamento da região, que então assumia o importante papel de Reino Unido a Portugal. Com este objetivo, foram vários os cientistas europeus (botânicos, mineralogistas, zoólogos, entre outros) que desembarcaram no Brasil. Alguns vieram cumprindo missões oficiais, outros movidos sobretudo pela curiosidade. Compartilhavam o mesmo objetivo de viajar pela região, a fim de conhecê-la melhor. Na posição de estudiosos, preocuparam-se em sistematizar, na forma de relatos, as informações colhidas, produzindo obras que pudessem servir para o aprofundamento do conhecimento sobre a vasta e desconhecida região. Ao lado de tais cientistas, verificou-se ainda, a partir da mesma data, a chegada de muitos comerciantes, atraídos pelas possibilidades de obtenção de lucro oferecidas pela desconhecida região. Também estes foram responsáveis pela produção de relatos, embora sem o mesmo rigor técnico empregado pelos cientistas.

Em função do fluxo de estrangeiros interessados em estudar a principal colônia portuguesa ter se potencializado com a vinda da família real, foram muito mais raros os relatos de viajantes produzidos em período anterior à chegada de D. João VI ao Brasil, pois não existia ainda, de forma tão sistemática, a preocupação em conhecer melhor aquela região, que por mais importante que fosse para sua metrópole, antes de 1808 não passava ainda de uma área de exploração colonial (mesmo que muito vasta e rica de recursos naturais).

Dentro dessa tendência de busca por conhecer melhor a região que então alcançava o posto de Reino Unido a Portugal, torna-se facilmente compreensível a curiosidade despertada por Minas Gerais (região da qual extraía-se ouro e posteriormente diamante em abundância) nesses viajantes. Não por acaso Minas fez parte dos roteiros dos principais viajantes que se propuseram a viajar pelo Brasil.

Isto posto, evidencia-se a primeira baliza temporal do trabalho, 1808: data da chegada da família real e, o mais importante para essa pesquisa, da intensificação do fluxo de viajantes estrangeiros rumo ao Brasil, dentro de um esforço de tornar a região melhor conhecida. Portanto, não por coincidência, este foi também o ano da viagem de John Mawe por Minas Gerais, o primeiro dos viajantes, cronologicamente falando, que foram abordados na pesquisa e, certamente, um dos primeiros a enfrentar os obstáculos de viajar pelo interior do Brasil, transformando em relato os frutos de suas excursões e pesquisas.⁹

Não somente ao longo dos anos em que D. João VI permaneceu no Brasil, como também nas décadas posteriores à independência política, continuaram chegando ao país inúmeros viajantes que objetivavam a descrição dos diversos aspectos da região: clima, relevo, sociedade, economia, política, cultura, etc. Ainda que tivessem sua missão mais facilitada, na medida em que puderam contar com relatos anteriores à servir-lhes como instrumentos de guia, os viajantes que chegaram nas décadas mais intermediárias do século XIX, buscaram complementar os trabalhos que os precederam, viajando por regiões ainda inexploradas, contemplando temas que ainda não tinham sido abordados, aprofundando aspectos que somente haviam sido esboçados ou dando nova roupagem para aspectos anteriormente abordados.

Entretanto, ultrapassada a metade do século XIX, o fluxo de viajantes diminuiu sensivelmente. Talvez este fenômeno possa ser explicado pela superação da curiosidade inicial dos europeus sobre a região (que àquela altura já não era mais tão desconhecida), pelo esgotamento dos temas a serem contemplados ou pela superação do pacto colonial que tornava importante para a metrópole conhecer bem aquela que era sua principal posse colonial. Em razão disto, adotou-se como baliza final do trabalho a metade do século XIX ou, em termos mais precisos, o ano de 1852: data da viagem de Hermann Burmeister, produtor de um dos últimos relatos de viagem de maior fôlego sobre a região.¹⁰ Desta forma, o período

⁹ MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Trad. Solena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1978.

¹⁰ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoerfeldt. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1980.

entre 1808 e 1852 foi o período analisado na dissertação ou, a grosso modo, a primeira metade do século XIX. Desta forma, explicita-se nitidamente a influência das fontes para o estabelecimento dos limites temporais do estudo, bem como de seu escopo espacial. Em suma, Minas Gerais da primeira metade oitocentista.

Discutidas as questões referentes às fontes, recortes cronológicos e espaciais, o questionamento que norteou esse capítulo pode ser expresso. A interrogação às fontes visou questionar qual a situação das unidades produtivas, das rotas comerciais e das casas de comércio mineiras da primeira metade do século XIX. Adotando tal procedimento buscou-se perceber se, de acordo com o olhar dos viajantes europeus que atravessaram essa região durante o período estabelecido, as unidades produtivas, as rotas de abastecimento - em consequência a atividade dos tropeiros - e a atividade comercial de Minas Gerais nos cinquenta primeiros anos dos oitocentos estariam em retração. Ao responder afirmativamente a este questionamento, os relatos dos viajantes serviriam para subsidiar as interpretações acerca de uma acumulação de capital substancialmente extrovertida, consoante ao processo de acumulação primitiva de capital, em curso nas metrópoles européias, e que teve como efeito mais direto a desestruturação da economia mineira oitocentista, em função de haver diminuído sensivelmente - quase que extinguido-se - o ouro, produto de exportação. Foi esta a discussão implementada nesse terceiro capítulo.

Por outro lado, no quarto capítulo, os viajantes foram ainda interrogados no seguinte sentido: teria sido a estrutura produtiva, comercial e de abastecimento de Minas Gerais, estruturadas sob influência principal da exploração do ouro ao longo dos setecentos, capaz de dinamizar em grau significativo o cenário econômico da região, conseguindo manter, por algum tempo ao menos (ao longo da primeira metade dos oitocentos), unidades produtivas rentáveis, tanto de gêneros alimentícios como de artigos “industrializados” ou manufaturados (principalmente ferro e tecidos de algodão), e um comércio ativo - percebido pela ação de tropeiros e pela condição das casas comerciais - mesmo no período em que o ouro não era mais responsável pelos principais fluxos econômicos da região? Caso os viajantes, através de seus relatos, tenham oferecido subsídios para uma perspectiva afirmativa quanto a esta questão, estariam apontados indícios para uma possibilidade de acumulação endógena à colônia, baseada em um excedente originado em atividades regionais e revertido na própria região.

Conforme exposto acima, embora os relatos de viagem não possam oferecer respostas mais concretas e precisas acerca de tais interrogações, em razão de não oferecerem dados passíveis de quantificação, ainda sim puderam oferecer indícios capazes de iluminar essas

questões, mesmo que baseados em dados impressionistas, na medida em que foram escritos por agentes históricos contemporâneos ao período em foco, preocupados em descrever, estudar e analisar a região pela qual viajavam, pois esta passava a assumir papel de destaque no período.

Por muito tempo tido como um período obscuro da história de Minas Gerais, o século XIX fora visto como época de crise do sistema produtivo local e, por consequência, do comércio da região, haja vista ter se esgotado, ou praticamente, o ouro (produto em torno do qual toda a dinâmica econômica da região foi estruturada ao longo dos setecentos).¹¹ Dentre os muitos desdobramentos deste processo, a fuga de capitais fora apontada como uma das principais características. Toda esta situação de retração econômica foi definida como sendo a *decadência mineira* (que apesar de iniciada ainda nos setecentos, ganharia acentuação mais dramática nos oitocentos).¹² Por meio da análise dos relatos de boa parte dos principais viajantes estrangeiros que atravessaram a região ao longo dos primeiros cinquenta anos do século XIX, vê-se fundamentada esta hipótese.

Para Charles Bunbury, botânico inglês que esteve no Brasil entre os anos de 1833 e 1835,¹³ mesmo que fosse ainda bastante povoada em comparação com outras áreas de Minas Gerais, a região na qual se encontravam os principais núcleos de Minas não ofereceria qualquer sinal de prosperidade, pelo contrário: “Encontram-se, de duas em duas ou três em três léguas, aldeias com algumas centenas de habitantes; mas nenhuma delas é bonita, nem tem aparência de prosperidade”.¹⁴ Ao persistir na caracterização das aldeias mineiras, este viajante nada viu de elogiável, exceção feita às imponentes igrejas. As casas eram mal construídas e pobres, as mulheres feias e pouco vestidas e grande parte da população desocupada. Foi o que se pôde inferir pelo trecho abaixo:

Os objetos característicos, que mais chamam atenção do viajante que as percorre, são uma grande e brilhante igreja, caiada de branco, que muitas vezes se torna visível a uma grande distância; pequenas casas de barro, mal construídas e de pobre aparência; negras e mulatas feias, muito insuficientemente vestidas, lavando roupa no riacho; e uma abundância de desocupados que ficam olhando espantados para o estrangeiro que passa.¹⁵

¹¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004. p.79-91. PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.56-65.

¹² Ibid.

¹³ BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-35**. Trad. Helena Garcia de Sousa. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981.

¹⁴ Ibid., p.69.

¹⁵ Ibid., p.69-70.

Dessa mesma visão pessimista, expressa por Bunbury, compartilharam outros viajantes. Saint-Hilare, botânico francês que viajou longamente pelo Brasil entre os anos de 1817 e 1822,¹⁶ foi enfático ao descrever a situação das aldeias da principal área de povoamento de Minas Gerais: “[...] foram outrora ricas e prósperas, mas atualmente não apresentam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência”.¹⁷ Por sua vez, para George Gardner, naturalista de origem escocesa que viajou pelo Brasil entre 1836 e 1841,¹⁸ a realidade com a qual se deparou em Minas Gerais não estava à altura de suas expectativas: “Foi-me uma desilusão encontrar esta parte da província com população tão escassa e apresentando apenas algumas manifestações de indústria [...]”.¹⁹ Com as descrições acima, referentes às Minas Gerais da primeira metade dos oitocentos, concordou também Alcide D’Orbigny, outro viajante francês que percorreu a América do Sul entre 1826-1834.²⁰ Ao chegar à região, sentenciou: “Essas lavras, outrora ricas, só dão hoje resultados medíocres, e todas cidades ou povoações, florescentes na época de sua fundação, oferecem, agora, um aspecto de abandono e decadência”.²¹ Para este viajante, a relação entre a exaustão das minas de ouro e o despovoamento da região era evidente.

Dessa forma, despovoamento, ausência de atividades econômicas importantes e grande contingente de desocupados, foram alguns dos principais indícios apontados por esses viajantes na descrição de Minas Gerais. Tais aspectos estavam em desacordo com as expectativas com as quais chegaram à região, ainda que estas estivessem supervalorizadas. A razão de tudo isto era evidente para todos eles: o escasseamento do ouro e, por consequência, o dismantelamento das atividades a ele vinculadas.

Avançando para além dos trechos acima citados, os quais fazem referência à vastas áreas de Minas Gerais, quando não à toda a região, e que enquadraram-na em um cenário obscuro quando do momento da redução do ouro, e por consequência da dinâmica produtiva, comercial e de abastecimento estruturada em torno deste produto; foi possível encontrar

¹⁶ Foram vários os volumes escritos por Auguste de Saint-Hilare sobre suas viagens pelo Brasil. As citações que se seguem foram extraídas das obras resultantes de suas excursões por Minas Gerais, sendo as que foram utilizadas neste trecho do trabalho: SAINT-HILARE, Auguste. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975a. SAINT-HILARE, Auguste. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1974. SAINT-HILARE, Auguste. **Viagens às nascentes do rio São Francisco**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975b.

¹⁷ SAINT-HILARE, 1975a, op. cit., p.267.

¹⁸ GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975.

¹⁹ Ibid., p.193.

²⁰ D’ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1976.

fragmentos de relatos de viagem que particularizaram as descrições, preservando contudo o mesmo sentido empregado nos trechos acima. Ao invés de considerações acerca de vastas regiões, os enfoques dos trechos destacados das descrições passam a ser os povoados, os arraiais, as vilas, as cidades.

Para melhor estruturar a análise proposta, a partir deste momento do estudo, até o final desse capítulo e no seguinte, passou-se a respeitar um encadeamento das regiões analisadas no sentido sul para norte de Minas Gerais; das regiões Sudeste e Sul Central em direção às do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, Sertão e Minas Novas. Por vezes, vislumbrando a apreensão da vasta área analisada, foram estabelecidas incursões no sentido de leste para oeste, da região Mineradora Central Leste em direção a Araxá. Tal orientação pode ser melhor compreendida por meio da retomada dos MAPAS 1 e 2, anteriormente explicitados.

Ao alcançar Minas Gerais pelo extremo sul, fronteira com São Paulo, Spix e Martius, botânicos alemães que viajaram pelo Brasil entre os anos de 1817 e 1820, descreveram a região como miserável, pouco habitada e com pouca oferta de alimentos: “Somente poucas miseráveis cabanas, habitadas em geral por mulatos, encontramos nestes ermos sombrios e, além de um pouco de leite e feijão preto, não se podia contar com mais alimento algum”.²² Mesmo ao se aproximarem das áreas de mineração mais intensiva, Spix e Martius não perceberam ainda sinais de prosperidade. No trecho que se segue afirmaram que em Tiradentes não existiam sinais de unidades produtivas de relevo: “[...] não há vestígios de lavoura; todos os campos estão ressecados e incultos [...]”.²³ Para Saint-Hilare, a situação da região não era muito diferente da então descrita por Spix e Martius. Viajando em direção a São João Del Rei, este viajante francês descreveu a situação de duas fazendas pelas quais passou: “Devem ter sido importantes outrora, mas parecem-me hoje em muito mau estado”.²⁴ Ao especular sobre as razões que levaram estas fazendas para a ruína, Saint-Hilare decretou: o esgotamento das minas. Tal perspectiva ficou evidente no trecho que se segue: “Não me foi difícil adivinhar a causa de sua decadência, quando vi, pela primeira vez, montões de cascalho às margens do rio”.²⁵

Outro viajante que percorreu Minas Gerais entre os anos de 1817 e 1818, o inglês Johann Emanuel Pohl foi outro que fez referências pessimistas quanto à situação desta região.²⁶ Ao descrever a Vila de São José, próxima à de São João Del Rei, Pohl atestou à

²¹ Ibid., p.146.

²² SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 157.

²³ Ibid., p. 173.

²⁴ SAINT-HILARE, 1975a, op. cit., p.30.

²⁵ Ibid.

²⁶ POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1976.

inatividade comercial da região e a conseqüente ausência de oferta de gêneros alimentícios. Constatou somente uma incipiente produção de subsistência:

As atividades dos habitantes reduzem-se à criação de gado (bovino e suíno) e à cultura dos gêneros comuns dos campos e hortas, o que, logicamente, não produz comércio ativo. Nota-se isso também nas estalagens onde, além da hospedagem, pouco mais se pode obter além de feijão preto e, no máximo, ovos.²⁷

Para Robert Walsh, outro viajante inglês que se aventurou por Minas Gerais nos anos de 1828 e 1829,²⁸ a mineração também foi o fator que definiu a prosperidade ou a decadência de uma região. Tal perspectiva foi expressa no trecho a seguir, o qual também se referiu à Vila de São José, próxima à São João Del Rei. A localidade, que caminhava a passos largos para a decadência, teria sido salva deste destino pela chegada de uma companhia de mineração inglesa que voltou a explorar os minérios na região, por meio de técnicas mais avançadas do que aquelas empregadas pelos antigos exploradores, alterando assim a situação da vila, conforme trecho abaixo:

Todo o comércio tinha parado e não se encontrava mantimento de espécie alguma a não ser carne de porco salgada e feijão preto, ou então galinha; ou então quando, de tempos em tempos, alguma vaca velha era abatida (...). A chegada da companhia inglesa de mineração interrompeu a marcha para a decadência do lugar e mudou a face das coisas.²⁹

Desse fragmento pode-se inferir que, para Walsh, o dinamismo da vila era dependente do ouro. Ainda constaram dos relatos deste viajante, outras referências a arraiais da região que estavam em estado de decadência quando da retração da atividade de mineração: “Redondo parece ser um arraial antigo, que já teve melhores dias”.³⁰ Com relação à Suaçuí afirmou: “O lugarejo parecia ter tido maior importância no passado que agora”.³¹

A oeste de São José, já na região Sudoeste de Minas Gerais, de acordo com evidências extraídas dos relatos de Johann Emanuel Pohl, também existiram áreas marcadas pela pobreza. Esta foi predominante tanto no Arraial de Nossa Senhora de Oliveira: “Os

²⁷ POHL, op. cit., p.88.

²⁸ WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1985.

²⁹ Ibid., p.57-58

³⁰ Ibid., p.90

³¹ Ibid., p.89

moradores do lugar, mulatos e negros, pareceram-me espíritos curiosos, mas limitados. Em toda parte só se via necessidade e pobreza [...]”,³² como no Arraial de Formiga:

[...] é um mísero arraial entre três morros, à margem do riacho do mesmo nome, com cerca de cem casebres de barro e duas igrejinhas insignificantes. A maioria dos habitantes compõem-se de negros e mulatos que vivem da criação de porcos e que só raramente vêem passar cargas de couro de boi de Paracatu para o Rio de Janeiro.³³

Mais um viajante que fez análise semelhante de localidades situadas na área sul de Minas Gerais, no sentido leste da região acima tratada, já nas imediações da área Sudeste, foi John Luccock, comerciante inglês que percorreu Minas em 1818.³⁴ Para ele, a má situação de Barbacena tinha como um de seus sinais evidentes a pouca atividade comercial: “Não havia [...] sinal nenhum de prosperidade comercial; ao contrário, muitas das lojas, que para o país eram bastante belas, estavam de portas cerradas [...]”.³⁵ Situado nos limites da porção do território mineiro que até então fora analisado, o Arraial de Bento Rodrigues foi descrito por dois viajantes que por lá passaram. Nos dois casos a perspectiva foi mesma: um local pobre e sem dinamismo algum. Bunbury descreveu-o como sendo: “[...] um miserável agrupamento de choupanas [...]”.³⁶ Por sua vez, foram da mesma opinião Spix e Martius. Descreveram o local da seguinte maneira: “As casas estão em ruínas, muito pobres no interior, e seus moradores têm aparência pobre. Tudo demonstra que a florescência deste distrito já passou e mal aparecem alguns restos da antiga opulência”.³⁷

Ao abandonar-se a área até então em foco, mais ou menos correspondente às regiões Sudoeste, Sudeste e Sul Central, situadas na porção mais ao sul de Minas Gerais, rumo ao norte mineiro, entra-se pela região dos maiores núcleos mineradores das Minas setecentistas e que, grosso modo, correspondem às regiões Intermediária-Pitangui, Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste. Exceção feita à cidade de Ouro Preto, estudada em particular mais a frente, esta área passa a ser o foco dos fragmentos destacados. Também para estas regiões, foram muitos os indícios dos relatos dos viajantes que apontaram para a retração econômica.

³² POHL, op. cit., p.90.

³³ Ibid., p.92.

³⁴ LUCCOCK. John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975.

³⁵ Ibid., p.355.

³⁶ BUNBURY, op. cit., p.69.

³⁷ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 217.

Nesse sentido, um primeiro trecho que pode ser abordado foi escrito por George Gardner (certamente o viajante que mais contribuiu para a composição de um painel de decadência de Minas Gerais da primeira metade oitocentista) sobre o Arraial de Piranga: “A população é de 1.200 habitantes, a maior parte em grande pobreza. Tem um aspecto solitário e melancólico, mas ao mesmo tempo, todos os vestígios de antiga opulência”.³⁸ Se, em Piranga, foi a pobreza o que mais chamou a atenção de Gardner, no Arraial de São Caetano foi a ausência de boas vendas e de víveres disponíveis que expuseram a situação precária do local: “Lugarejo pobre, tem poucas vendas, onde não encontrei provisões para comprar, a não ser farinha de milho”.³⁹ Situado em região próxima destas últimas localidades citadas, o Arraial de Santa Rita Durão (outrora conhecida por Inficionado) foi comparada por Gardner a Catas Altas, estando ambas em situação ruim: “[...] outra longa e estreita aldeia, mais ou menos do tamanho de Catas Altas e, como esta, em evidente estado de decadência”.⁴⁰ Outros viajantes que descreveram São Rita Durão, em termos semelhantes aos empregados por Gardner, foram Spix e Martius. Para estes, o local estava: “[...] pouco a pouco empobrecendo com a decadência das minas [...]”.⁴¹ Próximo a Santa Rita, o Arraial de Brumado também foi descrito por Gardner sob ótica negativa: “[...] comprido, solitário e em grande decadência [...]”.⁴²

Mesmo para as áreas mais próximas à Ouro Preto, principal centro minerador e núcleo urbano, foi possível encontrar fragmentos de relatos de viajantes estrangeiros que atestaram escassez de produção e população, comércio fraco e pouco dinamismo, ainda que pesasse terem sido outrora responsáveis pela mineração de expressiva quantidade de ouro. Foi o caso, por exemplo, de uma região próxima a Passagem, situada entre Ouro Preto e Mariana, descrita por Luccock em trecho bastante emblemático:

Enquanto contemplava o local e prestava ouvidos aos enlevantes relatos que as gentes faziam sôbre a quantidade de ouro alí recolhida, fui uma vez mais levado a indagar: para onde tinha ido todo esse tesouro? onde estão seus afortunados donos? onde estão os sinais permanentes de seu sucesso? A única resposta *foi foram-se e nada mais resta*.⁴³

Dessa forma, Luccock afirmou que nada da riqueza derivada da exploração do ouro foi revertida em desenvolvimento - seja comercial, produtivo, ou de qualquer outra natureza -

³⁸ GARDNER, op. cit., p.232.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid., p.227.

⁴¹ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 217.

⁴² GARDNER, op. cit., p.226.

para aquela localidade mineira. Outro arraial, próximo a este último, descrito nos mesmos termos, foi Morro de Santana. Segundo Pohl, pobreza e ausência de gêneros definiriam a situação do local: “Os habitantes, na maior parte mineiros levam uma vida miserável, tendo de ir buscar longe os seus mantimentos [...]”.⁴⁴

Mais para oeste da região em foco no fragmento acima, Lagoa da Prata foi descrita por Luccock como outra área que não ostentava mais sinais de sua antiga importância: “Foi outrora lugar de fartura, mas atualmente, junto com a fazenda a ela anexa, se mostrava em mísero estado de abandono”.⁴⁵ Dos mesmos males apontados para as duas localidades acima, sofreu também o Arraial de Tapanhuacanga, descrito por Gardner, pois, não tendo conseguido reverter as divisas geradas pela mineração em desenvolvimento local, quando da sua visita, estava rumo à decadência: “Ao tempo da fundação do arraial descobriu-se ouro em abundância nas vizinhanças, mas está agora quase esgotado, existem atualmente apenas vinte ou trinta casas, na maioria caindo em ruínas [...]”.⁴⁶ No Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, de acordo com Gardner, a situação era expressa na exigüidade da produção rural e no aspecto miserável do lugar: “Contém cerca de duzentas casas distribuídas em duas longas ruas paralelas e é um dos lugares de mais miserando aspecto que já vi. [...] Com exceção de umas pequenas hortas junto a algumas casas, não há sinal de plantações nos arredores de Conceição”.⁴⁷

Ao descrever outras localidades que se encontravam em estado de decadência, Gardner insistiu que a causa desta estaria na falta do ouro. Era o caso também do Arraial de São João do Morro Grande:

Como tantas outras aldeias que devem sua origem ao aurífero das vizinhanças, também esta apresenta os sintomas de decadência: casas construídas em tempos de prosperidade estão rapidamente caindo em ruínas e as que se edificaram mais recentemente são de construção muito inferior.⁴⁸

Para o viajante, os reflexos da passagem dos tempos e do esgotamento das minas tiveram desdobramentos na qualidade das construções. A Vila de Santa Luzia, outra localidade visitada por Gardner, inserida na área abordada, carecia, segundo ele, de população

⁴³ LUCCOCK, op. cit., 339.

⁴⁴ POHL, op. cit., p. 384.

⁴⁵ LUCCOCK, op. cit., p. 321.

⁴⁶ GARDNER, op. cit., p. 215.

⁴⁷ Ibid., p. 216.

⁴⁸ Ibid., p. 220.

e produtividade: “[...] faltava o prazer de contemplar do alto uma região populosa e ricamente cultivada”.⁴⁹

Para este viajante, a riqueza dos distritos mineiros na época do ouro teria sido tão acentuada que possibilitou até mesmo certas extravagâncias; como por exemplo, a construção de belíssimas igrejas na Vila de Caeté, outra localidade que Gardner afirmou já ter atravessado tempos de prosperidade: “Esta vila, como muitas outras dos distritos de mineração, tem toda a aparência de ter visto melhores dias, pois contém as ruínas de muitas belas casas, bem como das mais lindas igrejas do interior [...]”.⁵⁰

Por fim, John Mawe, ao viajar por Minas no ano de 1808, atestou que Catas Altas foi outra localidade empobrecida com a escassez do ouro, pois, segundo ele: “Seus edifícios são bem construídos, as habitações particulares tem bom aspecto, mas apresentam todos os sinais de decadência”.⁵¹ Sobre este mesmo arraial existem ainda as impressões deixadas por Pohl, posteriores as de Mawe. Não obstante o reordenamento de suas atividades econômicas, também para este viajante, Catas Altas estava em processo de declínio, restando somente fracos indícios da prosperidade de outrora, conforme descrito no trecho a seguir:

As igrejas, em número de três, estão em decadência, como a maior parte dos edifícios do arraial, desde que diminuiu a extração do ouro. [...] Vêm-se por todo lado, neste arraial, vestígios da riqueza e abastança de outrora. Atualmente, o meio de vida dos moradores reside geralmente mais no comércio, na lavoura e na criação de gado do que na busca de ouro, que há muitos anos se encontra bastante diminuída.⁵²

Do outro lado da província, no sentido oeste da área que vem sendo abordada, encontrava-se a região de Araxá. Pouco visitada pelos viajantes europeus, os dados mais significativos sobre esta parte de Minas Gerais foram escritos por Pohl, viajante adepto de rotas mais “alternativas”, diferentes dos caminhos mais movimentados e certamente um dos que mais se prolongou em Minas Gerais, percorrendo enormes distâncias. À luz desta constatação, os relatos deste viajante tornaram-se o referencial base para análise desta área, bem como para a região de Paracatu, posteriormente abordada.

Do conjunto dos dados deste viajante sobre Araxá, ressaltaram-se aspectos comuns como: pobreza, ausência de produção em escala considerável e de rotas comerciais significativas. Localizado nesta região, o Arraial de Bambuí foi descrito por Pohl dentro desta

⁴⁹ Ibid., p. 225.

⁵⁰ GARDNER, op. cit., p. 226.

⁵¹ MAWE, op. cit., p. 143.

⁵² POHL, op. cit. p. 381.

perspectiva: “[...] é um miserável lugarejo de 80 casebres e uma deplorável igreja, onde nem sequer encontramos milho para nossos animais ou água potável, devendo esta ser trazida de uma distância de meia légua”.⁵³ Ao descrever duas pequenas localidades da região, Pohl reafirmou a carência de gêneros: “Em nenhum dos dois lugarejos encontrei sequer milho para os meus debilitados animais”.⁵⁴ Um dos principais núcleos urbanos da região de Araxá, o arraial de Nossa Senhora do Patrocínio, de acordo com Pohl, não escapou à situação exposta acima, na qual pobreza e produção escassa foram fenômenos constantes: “O povoado é pobre, com uma igreja de barro e madeira, que só recebe luz pelas portas, e umas trinta casas, cuja construção claramente denuncia a penúria dos seus donos. São na maioria negros livres que fazem uma agricultura de subsistência de milho e feijão”.⁵⁵

Deixando-se de lado a incursão oeste estabelecida acima, feita no intuito de analisar a região de Araxá, e ao retomar o sentido norte do recorte desta narrativa (a ter sempre como referencial o sul de Minas), chega-se à área compreendida pelas regiões de Diamantina e do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas. Para este espaço, permaneceram as descrições de localidades de baixa densidade populacional, produção agrícola escassa e comércio insignificante.

Um dos principais centros urbanos da região, Vila do Príncipe, posterior Serro, e que então ostentava a posição de sede da comarca do Serro Frio, foi descrita por Spix e Martius em tons bastante pessimistas, conforme trecho abaixo:

As ruas são ladeiras tortuosas e mal calçadas; as casas pequenas e pobres. [...] o número de habitantes vinha-se reduzindo nestes últimos decênios, em consequência do rendimento cada vez menor das minas de ouro, de sorte que, atualmente, não conta mais de 2.000 almas, e nesta zona de antiga opulência só se encontram vestígios de miséria.⁵⁶

Por esse fragmento nota-se que o principal indicativo da decadência de Serro, para Spix e Martius, foi a queda do número de habitantes, causada pela diminuição dos dividendos da exploração aurífera. Situado em região não muito distante de Serro, o arraial de Itambé foi bastante visitado pelos viajantes europeus. No entanto, todos foram unânimes em afirmar que a localidade já teria passado por dias melhores. De acordo com Mawe, cronologicamente o primeiro a passar pela região: “Este lugar foi outrora de alguma importância, mas se tornou

⁵³ POHL, op. cit., p. 93.

⁵⁴ Ibid., p. 95.

⁵⁵ Ibid., p. 96.

⁵⁶ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 20.

miserável por ter faltado ouro em sua vizinhança”.⁵⁷ Para Pohl, a decadência estava representada na pobreza dos habitantes e na produção voltada somente para a subsistência: “Uma igreja minúscula comprova suficientemente a indigência dos habitantes, que vivem apenas de suas plantações. [...] Antigamente os habitantes deste arraial extraíam ouro [...]”.⁵⁸ Por sua vez, Gardner enxergou reflexos da decadência do arraial na situação das habitações que compunham a localidade: “O arraial contém, além de uma igreja, umas oitenta a cem casas, a maioria em grande decadência [...]”.⁵⁹

No caminho que o conduziu até a cidade de Diamantina, próxima a Serro, G. W. Freireyss, botânico que viajou por Minas em 1814,⁶⁰ atestou a escassez da produção de gêneros na região, advertindo que: “Em parte alguma achamos culturas neste dia, apenas um pouco de couve, mandioca e milho era tudo que cultivavam”.⁶¹ Mais para o norte da região, já nas proximidades de Minas Novas, Spix e Martius atravessaram localidades sobre as quais sentenciaram: “São raros os vestígios de habitantes e de agricultura”.⁶² Sobre o povoado de Canjicas, próximo aos locais acima descritos, afirmaram que as habitações do lugar “[...] não ostentam vestígio algum de riqueza das minas de ouro locais”.⁶³

Antes de retomar o sentido norte e alcançar a Região de Minas Novas, novamente se faz necessário recorrer a um desvio horizontal, sentido oeste; desta vez para se chegar à distante região de Paracatu. Também para esta, as informações foram fornecidas por Pohl, viajante que explorou estas paragens ao ir de São João Del Rei para Paracatu e desta vila para Goiás, retornando para Minas Gerais em seguida, novamente via Paracatu. Para esta região, os relatos de Pohl expuseram a mesma tendência evidenciada quando o alvo de suas descrições fora a região de Araxá: população escassa, pobreza, dificuldade para obtenção de víveres, conseqüência de comércio pouco dinâmico e de uma produção direcionada principalmente para subsistência. Dentro deste quadro foi que Pohl descreveu a Vila de Paracatu, principal nucleação da região. Observou ainda que também nesta área, a procura por metais preciosos foi o fator motivador de seu povoamento: “A região de Paracatu é pobre, despida de atrativos e conserva os vestígios que em áreas semelhantes deixa a atividade dos homens que esburacam o solo, não pelos tesouros da Natureza, mas para a extração de metais”.⁶⁴ De

⁵⁷ MAWE, op. cit., p. 146.

⁵⁸ POHL, op. cit., p. 370.

⁵⁹ GARDNER, op. cit., p. 217.

⁶⁰ FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Trad. A. Lofgren. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982.

⁶¹ Ibid., p. 50.

⁶² SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 44.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ POHL, op. cit., p. 100.

acordo com Pohl, assim como ocorrido em muitas outras regiões de Minas Gerais, os habitantes de Paracatu não conseguiram conservar em suas mãos praticamente nenhuma parcela do excedente gerado na exploração dos metais preciosos extraídos nas imediações, guardando somente as impressões de uma época passada de maior prosperidade: “Das antigas riquezas nada conservaram os habitantes desta cidade, a não ser a triste recordação dos chamados bons tempos”.⁶⁵ Se a Vila de Paracatu, a principal da região, não teria conseguido escapar à decadência, o que dizer das localidades menores? Pohl descreveu uma delas, a Freguesia de Santana, em termos bastante claros: “Os habitantes vivem em extrema indigência”.⁶⁶

Ao abandonar as considerações sobre as regiões situadas no limite oeste do recorte estabelecido nesse estudo (Araxá e Paracatu) e retomando o eixo guia deste estudo, no sentido norte; chega-se a Minas Novas. Entretanto, na medida em que se passou a analisar as observações dos viajantes estrangeiros para as localidades desta região, a pesquisa tornou-se mais difícil em função de sofrerem drástica redução as referências acerca desta área. Ao contrário das zonas de mineração mais intensa, alvo principal dos viajantes, e das regiões ao sul de Minas, caminho obrigatório para alcançá-las, as áreas situadas no norte de Minas Gerais não despertaram grande atenção nos viajantes; sendo poucos os que se aventuraram por elas. Em razão disto, são mais escassas as descrições para Minas Novas, Vale do Alto Médio São Francisco e Sertão. Ainda assim, foi possível garimpar algumas indicações sobre duas das três áreas.

Com relação a Minas Novas, Spix e Martius afirmaram que: “As fazendolas tornam-se cada vez mais raras e pobres”.⁶⁷ Com isto, atestaram a precária situação da base produtiva desta parte de Minas Gerais. Em trecho seguinte, afirmaram que a pobreza dos habitantes da região impossibilitava a manutenção de escravos, obrigando os próprios membros das famílias a tomarem parte na produção: “Escravos negros são raros, devido à miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família”.⁶⁸ Outro viajante que explorou Minas Novas foi Pohl. Vindo da distante Goiás ele reafirmou as impressões de Spix e Martius quanto à pobreza da região, ainda que pesasse a produção de algodão e a atividade de faiscação de ouro. Descreveu o arraial de Sucuriú nos seguintes termos:

⁶⁵ POHL, op. cit., p. 101.

⁶⁶ Ibid., p. 304.

⁶⁷ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 66.

⁶⁸ Ibid.

Uma pequena igreja, construída ao sopé da colina, perto do Ribeirão Sucuriú, revela, em toda a sua construção, a indigência do lugar. Em tudo o que se vê, sente-se a pobreza dos habitantes. Vivem simplesmente de suas culturas de algodão e, em pequena escala, da faiscação de ouro.⁶⁹

Além do cultivo do algodão e da faiscação, constatou a criação de gado e o cultivo de produtos agrícolas. Todavia, mesmo levando em consideração estas atividades, para este viajante, Minas Novas ficou marcada pela pobreza quando da diminuição dos rendimentos da exploração do ouro: “Cria-se gado em amplas áreas. O gado e os produtos agrícolas alimentam atualmente os habitantes, que, desde que diminuiu notavelmente a produção de ouro, que aqui ocorria tão abundantemente nos rios, estão inteiramente empobrecidos”.⁷⁰ Outra conseqüência da diminuição da mineração foi a fuga populacional. Pohl percebeu este fenômeno no arraial de Nossa Senhora da Piedade: “[...] um povoado pobre, quase abandonado pelos moradores [...]. Provavelmente, foi o decréscimo da extração do ouro que reduziu os moradores a tal indigência, levando-os a procurar subsistência em outra parte”.⁷¹

Para a região do Vale do Alto Médio São Francisco foram poucas as referências. A que se segue foi escrita por Freireyss. Embora rara a passagem atestou, de forma geral e bastante significativa, a pobreza das moradias e das terras da região: “As suas habitações, como as suas terras, estão no estado mais miserável e muitos poucos procuram tornar a vida mais agradável pela diligência e pelo trabalho”.⁷² Deste trecho pode-se inferir, para além do juízo de valor contido, que, para este viajante, a situação das habitações e das unidades produtivas da região foram representativas de sua situação de miséria.

Em suma, foram inúmeros os indícios oferecidos pelos relatos dos viajantes estrangeiros de que, em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, pouco, ou mesmo nada, da riqueza proveniente da exploração do ouro teria ali permanecido, inviabilizando sua reversão no próprio espaço das Minas Gerais, fosse na produção ou no comércio. Contudo, embora bastante nítidas nas regiões acima abordadas, foi na análise de Ouro Preto que a decadência mineira tomou contornos mais drásticos nas descrições dos viajantes que por esta cidade passaram. Certamente, muito em função das expectativas de encontrar uma cidade próspera e dinâmica, na qual estaria revertida grande parte dos dividendos do ouro explorado em suas cercanias.

Um dos primeiros a viajar por Minas Gerais em 1808, John Mawe também esteve entre os que mais se decepcionaram com a situação de Ouro Preto. Constatou o viajante, em

⁶⁹ POHL, op. cit., p. 359.

⁷⁰ POHL, op. cit., p. 331.

⁷¹ Ibid., p. 330.

trecho bastante significativo quanto à situação da cidade e ao destino do ouro ali explorado, que: “Quando lhes falamos da riqueza da terra e da quantidade de ouro que era reputada, eles parecem satisfeitos de ter encontrado oportunidade para dizer-nos acreditarem ter sido todo o ouro enviado a Inglaterra, acrescentando que sua terra se deveria chamar atualmente Vila Pobre, em lugar de Vila Rica”.⁷³ Além do que lhe teriam dito os habitantes da cidade, Mawe reafirmou, com base em suas observações, a impressão passada pelos moradores ao destacar a pobreza da cidade: “Realmente nos admiramos da pobreza relativa desta cidade”.⁷⁴ Exceção feita aos comerciantes, que ainda conseguiam ocupação, o viajante falou de uma cidade em franco declínio, cujos habitantes não tinham trabalho: “Vila Rica conserva hoje apenas uma sombra do antigo esplendor. Seus habitantes com exceção dos lojistas, estão sem trabalho [...]”.⁷⁵

A mesma impressão de decadência descrita por Mawe no fragmento acima destacado, foi também compartilhada por outros viajantes que visitaram a então capital de Minas Gerais no período em foco. Foi o caso de Robert Walsh, viajante inglês com passagem por Minas Gerais entre 1828 e 1829. Ao visitar Ouro Preto sentenciou: “Nada poderia ser mais melancólico do que o decadente aspecto apresentado por aquela que em outros tempos tinha sido a cidade do ouro”.⁷⁶ Por sua vez, D’Orbigny ampliou o espectro da decadência para toda a província, embora descrevesse Ouro Preto: “[...] no dia seguinte chegamos aquela cidade, decadente como todo o resto da província”.⁷⁷ Em outro trecho, reafirmou suas primeiras impressões: “Tudo, na cidade, no meio dos outeiros nus e severos que a cercam, reflete a decadência e o abandono; tudo é triste, sombrio e melancólico”.⁷⁸

Ao viajar por Minas Gerais entre 1850 e 1852, Herman Burmeister,⁷⁹ cronologicamente o último dos viajantes que foram abordados nesse estudo, foi outro que ofereceu em seus relatos diversos indícios da decadência da cidade que outrora constituiu-se no principal centro minerador de Minas Gerais. Afirmou que, quando de sua passagem pela cidade, nada mais remeteria a opulência de outrora: “É uma cidade que da opulência passou a um mal disfarçado estado de miséria e perdeu sua vitalidade, conservando somente os representantes da vida diária e chã – o pobre e o artífice – sem animação nem espírito de

⁷² FREIREYSS, op. cit., p. 62.

⁷³ MAWE, op. cit., p. 123.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Ibid., p. 129.

⁷⁶ WALSH, op. cit., p. 97.

⁷⁷ D’ORBIGNY, op. cit., p. 148-149.

⁷⁸ Ibid., p. 149.

⁷⁹ BURMEISTER, op. cit.

empreendimento”.⁸⁰ Em trecho posterior, Burmeister ratificou as limitações do comércio da cidade, situação bem diversa dos tempos de seu apogeu: “O comércio limita-se à venda de produtos importados do estrangeiro. [...] Ouro Preto não é mais o grande depósito comercial para toda a Província de Minas Gerais”.⁸¹ Por fim, afirmou que estavam na imponência de algumas construções (prédios públicos e igrejas) os únicos resquícios da importância que a cidade outrora ostentou: “Da antiga riqueza e opulência da cidade dão-lhes testemunho apenas as igrejas, solidamente construídas e de aspecto imponente, e a Casa da Câmara, construção de muito bom gosto”.⁸²

Assim como nos casos das outras regiões de Minas, também para Ouro Preto os viajantes afirmaram que a razão da pobreza e da decadência desta cidade foi a drástica redução da exploração do ouro. Ainda que pese que as expectativas dos viajantes em encontrar uma região dinâmica e rica fossem certamente exageradas, é bastante indicativa a visão de que o ouro era o fator responsável pelos fluxos econômicos de Minas Gerais, mesmo das áreas nas quais não foi diretamente explorado, pois estas guardariam conexões com as regiões de exploração, sendo destas dependentes, principalmente em função de relações comerciais de abastecimento.

À luz do exposto até o momento, com base nos relatos dos viajantes estrangeiros acerca da história econômica de Minas Gerais ao longo da primeira metade dos oitocentos, torna-se plausível afirmar que, de fato, a dinâmica produtiva, comercial e de abastecimento da região entrou em forte colapso com a crescente escassez do ouro, principal produto de exportação mineiro durante os setecentos.

Tal perspectiva, portanto, aproxima-se bastante da historiografia que apontou para uma desestruturação da economia mineira a partir do momento em que o produto exportável, o ouro, tornou-se escasso. Desta maneira, efetivaria-se a tese da acumulação primitiva de capital, na área externa à produção (a metrópole européia), embora interna ao sistema colonial tomado como um todo, por meio de um comércio desigual favorável à metrópole. A tendência exposta sugere assim que praticamente nada do excedente produzido na região ao longo dos setecentos, principalmente em sua primeira metade, fora revertido em benefício do desenvolvimento econômico da região. A julgar por esses indícios, não seria possível identificar níveis consideráveis de acumulação interna, fossem estes revertidos na produção, no mercado ou em qualquer outro campo de atividade econômica, capazes de assegurar a

⁸⁰ Ibid., p. 226.

⁸¹ Ibid., p. 224.

⁸² BURMEISTER, op. cit., p. 222.

permanência de unidades produtivas e comércio relevantes ao longo da primeira metade oitocentista.

Entretanto, deve-se matizar a tendência acima explicitada. Ao se recorrer novamente aos relatos dos viajantes, uma outra perspectiva que se destaca aponta para um caminho diverso daquele até então apresentado. Passam a ser ressaltadas regiões com dinâmica produtiva ampliada, comércio efervescente (percebido sobretudo pela ação de tropeiros), que parecem bem diferentes daquelas sugeridas pelos fragmentos dos relatos dos viajantes até então apresentados. Base produtiva ampla e com bom grau de desenvolvimento, comércio dinâmico, principalmente com o Rio de Janeiro - embora existam referências de trocas com outras regiões, como por exemplo, a Bahia - uma atividade industrial e manufatureira considerável, embora ainda bastante rudimentar e incipiente, ganharam espaço nas descrições dos viajantes estrangeiros. Foram estes aspectos que receberam atenção no capítulo seguinte, ainda a ter por base documentação de mesma natureza: os relatos de viajantes estrangeiros.

CAPÍTULO 4

MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX PELAS PENAS DOS VIAJANTES EUROPEUS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E ABASTECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

A fim de conferir um caráter de inteligibilidade mais apurado ao trabalho, foram apontados nesse capítulo, num primeiro momento, fragmentos dos relatos de viagem que sugeriram indícios de atividade produtiva de gêneros alimentícios em Minas Gerais ao longo do período em foco. Em seguida, as indicações da persistência de um comércio ativo e constante, detectado sobretudo pela atividade de tropeiros, mesmo com a redução da importância do ouro para esta economia, passaram a ser expostos. Por fim, foram abordadas as atividades de transformação, indústria rudimentar e manufaturas, descritas pelos viajantes. A análise destes três elementos (produção agrícola, comércio e atividades de transformação) evidenciou aspectos bastante diversos dos sugeridos no capítulo anterior, ou seja: em vez da decadência de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, a região apareceu de modo bem mais dinâmico do ponto de vista de sua estrutura econômica. Evidentemente, a divisão em três setores de atividade foi estabelecida a fim de facilitar a execução e a inteligibilidade do trabalho, tornando-o mais facilmente compreensível. Entretanto, tal divisão nem sempre se apresentou de forma nítida nos relatos de viagem, na medida em que muitas vezes as evidências que expuseram os três ramos de atividades apareceram contidas em uma mesma passagem.

Ao estabelecer-se o mesmo corte apresentado no capítulo anterior e que, grosso modo, vai de sul a norte da província, aproximadamente das regiões Sudeste e Sul Central em direção às do Alto-Médio Vale do Rio São Francisco, do Sertão e de Minas Novas, dando espaço para os necessários cortes horizontais no sentido Mineradora Central Leste para Araxá, obrigatórios para a apreensão da área em foco, foram expostos os indícios de uma Minas Gerais bem diversa daquela anteriormente exposta sob o prisma da decadência.

4.1 A atividade produtiva em Minas Gerais na primeira metade do século XIX

Respeitando o corte acima estabelecido, um primeiro fragmento dos relatos de viajantes europeus que forneceu indícios da produção de gêneros alimentícios na região mais para o sul da província, precisamente nas imediações de Pouso Alegre, foi escrito por Spix e Martius, pautado em observações feitas em 1818. Segundo eles: “A maior parte desta região é

coberta de mato baixo, que cerca as novas plantações de milho, mandioca e alguma cana”.¹ Embora os outros víveres necessários para a sobrevivência fossem um tanto negligenciados na região: “Os restantes produtos da lavoura são aqui desleixados [...]”,² afirmaram que podiam ser conseguidos por meio de comércio pago a ouro: “[...] os habitantes adquirem por compra, com o ouro lavado, a maior parte das suas necessidades”.³ Produção de gêneros, exploração aurífera e atividade comercial foram os elementos destacados por Spix e Martius nos trechos acima.

No prosseguimento de sua viagem em direção a São João Del Rei, Spix e Martius ofereceram descrições da ampla base produtiva de uma fazenda, a Santa Bárbara, que encontraram na região: “A provisão de milho era colossal e enchia grandes paióis até o teto. A cana era espremida em pequeno engenho da fazenda, parte utilizada para cachaça, parte para melado e parte vendida aos vizinhos”.⁴ De acordo com estes viajantes, na mesma fazenda havia ainda espaço para produção de outros artigos: “Também não é desleixada aqui a criação de gado, especialmente bovino. Uma manada de seiscentas cabeças fornece carne, leite, queijos e couros para a economia doméstica inteira”.⁵ Antes de chegarem a São João Del Rei, nas imediações do rio das Mortes, Spix e Martius observaram uma região amplamente cultivada que, além de cana e café, em menor escala, produziam ainda outros gêneros: “[...] dão ricas colheitas o milho e diversas espécies de feijão, assim como, na parte mais ao sul, trigo, centeio e linho. Frutas de origem caucásica, especialmente maçãs e pêssegos dão muito, e igualmente todas as espécies de legumes europeus”.⁶

Com relação específica a São João Del Rei, localidade de maior importância da região, Spix e Martius encontraram-na bem suprida de gêneros alimentícios, na medida em que constataram em suas imediações: “[...] nas gargantas e nos fundos dos vales, muitas fazendas espalhadas, que fornecem o necessário em milho, mandioca, feijão, laranjas, fumo, como também algum açúcar e algodão, sobretudo queijos, muito gado vacum, porcos, mulas [...]”.⁷ Embora bastante indicativas de uma ampla cadeia produtiva que fornecia diversos víveres para São João Del Rei, as afirmações de Spix e Martius não foram as únicas a evidenciar este fenômeno. Em data próxima daquela em que eles viajaram pela região, Pohl descreveu a ocorrência de atividade comercial e produtiva em São João Del Rei, com ênfase

¹ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981. v. 1. p. 159.

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Ibid., p. 161.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid., p. 170.

⁷ Ibid., p. 171.

para esta última: “Hoje, os habitantes da cidade vivem em geral do comércio (pois quase cada casa, aqui, tem um armazém, ou uma venda) e da lavoura – cujos produtos são o açúcar, o café, o algodão, o milho, a mandioca e um pouco de trigo – e principalmente da criação de porcos”.⁸

Ao viajar pela mesma região, também em data muito próxima à dos viajantes citados, John Luccock afirmou que as importações de São João Del Rei, sobretudo de artigos ingleses, eram pagas com produtos da região, capazes de tornar o comércio com o Rio de Janeiro favorável para a vila mineira. Embora seja difícil imaginar que Luccock tivesse tido contato com dados concretos que subsidiassem esta última informação, seus relatos descrevem a variedade de gêneros produzidos na região. No fragmento a seguir ele enumera boa parte dos produtos cultivados em São João Del Rei e que eram utilizados para saldar as dívidas do comércio com o Rio, a ponto de torná-lo superavitário em favor da localidade mineira: “Essas importações são inteiramente pagas com os produtos da região, tais como bois, cavalos, mulas; toicinho, queijo e aves; algodão, açúcar e café”.⁹

Também situada na porção sul de Minas, a leste de São João Del Rei, Barbacena foi outra localidade para a qual foram oferecidos dados acerca da produção de gêneros. Pohl deu ênfase a este aspecto: “A maioria dessa população vive dispersa e sustenta-se com a criação de gado (especialmente criação de porcos) e a cultura de café, milho, mandioca, etc.”.¹⁰

Ao afastar-se da área mais ao sul de Minas Gerais, mais ou menos correspondente às regiões Sudeste e Sul Central, e seguindo rumo ao norte, outra região para a qual os viajantes estrangeiros apontaram fortes sinais de uma considerável base produtiva foi aquela que, grosso modo, compreende as regiões Intermediária Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Mineradora Central Leste, correspondentes às áreas de mineração mais intensiva, na medida em que compreenderam os mais importantes centros mineradores setecentistas.

Em sua viagem de regresso para o Rio de Janeiro, Luccock observou, logo na saída de Mariana, uma importante fazenda: “[...] bem cercada e grande, cultivada em escala considerável e pelos melhores dos processos”.¹¹ De acordo com George Gardner, a produção de gêneros alimentícios nesta região, de grandes centros urbanos mineradores, foi potencializada pela demanda gerada por tais nucleações. Pode-se inferir tal perspectiva do trecho no qual descreveu o Arraial de Passagem, situado entre Mariana e Ouro Preto: “[...]”

⁸ POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1976. p. 87.

⁹ LUCCOCK. John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 312.

¹⁰ POHL, op. cit., p. 84.

cujos habitantes outrora viviam da lavagem do ouro, mas agora, extintas as minas, se ocupam na plantação de gêneros alimentícios, de fácil venda em Ouro Preto”.¹² Um pouco mais afastadas desta cidade, núcleo central da região, Gardner constatou ainda outras áreas de produção. Eram os casos, por exemplo, da fazenda de Felipe Alves, contemplada por este viajante nas imediações de Piranga, na qual “Grandes áreas de terra perto da casa haviam sido ultimamente plantadas de milho e arroz”¹³ e do Arraial de São Caetano que, de acordo com ele, passava por uma reorientação de suas atividades em prejuízo da mineração e em favor do cultivo de gêneros:

A lavagem do ouro no leito do rio e ao longo de suas margens parece ter sido outrora a principal ocupação dos habitantes [...] exaurida agora essa fonte de renda, se entregaram em grande parte ao cultivo do solo, bem adaptado, quase todo, nas vizinhanças, ao café, ao milho, etc.¹⁴

Ainda sobre a região dos grandes centros mineradores, embora já quase na transição desta, Gardner atestou à existência de grandes áreas de cultivo do milho, elemento fundamental para alimentação dos habitantes da localidade: “A estrada cortava uma região descampada, ondulante, muito rica. Passamos por dezenas de fazendas rodeadas de extensas plantações de milho”.¹⁵ Antes de abandonar as considerações acerca da atividade de produção de gêneros nesta última área, cabe destacar um fragmento dos relatos de Pohl, o qual descreveu as cercanias de Catas Altas apontando para a ocorrência de várias unidades produtivas: “[...] avistamos em toda parte do vale, fazendas, algumas constituídas de várias casas e, nas encostas próximas, viçosas plantações”.¹⁶

Ultrapassada a região dos principais centros mineradores de ouro e ao se prosseguir no sentido do norte de Minas Gerais, chega-se até a região de Diamantina. Embora George Gardner descrevesse com perspectiva otimista à situação comercial e produtiva da região de Serro: “Tem umas boas casas comerciais, mas a maior parte dos habitantes de realce são agricultores, com fazendas nas redondezas”,¹⁷ foram poucos os registros dos viajantes estrangeiros que destacaram atividades de produção no local. Uma possível explicação para

¹¹ LUCCOCK, op. cit., p. 344.

¹² GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 228.

¹³ Ibid., p. 232.

¹⁴ Ibid., p. 227.

¹⁵ Ibid., p. 218.

¹⁶ POHL, op. cit., p. 377.

¹⁷ GARDNER, op. cit., p. 215.

esta ausência de áreas de cultivo de víveres pode ser a forte restrição à circulação de pessoas que a metrópole procurou levar a cabo nas regiões próximas às áreas de extração de diamantes, dificultando a produção e, sobretudo, a comercialização de gêneros.

Situação oposta da percebida em Diamantina se constata na região de Minas Novas. Foram bem mais constantes os registros de atividades produtivas para esta área. Neste sentido, os viajantes que mais indicaram a presença de áreas cultivadas foram Spix e Martius: “Somente as roçadas sombrosas dão fartas colheitas de milho e mandioca, sendo esta última plantada no mês de setembro, e suporta os lugares úmidos. O feijão é plantado nos sítios abertos e secos, em abril e em setembro”.¹⁸ Embora destaquem o milho, a mandioca e o feijão como tendo lugar importante na base produtiva da região de Minas Novas, eles afirmaram ser o cultivo do algodão a atividade de maior importância na região: “O que, porém, já começa a constituir aqui a principal cultura dos roceiros, é a plantação de algodão, que tanta atividade dá a todo o termo de Minas Novas”.¹⁹ Insistiram na importância do algodão para a região, afirmando que: “A parte oriental deste território é mais apropriada para a agricultura; a ocidental, para a criação de gado; e, de fato, de uns trinta anos para cá, tanto desenvolvimento tomou nestas terras o cultivo do algodão, que hoje é o seu mais importante ramo de produção”.²⁰ Foi possível encontrar ainda outros trechos nos relatos desses viajantes que ratificaram a posição ocupada pela produção do algodão em Minas Novas. Foi o caso, por exemplo, quando a dupla de viajantes descreveu as condições da localidade de Água Nova: “Assim se chama o núcleo de casas espalhadas num extenso vale, ao longe do Ribeirão Calhau, e cujos habitantes se ocupam principalmente do cultivo do algodoiro”.²¹

Das outras regiões situadas ao norte de Minas Gerais, para além de Minas Novas, os próprios Spix e Martius, além de Gardner, falaram da existência de consideráveis áreas de produção situadas em regiões compreendidas pelo Sertão e pelo Vale do Alto-Médio Rio São Francisco. Para a primeira, na região das imediações de Arraial do Bonfim, Gardner constatou importante unidade produtiva, descrevendo-a de modo bem otimista da seguinte maneira: “Esta fazenda é uma das melhores que eu já tinha visto no interior [...] Perto da casa havia uma horta em que se cultivavam com grande cuidado os vegetais mais comuns na Europa, e que produzia boas colheitas”.²² Ao seguir suas andanças pela região, Gardner se deparou com outra importante fazenda, esta especializada na produção de cana-de-açúcar, embora adaptada

¹⁸ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 45.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid., p. 50.

²¹ Ibid., p. 60.

²² GARDNER, op. cit., p. 197-198.

para outras atividades: “A propriedade [...] é bem adaptada tanto para a criação de gado como para o cultivo da cana-de-açúcar: destes recursos tira ele principalmente seus grandes lucros”.²³

Em área situada um pouco mais a norte do que aquela na qual Gardner encontrou as duas fazendas, em Montes Claros, foram descritas por este viajante não só a produção de víveres como também uma alternativa de rota comercial desenvolvida junto à Bahia: “Os fazendeiros das redondezas de Formigas ocupam-se especialmente da criação de gado e cavalos, que são na maior parte levados ao mercado da Bahia. Cultivam também um pouco de mandioca e arroz [...]”.²⁴ Por sua vez, a descrição da atividade produtiva na região do Alto-Médio São Francisco foi tarefa levada a cabo por Spix e Martius. Foram diversas as produções indicadas por estes viajantes:

Além do feijão, mandioca e milho [...] prosperam nesta zona melancia [...] diversos excelentes pepinos e qualidades de abóboras [...] e o pepino brasileiro, que desde então se tornaram conhecidos na Alemanha, onde são cultivados. Os legumes europeus dão muito bem aqui, e as laranjas e bananas são excelentes.²⁵

Contudo sejam mais escassas para algumas regiões, as indicações de importantes áreas de produção, substancialmente de gêneros alimentícios, sugerem um primeiro sinal de que Minas Gerais da primeira metade do século XIX pode ser vista de modo diverso do quadro de decadência generalizada de sua estrutura produtiva.

Outros indícios que confirmariam esta situação podem ser observados na constatação da persistência de um comércio ativo, percebido sobretudo pela ação de tropeiros, mesmo quando da redução do ouro como principal artigo de exportação da região. Tal atividade não escapou das penas dos viajantes estrangeiros que passaram por Minas Gerais no período em estudo, sendo amplamente descrita.

4.2 A atividade comercial em Minas Gerais na primeira metade do século XIX

O viajante naturalista inglês Charles Bunbury, que encetou sua viagem por Minas Gerais entre os anos de 1833 e 1835, contribuiu no sentido de traçar um panorama geral da incidência de tropas no comércio entre as Minas e o Rio. Ao despachar parte de seus objetos

²³ GARDNER, op. cit., p. 198.

²⁴ Ibid., p. 195.

²⁵ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 80.

personais na viagem de regresso à capital por uma destas tropas, afirmou que estas faziam: “[...] constantemente a viagem entre as regiões das minas e a capital”.²⁶ Da mesma maneira, Luccock constatou a grande incidência de tropas que perfaziam os caminhos de Minas ao passar pelo registro situado em Matias Barbosa: “Dentro em pouco fez-se o cenário muito ativo: mulas carregadas chegavam por ambos os portões”.²⁷

Outro viajante que, antes mesmo de adentrar a região de Minas Gerais, descreveu a importância do comércio entre esta e o Rio, levado a cabo pelas tropas de mulas, foi o botânico G. W. Freireyss, que viajou por Minas em 1814: “Todos os dias passavam 220 a 250 mulas que, em lotes, vinham de Minas Gerais, carregadas de toucinho, algodão, queijos, café e açúcar”.²⁸ Da mesma forma, ainda no princípio de sua viagem do Rio de Janeiro para Minas, Pohl descreveu uma localidade, Porto da Estrela, que serviria de entreposto comercial para os artigos vindos de Minas e de outras regiões para serem comercializados no Rio de Janeiro: “Cada casa tem uma venda, sendo o lugar uma espécie de empório de mercadorias vindas de Minas Gerais e de regiões do nordeste do Reino e que aqui são embarcadas para o Rio de Janeiro”.²⁹ Deste trecho pode-se inferir a importância comercial dos artigos vindos de Minas para o comércio com o Rio de Janeiro.

Deixando de lado considerações mais generalizadas acerca da atividade comercial em Minas Gerais da primeira metade do século XIX e ao se retomar o sentido do recorte que vem sendo seguido (sul-norte com espaço para incursões horizontais de leste para oeste), Spix e Martius, certamente os viajantes que mais se ocuparam em descrever as atividades mercantis em Minas Gerais do período, contribuíram para a percepção do comércio na região de Pouso Alegre. Destacaram o sentido da rota comercial, bem como os produtos comercializados: “Os paulistas transportam por essa estrada mercadorias européias e trazem de volta queijos, marmelada, algum fumo e tecido grosseiro de algodão”.³⁰

Da mesma forma que os registros de atividade produtiva em São João Del Rei, também foram muitos os trechos dos relatos de viagem que fizeram referência às atividades comerciais nas imediações desta localidade. Antes mesmo de chegarem propriamente à vila de São João Del Rei, Spix e Martius presenciaram e descreveram a atividade de tropas na estrada que levava a este centro urbano: “A deserta região estava justamente animada por

²⁶ BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais:** 1833-35. Trad. Helena Garcia de Sousa. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981. p. 91.

²⁷ LUCCOCK, op. cit., p. 277.

²⁸ FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil.** Trad. A. Lofgren. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 20.

²⁹ POHL, op. cit., p. 74.

³⁰ SPIX; MARTIUS, v. 1., op. cit., p. 159.

numerosas tropas, que levavam do interior de Minas toicinho para o Rio de Janeiro”.³¹ Ao chegarem à vila propriamente, eles descreveram de maneira bastante otimista a situação comercial da localidade, afirmando ser muito prazeroso constatar tão animado ambiente, proporcionado pelo dinamismo comercial:

O estrangeiro vê-se com prazer, em uma pequena cidade comercial [...] lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu, muitas oficinas, etc., indicam a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão, é considerado entre os mais animados do Brasil.³²

Constataram ainda um redirecionamento das atividades da cidade em prejuízo da mineração e em favor do comércio: “Em vez da mineração de ouro, é agora o comércio do sertão que aumenta diariamente a riqueza desta pequena cidade”.³³ Curioso notar que nas duas últimas passagens, Spix e Martius destacaram as conexões comerciais de São João Del Rei com o “sertão”, capazes de aumentar a riqueza da cidade, e não com o Rio de Janeiro, como seria mais comum conjecturar. No trecho a seguir, no entanto, foi reafirmada pelos dois viajantes a importância da rota comercial com a capital, sendo ainda detalhados os vários produtos comercializados entre as duas regiões:

Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinquenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor dos seus produtos trazem de volta mercadorias européias, sobretudo inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc.³⁴

Embora esses relatos de Spix e Martius sejam extremamente ricos na apreciação do comércio de São João Del Rei, tanto com o sertão como com o Rio de Janeiro, não constituíram um caso particular. Bunbury e Luccock foram outros dois viajantes a constatarem, em perspectiva semelhante, as atividades de trocas estabelecidas pelos comerciantes desta localidade. Para o primeiro destes, a posição geográfica seria fundamental para o entendimento das atividades de trocas estabelecidas na região: “O comércio desse lugar é considerável, pois fica na estrada real de São Paulo a Ouro Preto, e também numa, se bem

³¹ SPIX; MARTIUS, v. 1., op. cit., p. 167.

³² Ibid., p. 171.

³³ Ibid., p. 172.

³⁴ Ibid.

que a menos freqüentada, das duas estradas desta última cidade ao Rio”.³⁵ Já para Luccock: “[...] essa vila, além do comércio de ouro, desfruta de considerável quinhão no comércio do país”.³⁶ Assim como Spix e Martius, este último viajante descreveu ainda o tamanho das tropas empregadas no sistema de trocas, bem como a periodicidade destas: “Êsse comércio é mantido principalmente por meio de quatro tropas regulares, consistindo cada qual de cerca de cinqüenta burros, que perfazem geralmente oito jornadas por ano”.³⁷

Situadas a leste de São João Del Rei, as imediações de Barbacena foram descritas por Pohl como áreas de importante atividade comercial. O trecho que se segue faz referência à própria Barbacena: “Os habitantes da cidade vivem mais do comércio; quase todas as casas têm um armazém de secos e molhados”.³⁸ Após prolongar-se bastante em suas incursões por Minas, Pohl descreveu, em sua viagem de regresso ao Rio de Janeiro, a atividade de tropas na região de Barbacena. Em Ribeirão Alberto Dias, além de conduzirem gêneros alimentícios, a tropa conduzia ainda escravos para serem comercializados em Minas: “Aqui encontramos uma caravana de negros escravos comprados no Rio de Janeiro, que estavam sendo conduzidos para o interior do País. [...] Seguia esse cortejo uma grande tropa de burros, carregada de artigos de consumo e vinho”.³⁹ Em outro trecho, ainda referente a esta mesma região, Pohl descreveu os incômodos gerados pela necessidade em dividir seu local de pouso com uma grande tropa que conduzia couro e algodão para o Rio de Janeiro: “Por mais que eu desejasse um quarto para poder pelo menos secar a roupa, molhada desde dois dias, não o consegui; e tive de conformar-me em pernoitar no rancho, em companhia de uma grande tropa de bestas de carga, que conduzia couro e algodão para o Rio de Janeiro”.⁴⁰

Novamente ao avançar na direção norte de Minas Gerais, chega-se à área constituída pelas regiões Intermediária Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Mineradora Central Leste. Nos relatos de viagem, os indícios de atividade comercial para esta região concentraram-se no entorno de Ouro Preto. Para Spix e Martius: “Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica”.⁴¹ Sustentaram esta afirmação ao descreverem a longa lista dos produtos comercializados e o principal sentido da rota comercial:

³⁵ BUNBURY, op. cit., p. 96.

³⁶ LUCCOCK, op. cit., p. 312.

³⁷ Ibid.

³⁸ POHL, op. cit., p. 84.

³⁹ Ibid., p. 412-413.

⁴⁰ Ibid., p. 412.

⁴¹ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 181.

Quase que todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc., para a capital, e voltam, trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro, etc.⁴²

Além do trecho acima, Pohl reafirmou a importância comercial de Ouro Preto ao descrever seus diversos ramos de atividades econômicas, com ênfase para o comércio, efetivado em diversos sentidos:

Sem contar as pessoas que exercem funções públicas, a maior parte dos habitantes vive do produto de suas minas de ouro, de suas roças e, principalmente, do comércio que se faz não somente com o Rio de Janeiro e o interior, mas também, lucrativamente, com Goiás e Mato Grosso.⁴³

Em tons mais modestos, embora não negando a importância comercial da cidade, Luccock afirmou que a envergadura do comércio de Ouro Preto alcançara níveis maiores em outros tempos, tendo sido igualada por São João Del Rei: “Vila Rica tem alguma importância do ponto-de-vista comercial. Até pouco tempo atrás, desfrutava ela da quase exclusividade do comércio com Goiaz e Cuiabá, que atualmente partilha com São João-d’El Rei”.⁴⁴

Embora Ouro Preto tivesse sua situação comercial mais largamente descrita pelos viajantes estrangeiros que por lá passaram ao longo da primeira metade do século XIX, outras regiões situadas nas proximidades desta cidade, que também fizeram parte das zonas de mineração mais intensivas, tiveram suas atividades de trocas comerciais descritas. Este foi o caso, por exemplo, da cidade de Sabará. Em duas passagens, Spix e Martius destacaram a boa situação das lojas da cidade: “bem fornecidas de mercadorias”.⁴⁵ Posteriormente, reafirmaram a mesma idéia: “[...] acham-se bem abastecidas com artigos de toda espécie [...]”.⁴⁶ Contudo, além destes dois viajantes, Gardner também ofereceu relatos acerca da situação comercial da vila de Sabará, indicando ainda uma das rotas pela qual as trocas se estabeleciam: “Na maior parte os moradores são negociantes que fazem comércio com os do sertão a oeste”.⁴⁷ Este mesmo viajante ofereceu ainda outras descrições de áreas inseridas na mesma região e que também contariam com comércio ativo, merecedor de destaque. As duas passagens seguintes descreveram a atividade de tropas nas imediações de duas localidades. A primeira, o Arraial

⁴² SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 181.

⁴³ POHL, op. cit., p. 398.

⁴⁴ LUCCOCK, op. cit., p. 336.

⁴⁵ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 15.

⁴⁶ Ibid., p. 24.

⁴⁷ GARDNER, op. cit., p. 224.

de Pinheiro, foi assim descrita: “No rancho onde passamos a noite havia duas tropas, uma que levava café para o Rio, outra que de lá voltava carregada de sal para o interior”.⁴⁸ Posteriormente, foi a vez de Gardner descrever um encontro com tropeiros no arraial de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro: “Viajamos dentro do nevoeiro cerca de meia légua, dele emergindo afinal ao descermos o lado oposto da Serra. Nesta descida encontramos outra grande tropa de mais de cem mulas [...]”.⁴⁹

Ao deixar-se a zona compreendida pelas regiões Intermediária Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste rumo ao norte de Minas Gerais, chega-se às regiões de Diamantina e Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas. Os registros de atividade comercial nesta região foram deixados por Pohl e Gardner. O primeiro enfatizou a atividade de tropas nas estradas da região próxima à Vila do Príncipe, que então era a sede da comarca do Serro Frio:

Estes caminhos, que tantos obstáculos apresentaram à nossa viagem, são bastante freqüentados pelas tropas de bestas de carga que conduzem mercadorias do Rio de Janeiro e possuem ativo tráfego comercial. Em nossa viagem, cruzamos com várias dessas tropas, que se compunham de vinte e até quarenta animais.⁵⁰

Por este trecho, percebe-se que Pohl destacou a constância das tropas na região, mesmo enfrentando caminhos bastante precários. Por sua vez, Gardner enfatizou a origem e o tipo de artigo transportado por uma tropa: “Grande tropa de cerca de cem mulas ali chegara do Rio antes de nós, do Rio de Janeiro, carregada de mercadorias européias”.⁵¹ Para a cidade de Diamantina, as observações de Gardner foram mais prolixas. Em uma das passagens, descreveu o sistema de endividamento que possibilitava aos negociantes obterem grandes lucros dentro da rede de trocas comerciais na cidade, aventando assim a possibilidade de uma acumulação de capital bastante considerável em favor dos negociantes locais:

[...] não são tanto os mineiros, e sim os lojistas, quem leva a maior parte dos lucros desta indústria, negociando todos mais ou menos em diamante e ouro em pó, que recebem dos mineiros em troca do suprimento necessário a estes e a seus escravos. Raro é encontrar um mineiro que não esteja devendo a um negociante, a quem é obrigado a entregar em pagamento o produto de suas lavagens por preço inferior ao que obteria se tivesse as vantagens de oferecê-lo em mercado livre, a quem mais desse. [...] o negociante logo

⁴⁸ GARDNER, op. cit., p. 231.

⁴⁹ Ibid., p. 216.

⁵⁰ POHL, op. cit., p. 371.

⁵¹ GARDNER, op. cit., p. 215.

enriquece, ao passo que o pobre mineiro luta com a pobreza, tendo em esperanças que raro se realizam sua maior fonte de felicidade.⁵²

Embora essa passagem seja significativa da importância que Gardner conferiu a atividade comercial em Diamantina, foi em outro trecho que ele se ocupou mais detidamente dos detalhes envolvidos no comércio da cidade, abordando temas como as mercadorias à disposição da população, os locais nos quais se estabeleciam as trocas, os preços a serem pagos, a escassez de produção local e as regiões com as quais se estabeleciam as rotas deste comércio:

Muitas das lojas são bem iguais no aspecto às do Rio de Janeiro e sortidas mais ou menos dos mesmos artigos, e a diferença de preço raramente excede de vinte por cento. Todas as mercadorias européias, com exceção de umas poucas da Bahia, vêm do Rio no lombo das mulas, que chegam diariamente em tropas, às vezes de cem cabeças. Afora uns poucos vegetais produzidos nas hortas em volta da cidade, todo o alimento aqui consumido vem de distâncias de dez a vinte léguas e vende-se em duas grandes feiras chamadas Intendências. São principalmente farinha de mandioca e de milho, esta muito mais largamente consumida na Província de Minas que nas do norte; e também carne seca, açúcar, carne de porco, queijo, milho, feijão, arroz e óleo de mamona, que se usa para acender lâmpadas.⁵³

Com a descrição da situação comercial de Diamantina, prossegue-se no avanço em direção ao norte, chegando-se então às regiões de Minas Novas, Sertão e Vale do Alto-Médio Rio São Francisco. Em especial para a primeira destas regiões elencadas, foram muitas as constatações de importante atividade comercial, sobretudo envolvendo o algodão. Spix e Martius foram os que mais contribuíram para a apreciação deste fenômeno: “O pouso estava repleto de mineiros das Minas Novas, que seguiam para o Rio de Janeiro, levando carga de algodão [...]”.⁵⁴ Em outra passagem, estes viajantes falaram sobre a grande possibilidade de acumulação de capital aberta pelo lucro extraído pelos negociantes de Minas Novas a partir do comércio do algodão: “Com esses preços, grande é o lucro dos negociantes de algodão do termo de Minas Novas e trazem avultadas quantias para casa”.⁵⁵

Embora fosse o algodão o artigo responsável pela maior parte do comércio em Minas Novas, Spix e Martius afirmaram que existiram outros produtos comercializáveis na região. Além disto, descreveram ainda o destino das rotas de trocas, que neste caso assumiram principalmente um direcionamento para o norte: “Além do algodão [...] também se

⁵² GARDNER, op. cit., p. 209.

⁵³ Ibid., p. 208.

⁵⁴ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 220.

transportam das regiões ocidentais toicinho, couros crus, alguma carne salgada, gado bovino e cavalos, para o Rio de Janeiro, e principalmente para a Bahia”.⁵⁶ De maneira bem mais sucinta, Bunbury foi outro viajante que descreveu a atividade comercial de Minas Novas, dando destaque para o algodão e os couros, incluindo ainda a região dos diamantes: “Fazendas grosseiras de algodão e couro são trazidas de Minas Novas e da zona dos diamantes”.⁵⁷

Por sua vez, as referências acerca de atividade comercial nas outras regiões do norte da província, Sertão e Alto-Médio Vale do Rio São Francisco, foram mais escassas. Todavia, ainda assim pôde-se encontrá-las. Para a primeira destas duas regiões, o Sertão, Gardner descreveu as trocas estabelecidas entre a vila de Montes Claros de Formigas e o litoral, abordando os artigos envolvidos no processo:

A Vila contém poucas casas comerciais, onde se vendem artigos europeus. Tais artigos vinham primeiro, da Bahia; mas o Rio de Janeiro agora parece ser o principal abastecedor dos comerciantes, que levam consigo para o litoral, em troca, o maior produto do interior, o salitre [...].⁵⁸

Embora o número de casas comerciais fosse reduzido, Gardner detectou atividade comercial considerável nesta vila. Por sua vez, foram Spix e Martius os viajantes que percorreram a segunda das duas regiões. Encontraram vestígios de atividade comercial e atestaram a importância do rio São Francisco no processo:

O rio já é atualmente a via usual do comércio de uma grande parte do sertão de Minas Gerais, que transborda os seus produtos com facilidade maior por esse meio à Bahia, do que em lombo de mulas ao Rio de Janeiro e, em troca, recebe sal das salinas situadas ao norte do rio, além de mercadorias européias.⁵⁹

Por fim, em outro trecho, afirmaram que: “Embora no coração do sertão, pudemos notar com prazer como o comércio e a riqueza já levaram para ali a sociabilidade e costumes amenos”.⁶⁰ Afora o juízo de valor contido neste último trecho, importa perceber a relevância atribuída por Spix e Martius para o comércio na região.

⁵⁵ Ibid., p. 52, v. 2.

⁵⁶ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 52.

⁵⁷ BUNBURY, op. cit., p. 106.

⁵⁸ GARDNER, op. cit., p. 195.

⁵⁹ SPIX; MARTIUS, v. 2, op. cit., p. 80.

⁶⁰ Ibid., p. 82.

Da mesma forma que a persistência de atividades produtivas, em Minas Gerais ao longo da primeira metade do século XIX, aponta para um quadro que diverge daquele no qual a desestruturação econômica mineira neste período destacou-se, também a grande incidência de indícios de que um comércio ativo, percebido principalmente pela ação das tropas, se realizou na região e no período em foco, contribuiu para matizar a acentuada decadência mineira dos oitocentos. Um último ponto que pôde ser explorado a fim de se reafirmar a tendência exposta na constatação das atividades produtivas e comerciais, configura-se nos indícios que sugeriram a existência de um setor em Minas, ainda que bastante incipiente, de produção manufatureira e industrial rudimentar. Concebe-se indústria neste trabalho da maneira mais simples possível, ou seja, no sentido de transformação de uma matéria-prima - por meio de máquinas ou ferramentas, ainda que bastante rústicas - em artigos acabados, qualquer que seja o nível de sofisticação destes produtos finais.

4.3 Atividade de manufatura e indústria rudimentar em Minas Gerais na primeira metade do século XIX

Dentre as três atividades abordadas nesse estudo indicativas de uma Minas Gerais ainda com algum grau de dinamismo econômico na primeira metade do XIX, mesmo não contando mais com os dividendos do ouro como artigo de exportação, a manufatura e a indústria rudimentar foi aquela que contou com descrições mais escassas. Contudo, ainda neste caso, alguns viajantes se depararam com unidades produtoras destes artigos, não furtando-se de descrevê-las.

Novamente sob o mesmo recorte respeitado anteriormente (sul-norte com desvios no sentido leste-oeste de Minas Gerais), uma primeira região que apresentou atividade manufatureira, segundo os relatos de viagem, foi São João Del Rei. Nesta vila, Luccock atestou a existência de uma fábrica de chapéus, de muito boa qualidade, como a única a oferecer trabalho para aqueles que não estavam ocupados com a produção de víveres ou com o comércio: “Não existem, para o seu sustento ou emprego, fábricas nenhuma, salvo uma pequena, de chapéus desabados de lã, característicos das regiões mineiras e excelentes, em seu gênero”.⁶¹ Entretanto, nas imediações de São João Del Rei, o viajante afirmou existir produção, em boa quantidade, de tecidos de algodão, com matéria-prima local: “Faz-se, nas

⁶¹ LUCCOCK, op. cit., p. 305.

regiões vizinhas, uma grande quantidade de tecidos de algodão à custa de matéria prima nativa [...]”.⁶²

Outro viajante que descreveu os mesmos aspectos de produção manufatureira observados por Luccock em São João Del Rei foi Pohl. Embora pessimista quanto à situação geral da indústria na vila, descreveu a produção de chapéus e tecidos grosseiros: “A indústria não tem significado. Não há muitos artífices. Os produtos mais importantes que se fabricam são rústicos chapéus de lã e tecidos grosseiros de algodão (que aqui ocupa o lugar do linho)”.⁶³ Além da produção de chapéus em São João Del Rei e de algodão nas redondezas desta localidade, Luccock ofereceu indícios, agora para Barbacena, região situada a leste de São João, de atividade manufatureira e de indústria rudimentar: “As gentes que vimos eram na sua maior parte de cor misturada, empregando-se em fiar algodão e outras indústrias domésticas”.⁶⁴

Ao tomar-se rumo para o norte mineiro, passando a apreciar as regiões Intermediária Pitangui-Tamanduá, Central Mineradora Leste e Central Mineradora Oeste, depara-se, de acordo com os relatos dos viajantes estrangeiros, com incidência de atividades de transformação. Em descrição do arraial de Bento Rodrigues, Pohl citou vários outros nos quais também existiriam fundições de ferro: “Atualmente encontram-se neste arraial, como em Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara e Inficionado, pequenos fornos de fundição de ferro”.⁶⁵ Nas imediações de Ouro Preto e Mariana, Spix e Martius descreveram a produção de açúcar: “[...] levou-nos o caminho, sempre dentro de mata fechada, até Sítio, uma importante fábrica de açúcar, onde se faz especialmente rapadura, a qual, no interior, é usada em geral para adoçar a água”.⁶⁶ Acerca da cidade de Ouro Preto, Luccock ofereceu um significativo trecho no qual abordou a situação geral da atividade industrial, em especial da produção de tecidos, de suas formas de organização e da tecnologia empregada: “[...] o povo desta região acha-se alguns passos à frente do restante de seus conterrâneos no que tange a indústria. Fiam e tecem lã e algodão; suas manufaturas são, porém, puramente de ordem doméstica; seu instrumental e maneiras de usá-lo, o que há de mais antigo e atrasado”.⁶⁷ Ainda que por meio do emprego de técnicas obsoletas, Luccock atestou não somente a existência de um ramo industrial em Ouro Preto, bem como sua situação privilegiada em comparação com o restante de Minas Gerais.

⁶² Ibid.

⁶³ POHL, op. cit., p. 87.

⁶⁴ LUCCOCK, op. cit., p. 355.

⁶⁵ POHL, op. cit., p. 383.

⁶⁶ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 212.

⁶⁷ LUCCOCK, op. cit., p. 337.

Entretanto, a partir dessa região, ganhou ainda mais destaque nos relatos dos viajantes, a produção de ferro, artigo essencial para a atividade de mineração, ainda que esta já estivesse muito reduzida. A primeira forja de ferro descrita por Spix e Martius teria sido fundada por Eschwege, estando situada nas cercanias de Ouro Preto:

Esta usina, fundada sob os auspícios do precedente Governador-Geral, Conde de Palma, por nosso compatriota von Eschwege, produz, em quatro fornos suecos e dois fornos para barras, anualmente, umas mil arrobas de ferro batido, do qual grande parte é consumido no local.⁶⁸

De acordo com estes viajantes, esta não teria sido a única iniciativa de Eschwege no ramo da produção de ferro. Na região de Antonio Pereira também existiria outra pequena forja instalada por ele e novamente relatada, dessa vez por Pohl: “A noroeste de Antonio Pereira instalou o Sr. Von Eschwege uma pequena forja de ferro, dirigida por um mestre fundidor alemão”.⁶⁹

Mais para o norte de Minas Gerais, na região de Diamantina, também foram descritas algumas fábricas de produção de ferro. Algumas delas, situadas no Morro de Gaspar Soares, foram relatadas tanto por Spix e Martius como também por Gardner. A descrição deste segundo viajante foi mais esclarecedora, visto que menos técnica, além de apontar o destino do ferro produzido: “[...] passamos por duas pequenas fundições, a pouca distância uma da outra: eram forjas estabelecidas pelo governo do Brasil enquanto colônia de Portugal, mandando-se a maior parte do ferro que produziam para uso das minas no distrito do diamante”.⁷⁰ Gardner descreveu ainda a produção de ferro nas imediações de Nossa Sra. da Conceição do Mato Dentro, destacando o principal artigo produzido:

Os foles para a fornalha e a chama da forja, bem como o grande malho que bate o ferro para fazer barras, tudo é movido à água. Havia diversos homens a seu serviço, fabricando toda espécie de implementos de ferro usados no país, mas principalmente ferraduras para mulas, de rápida venda aos tropeiros que passam diariamente. Manufatura ele também pequena quantidade de aço, que me confessou ser de qualidade inferior.⁷¹

Além da atividade de produção de ferro, no trecho acima, Gardner reafirmou a grande incidência de tropas na região. Finalmente, Freireyss localizou outra fábrica de ferro organizada por Eschwege nas proximidades de Congonhas do Campo. Desta, o viajante

⁶⁸ SPIX; MARTIUS, v. 1, op. cit., p. 214.

⁶⁹ Ibid., p. 216-217.

⁷⁰ GARDNER, op. cit., p.217.

⁷¹ Ibid., p. 216.

descreveu a origem e o montante da produção: “Esta fábrica fornece semanalmente 50 arrobas de ferro regular e foi organizada pelo Sr. Von Eschwege e dois outros alemães por conta de uma sociedade”.⁷²

Para as outras regiões mineiras, situadas mais para o norte, foram praticamente inexistentes as descrições de atividades manufatureiras ou de indústria rudimentar.

Neste momento da narrativa, foram expostos trechos dos relatos de viagem que enfatizaram a permanência de unidades produtivas significativas e rentáveis, rotas comerciais em escalas regionais bastante ativas e incipiente produção de transformação, manufatura e indústria rudimentar. Com base nestes indícios, parece possível afirmar que uma parte representativa do capital gerado pelos fluxos econômicos estruturados pela exploração do ouro, pôde ser acumulado em solo colonial e revertido, seja na produção ou no mercado, no próprio espaço mineiro, em investimentos que tiveram capacidade de se perpetuarem ao longo do tempo.

Em suma, esse capítulo e o anterior preocuparam-se em evidenciar duas faces de uma mesma questão. Primeiramente, foram apresentados indícios que serviriam para a reafirmação da tese da decadência mineira oitocentista, levada a cabo pelo projeto de acumulação de capital em área externa à da produção, a metrópole, embora interna ao sistema. Em seguida, procurou-se evidenciar que fontes da mesma natureza, relatos de viajantes estrangeiros, apontaram para direção diversa, sustentando a afirmação de ter existido uma diversificação das atividades econômicas mineiras na primeira metade do século XIX, possivelmente baseadas em uma acumulação de capital em escala regional oriunda de um comércio de abastecimento, capaz de manter unidades produtivas rentáveis e comércio ativo.

Podendo inicialmente parecerem apontar para caminhos opostos, decadência ou diversificação econômica, os dados colhidos juntos aos viajantes podem esboçar uma perspectiva de complementaridade. Para regiões como São João Del Rei, Ouro Preto e adjacências e Minas Novas parece ser possível indicar, com base nessas fontes, que atividades produtivas e comerciais assumiram fôlego suficiente para evitar a completa desestruturação da economia destas regiões. Por outro lado, nas nucleações de menor envergadura, estruturadas única e exclusivamente em torno da mineração e desta dependente intrinsecamente, sem o desenvolvimento de outras atividades de importância e, portanto, mais expostas e suscetíveis às suas flutuações; a decadência do ouro e dos reflexos da estrutura econômica delineada por este produto, parece terem sido mais sentidos. Isto seria válido principalmente para as regiões

⁷² FREIREYSS, op. cit., p. 42.

situadas na porção oeste de Minas Gerais, sobretudo Araxá, Paracatu e Sertão do Alto Rio São Francisco e na área mais ao norte; com destaque para Vale do Alto-Médio Rio São Francisco e Sertão; embora para as outras regiões de Minas Gerais aqui analisadas, também existam referências acerca da ausência de atividades econômicas substanciais em diversas áreas.

Talvez essas pequenas localidades tenham tido, inicialmente, um impacto maior para o conjunto da economia mineira, quando considerada em seu todo, tornando compreensível a tese da decadência, preocupada em representar um espectro mais amplo, para além de cidades com especificidades capazes de torná-las melhores preparadas, fossem por questões geográficas, políticas ou de qualquer outra natureza, para implementar um processo de acumulação de capital em escala regional.

Entretanto, a complexificar o quadro da estrutura produtiva e comercial de Minas Gerais da primeira metade do XIX, estão os indícios oferecidos por diferentes viajantes que, para uma mesma região, ora sugeriram retração das atividades econômicas, ora evidenciaram reorganização e diversificação das estruturas produtivas e comerciais. Neste caso, enquadram-se localidades como a Vila de Barbacena, a vasta área do termo de Minas Novas e as cercanias de Ouro Preto. Para essas áreas em especial, faz-se mais gritante ainda a necessidade de complementação com fontes de outras naturezas (quantitativas principalmente) que não relatos de viagem, de modo que se possa chegar a conclusões mais precisas.

De certo não se ignora que, em última instância, esse caminho de complementaridade tem implicações teóricas difíceis de serem apresentadas sem conflito. Entretanto, estas questões devem ser tomadas sempre com base na idéia de que o historiador se define pelo seu trabalho empírico, devendo subordinar os quadros de explicações teóricas aos elementos fornecidos por seu contato com os indícios sugeridos pelas fontes.

Evidentemente, esse estudo carece de respostas mais conclusivas e específicas para as questões propostas para cada uma das diversas localidades mineiras que tentou abarcar, tornando-se um trabalho de caráter mais indicativo e sugestivo. Tal característica resultou do tipo de fonte privilegiado. Em razão da impossibilidade de se adotar fontes quantitativas para a vasta região em foco, optou-se por, com base em documentação qualitativa, esboçar e indicar caminhos para o tema em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo desse estudo - aquele dedicado à discussão da produção historiográfica sobre a história econômica do Brasil Colonial, com ênfase na situação de Minas Gerais ao longo da primeira metade dos oitocentos - buscou-se apresentar os principais temas debatidos pelos historiadores preocupados em abordar o tema em foco. Sem a intenção de esgotar os diversos caminhos percorridos por essa produção, privilegiou-se os trabalhos mais indicativos das tendências em discussão, não querendo com isto reduzir a importância dos trabalhos que, por motivos diversos, não puderam ser abordados.

Por sua vez, a segunda parte do estudo buscou dedicar-se a algumas das discussões teóricas, aquelas consideradas de maior relevância, que subsidiaram a elaboração dos textos apresentados e debatidos no capítulo anterior. A partir disto, espera-se ter atribuído melhor nitidez e inteligibilidade à discussão acerca da produção historiográfica da história econômica do Brasil Colonial de modo geral e, em específico, de Minas Gerais da primeira metade oitocentista.

Por fim, o terceiro e o quarto capítulos da dissertação foram reservados para o trabalho com as fontes, os relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram em Minas Gerais ao longo da primeira metade do século XIX. Por meio da pesquisa empírica procurou-se atribuir maior sustentação à proposta empreendida no decorrer desta narrativa.

Em suma, ao longo de toda a análise, procurou-se aproximar duas perspectivas historiográficas que, grosso modo, apontaram ora para um processo de acumulação primitiva de capital orientado por demandas externas e levado a cabo em favor das metrópoles européias; ora para um processo de acumulação endógeno ao próprio espaço colonial, estruturado com base em atividades produtivas e, principalmente, de abastecimento, desenvolvidas em circuitos mercantis regionais.

Buscou-se esboçar, por meio da exemplificação oferecida pelos indícios extraídos dos relatos dos viajantes, a necessidade por uma maior especificidade quanto às regiões e aos períodos tratados. Desta maneira, os historiadores interessados em estudar o tema, ficariam obrigados a repensar a abrangência e a intensidade tanto do quadro de decadência absoluta, quanto do de diversificação da base produtiva e de abastecimento das diversas regiões mineiras ao longo da primeira metade do século XIX, capazes de evitar a completa decadência da região, sempre com vistas à capturar as nuances do período histórico em foco.

Não obstante o fato dessa proposta não ser propriamente inovadora, procurou-se explorar e indicar algumas das possibilidades de execução dessa idéia, baseadas nos relatos de viagem, de modo a reafirmar a proposta de se levar em conta a disparidade de ritmos e de força que a decadência ou a diversificação econômica atingiram cada uma das diversas áreas que compuseram todo o quadro mineiro oitocentista, em sua primeira metade.

Obrigatoriamente, uma análise mais minuciosa da vasta região abordada terá de incorporar outros tipos de fontes, principalmente de caráter quantitativo - embora a necessidade por uma análise qualitativa das quantidades seja evidente - a fim de conferir melhor nitidez às considerações (na maior parte delas, de caráter indicativo e sugestivo) desenvolvidas neste trabalho. Isto se evidencia de forma ainda mais nítida nos casos em que os relatos de viagem ofereceram indícios aparentemente contraditórios, já que foi possível encontrar, para uma mesma região e em épocas muito próximas, descrições que apontaram tanto para a decadência como para a diversificação econômica. Localidades como a Vila de Barbacena, Ouro Preto e a vasta região de Minas Novas entre outras, são representativas desta situação. Nestes casos, torna-se ainda mais latente a necessidade pela particularização dos estudos sobre o tema e a região em foco. Outra possibilidade para o estudo destas áreas, aparentemente contraditórias, seria o desenvolvimento de análises voltadas para uma abordagem setorial de cada atividade em particular. Uma vez que as pesquisas baseadas em recortes espaciais não dão conta de recuperar a complexidade do passado histórico, pode-se empreender uma perspectiva que busque estabelecer as características de cada um dos setores de atividades econômicas. Somente assim torna-se possível desvendar qual setor entra em crise e qual setor consegue sustentar-se de forma rentável.

De fato, como evidenciaram os estudos mais recentes, o quadro de decadência pós-ouro não pode ser estendido para todas as regiões que compuseram Minas Gerais ao longo da primeira metade oitocentista. Por outro lado, estes mesmos estudos, que se intitularam revisionistas em grande parte dos casos, correm o risco de transmitir a idéia de que todas as regiões mineiras (ou pelo menos a maior parte delas) conseguiram - através da acumulação de capital efetivada no próprio espaço colonial por meio de atividades produtivas e comerciais de abastecimento circunscritas em escala regional - superar o forte declínio das atividades econômicas que gravitaram em torno do principal produto do comércio mineiro setecentista, conseguindo manter unidades produtivas rentáveis e rotas comerciais em constante atividade, mesmo com o declínio do ouro.

Conforme se buscou argumentar ao longo deste trabalho, a diversificação econômica ressaltada pelos estudos recentes, capaz de assegurar algum dinamismo econômico, não

parece ter sido um fenômeno que atingiu a maior parte das regiões mineiras oitocentistas. A julgar pelos relatos utilizados neste estudo, a substituição da atividade de busca pelo ouro por outras direcionadas ao comércio regional, somente verificou-se em regiões que contaram com algum diferencial, seja de natureza geográfica, política ou econômica.

Desse modo, ao se debruçar sobre as Minas Gerais oitocentista, tomando-se o painel da diversificação econômica como revisionista, moderno ou atual, em contraposição com o quadro da decadência como generalizante, ultrapassado ou sem consistência empírica, o historiador empenhado no tema corre o risco de estabelecer uma generalização problemática, enxergando atividades econômicas rentáveis, acumulação de capital e dinamismo econômico em regiões que não conseguiram ultrapassar o revés ocasionado pela derrocada da exploração do ouro. Assim sendo, ao invés de decadência generalizada, que de fato não se verifica, passa-se a enxergar uma diversificação econômica que abarcaria toda a região de Minas Gerais ao longo da primeira metade oitocentista, o que também não se sustenta. A luz destas considerações, o mais prudente parece ser a análise específica de cada região, ou de cada setor de atividade econômica de cada região, sem a tomada de um pressuposto anterior ao questionamento das fontes, por mais dispendioso e cansativo que tal empreitada possa ser.

REFERÊNCIAS

1 FONTES PRIMÁRIAS

BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-35.** Trad. Helena Garcia de Sousa. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoerfeldt. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1980.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1976.

FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil.** Trad. A. Lofgren. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil:** principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975.

GUIMARÃES, Bernardo. A Cabeça do Tiradentes. In: _____. **História e tradições da província de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Trad. Solena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1978.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1976.

SAINT-HILARE, Auguste. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975a.

_____. **Viagens às nascentes do rio São Francisco.** Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1975b.

_____. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822.** Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1974.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820.** Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1981. 3 v.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1985.

2 FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 Livros completos

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CANO, Wilson. **A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)**. São Paulo: Contexto, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar : Ed.UFMG, 1980. (Texto para discussão, 10).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1815)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História econômica da independência e do Império**. 2. ed. São Paulo: Hucitec : Edusp, 2002.

WALLERSTEIN, Imanuel. **O sistema mundial moderno**: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia 1600-1750. Porto: Edições Afrontamento, 1974. v. 2.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec : Ed. USP, 1990.

2.2 Trabalhos Acadêmicos (Teses e Dissertações)

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 a 1850**. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 1997. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeiculuta mineira**. 1999. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, 1650-1750)**. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

2.3 Capítulos de livros, artigos de periódicos e eventos:

BURKE, Peter. O nascimento da história quantitativa e o contexto francês. In: _____. **A escola dos annales: a Revolução Francesa da historiografia (1929-1989)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003, Caxambú-MG. **Anais...** Niterói-RJ: ABPHE, 2003. p. 1-38.

DOSSE, François. Uma história serial. In: _____. **A história em migalhas: dos annales à nova história**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

FARIA, Sheila de Castro. Investimento agrícola e mercado interno: Campos dos Goitacases (1850-1920). **Lócus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 3, n. 2, p. 23-44, 1997.

FRAGOSO, João Luís R. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Lócus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 6, n. 1, p. 9-39, 2000.

FRAGOSO, João Luís R. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-28, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 20, p. 45-59, mar. 1999.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR : FaCE : Ed. UFMG, 1996. (Texto para discussão, n. 109).

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 93-110, jul. 2003.

LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL, 1979, **Anais...** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p. 147-171.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez, 1997.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História econômica da Independência e do Império**. 2. ed. São Paulo: Hucitec : Edusp, 2002.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. v. 2.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX. **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 23-44, 1999.

PEDREIRA, Jorge M. Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação: os negociantes de Lisboa (1750-1820). **Tempo**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 37-69, 2003.

REHER, David. Desafios e conquistas da demografia histórica neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p. 101-124, jan./dez, 1997.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750. **Estudos de História**, Franca, v.8, n.2, p. 99-130, 2001.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, Campinas, n.17, jul. 1985.